

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

AS RELAÇÕES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO
CURIAÚ NO AMAPÁ COM A SUA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL.

EUGENIO VILHENA FILHO

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**AS RELAÇÕES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CURIAÚ NO
AMAPÁ COM A SUA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.**

EUGENIO VILHENA FILHO

Sob a orientação do Professor

Dr. Jorge Luiz de Goes Pereira.

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Agosto de 2019**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V711r VILHENA FILHO, EUGENIO , 1969-
AS RELAÇÕES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CURIAÚ NO
AMAPÁ COM A SUA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL / EUGENIO
VILHENA FILHO. - Seropédica, 2019.
81 f. : il.

Orientador: Jorge Luiz de Goes Pereira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2019.

1. Área de Proteção Ambiental. 2. Representação
Social e Quilombo. I. Pereira, Jorge Luiz de Goes,
1967-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

EUGENIO VILHENA FILHO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/08/2019

Jorge Luis de Goes Pereira, Prof. Dr. UFRRJ

Lia Maria Teixeira de Oliveira, Profa. Dra. UFRRJ

Ana Maria Dantas Soares, Profa. Dra. UFRRJ

Celso Sanchez Pereira, Prof. Dr. UNIRIO

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Eugenio Vilhena e Arcelina dos Santos Vilhena (in memoriam), pela vida, amor e compreensão incondicional que a mim dispensaram. Aos meus filhos, Erick Patrick dos Anjos Vilhena, sempre dando incentivo nos momentos difíceis e Ellen Cristine dos Anjos Vilhena, entendendo sempre as minhas ausências. À minha esposa e companheira, Vanúbia Furtado dos Anjos, pela sua colaboração e paciência neste percurso, o meu muito obrigado pela realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À Deus todo poderoso criador de todas as coisas, que me oportunizou estudar a natureza como fonte inspiradora;

São inúmeras pessoas que auxiliaram na realização desse trabalho que temo, por algum lapso de memória, esquecer de alguém. Por isso, desde já gostaria de pedir perdão por alguma falha;

Ao meu orientador, Dr. Jorge Luiz de Góes Pereira, pela colaboração na realização desse trabalho;

Aos guardiões da comunidade quilombola do Curiaú que contribuíram com suas falas e orientação para o êxito desse trabalho;

Aos colegas de Mestrado pelo companheirismo e contribuições;

Aos meus queridos e inesquecíveis professores, pelo conhecimento compartilhado;

Aos meus cunhados Taiana e Pedro, que foram importantes nesta trajetória;

À Professora Maria de Nazaré pelo seu apoio nos momentos difíceis;

Ao comando da Polícia Militar do Amapá, na figura do Coronel Rodolfo, que contribuiu bastante para o bom desenvolvimento desse trabalho;

A todos do Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, pela oportunidade, a cada encontro, de crescer mais, intelectual e humanamente;

Agradeço também à Marize e à Kelly e a todos da secretária do PPGEA por sempre atenderem com gentileza meus pedidos e encaminhamentos.

“As pessoas podem esquecer o que você fez, o que você disse, mas nunca esquecerão o que você as fez sentir.”

(Fernando Pessoa)

RESUMO

FILHO. Eugenio Vilhena. **As Relações da Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá com a sua Área de Proteção Ambiental**. 2019. 81f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola), Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ. 2019.

A Comunidade Quilombola do Curiaú está localizada dentro da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú, com sua população de maioria de descendentes de escravos. A presente pesquisa teve como objetivo geral investigar as relações que a comunidade quilombola do Curiaú no Amapá mantém com a sua Área de Proteção Ambiental e como objetivos específicos buscar entender as relações históricas da comunidade quilombola com a constituição da APA do Curiaú, identificar a partir dos saberes tradicionais (representações e práticas), como os remanescentes quilombolas se relacionam com as mudanças em curso na região e com a preservação ambiental. Metodologicamente, a pesquisa se insere no método etnográfico-descritivo. Para tal, utilizou-se como método de levantamento de dados a aplicação de formulários de entrevistas semiestruturados com 09 moradores da comunidade; rodas de conversa e observações de campo, seguindo teorias discursivas e ambientais para a sua análise. Como marco teórico deste estudo, seguiu-se a linha da teoria das representações e práticas sociais ambientais. Os resultados obtidos nos permitem avaliar que os moradores das comunidades quilombolas das áreas estudadas são pessoas bastante comprometidas com o meio ambiente local. Como na opinião dos entrevistados que concordam na proteção do meio natural para que, as próximas gerações possam usufruir dessa terra que não é só de uma pessoa, mas sim, de toda uma comunidade que além de proteger o ecossistema tem de difundir e manter a sua herança cultural.

Palavras-chave: Área de Proteção Ambiental, Representação Social e Quilombo.

ABSTRACT

FILHO. Eugenio Vilhena. **The Quilombola Community Relations of Curiaú in Amapá with its Environmental Protection Area.** 2019. 81p. Dissertation (Master in Agricultural Education), Institute of Agronomy. Federal Rural University of Rio de Janeiro. Seropédica, RJ. 2019.

The Quilombola Community of Curiaú is located within the Environmental Protection Area of the Curiaú River, with its population of most descendants of slaves. The present research had as general objective to investigate the relations that the quilombola community of the Curiaú in Amapá maintains with its Area of Environmental Protection and as specific objectives to seek to understand the historical relations of the quilombola community with the constitution of the APA of the Curiaú, to identify from the traditional knowledge (representations and practices), as the remaining quilombola remnants relate to ongoing changes in the region and environmental preservation. Methodologically, the research fits into the ethnographic-descriptive method. To do this, a semi-structured interview form was used as a data collection method with 09 community residents, talk wheels and field observations, following discursive and environmental theories for their analysis. As a theoretical framework of this study, the line of the theory of environmental social representations and practices was followed. The results obtained allow us to evaluate that the inhabitants of the quilombola communities of the studied areas are people very committed to the local environment. As in the opinion of the interviewees, they agree on the protection of the natural environment so that the next generations can enjoy this land that is not only one person, but an entire community that, in addition to protecting the ecosystem, has to spread and maintain their cultural heritage.

Key Words: Environmental Protection Area, Social Representation and Quilombo.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Ocupação do espaço urbano pelas movelarias nas terras do Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.	12
Figura 2. Placa de identificação dos novos bairros criados no Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.	13
Figura 3. Localização da Área de estudo. Fonte: Amapá (2010).	19
Figura 4. Área de divisão entre o Curiaú de Fora e o Curiaú de Dentro. Fonte: Dados da pesquisa.	21
Figura 5. Vista panorâmica do Curiaú de Fora. Fonte: Dados da pesquisa.....	22
Figura 6. Área de lazer da comunidade do Curiaú de Fora. Fonte: Dados da pesquisa.	23
Figura 7. Acesso a comunidade do Curiaú de Fora. Fonte: Dados da pesquisa.....	23
Figura 8. A Igreja de Santo Expedito no Curiaú de Fora. Fonte: Dados da pesquisa.	24
Figura 9. A Igreja de Santo Antônio no Curiaú de Dentro. Fonte: Dados da pesquisa.....	25
Figura 10. Vista panorâmica do Curiaú de Dentro. Fonte: Dados da pesquisa.....	25
Figura 11. Pintura das tradições culturais do Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.....	26
Figura 12. Área de lazer do Curiaú de Dentro. Fonte: Dados da pesquisa.....	27
Figura 13. Prédio do Museu abandonado no Curiaú de Dentro. Fonte: Dados da pesquisa. ..	27
Figura 14. Sistema de som Amazônia Fusion. Fonte: Dados da pesquisa.	30
Figura 15. Local onde ocorre as festas modernas do Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.....	31
Figura 16. Banner da festividade de Santa Maria. Fonte: Dados da pesquisa.	33
Figura 17. Banner dos festejos de Santa Maria no Curiaú de Fora. Fonte: Dados da pesquisa.	34
Figura 18. Degradação ambiental na APA. Fonte: Dados da pesquisa.	35
Figura 19. Mapa de localização da APA do Rio Curiaú. Fonte: Amapá, 2010.	36
Figura 20. Vista da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.	38
Figura 21. Placa de identificação da APA do Rio Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.	39
Figura 22. Vista do balneário do Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.	40
Figura 23. Turistas no balneário do Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.....	41
Figura 24. Mensagem dos moradores do Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.....	43
Figura 25. Aviso dos moradores quilombolas aos visitantes. Fonte: Dados da pesquisa.	44
Figura 26. Placa de advertência da APA do Rio Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Amapá: População Urbana e Rural.....	10
Quadro 2. Principais necessidades dos Bairros em Macapá (Continua).....	10
Quadro 2. Continuação.....	11
Quadro 3. As Comunidades Quilombolas no Brasil. (Continua).....	17
Quadro 4. As Comunidades Quilombolas do Curiaú.....	19
Quadro 5. Recursos existentes na área do Curiaú. (Continua).....	20

LISTA DE ABREVIACES E SBOLOS

APA	rea de Proteo Ambiental;
AMCC	Associao dos Moradores da Comunidade do Curia;
ALCMS	rea de Livre Comrcio de Macap e Santana;
ARIE	rea de Relevante Interesse Ecolgico;
BA	Batalho Ambiental;
FCP	Fundao Cultural Palmares;
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatstica;
INCRA	Instituto Nacional de Colonizao e Reforma Agrria;
IMAP	Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amap;
MPBA	Mineradora Pedra Branca do Amapari;
PNEA	Poltica Nacional de Educao Ambiental;
PPGEA	Programa de Ps-Graduao em Educao Agrcola;
SEMA	Secretria Estadual do Meio Ambiente;
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservao;
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
UC	Unidade de Conservao.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	2
METODOLOGIA	6
1 CAPÍTULO I A COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CURIAÚ E SUAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	10
1.1 As Comunidades Quilombolas do Brasil: Breve Histórico	14
1.2 A Comunidade do Curiaú	18
1.3 Concepções Históricas das Comunidades em Estudo no Curiaú	20
1.3.1 A Comunidade do Curiaú de Fora	21
1.3.2 A Comunidade do Curiaú de Dentro	24
1.4 A Cultura na Comunidade do Curiaú	28
1.5 Festas Tradicionais Religiosas no Curiaú.....	31
2 CAPÍTULO II A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO CURIAÚ	36
2.1 Localização geográfica do Curiaú	36
2.2 A Área de Proteção Ambiental do Curiaú e as atividades dos quilombolas	41
2.3 A Sema no Território do Curiaú, segundo os quilombolas	45
3 CAPÍTULO III PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS QUILOMBOLAS SOBRE MEIO AMBIENTE	48
3.1 As Representações Sociais do Meio Ambiente	48
3.2 As representações de meio ambiente no Curiaú.....	50
4 CONCLUSÕES	61
5 REFERÊNCIAS	63
6 ANEXOS	67
Anexo A: Termo de consentimento livre e esclarecido	68
Anexo B: Formulário de entrevista referente à pesquisa de campo realizada no Curiaú de Fora e Curiaú de Dentro.....	70
Anexo C: Decreto 1417 de 28 de setembro de 1992	72
Anexo D: Lei estadual nº 0431 de 15 de setembro de 1998	76
Anexo E: Título de reconhecimento de domínio/FCP/nº 001/99.	79

APRESENTAÇÃO

Eu vi Eugenio chegando
Ele veio pelo Marabaixo
Trazendo flores e tambores
E a voz dos seus avós.

Eu vi, Eugenio chegando
Trazendo sua voz de cantor
Jogando verso de improviso
Pela natureza, cultura e amor.

É, Eugenio um moço
Cheio de histórias para contar
História de ancestralidade e resistência
Dessa gente brasileira, gente de elevado amor
De tanto amor para dar.

(Celso Sanches Pereira)

Este canto de Marabaixo remete ideias e mecanismos de possibilidades para fortalecer as manifestações culturais da comunidade quilombola do Curiaú. Sou o Eugenio, Professor de História e de Estudos Amapaenses do Estado do Amapá. Descobrir no decorrer da pesquisa que sou remanescente de quilombola do Curiaú.

De origem negra e quilombola posso dizer que foi uma descoberta maravilhosa e gratificante poder pertencer e conhecer a história do meu povo, pois desde a minha infância, sempre visitei o Curiaú e ficava fascinado com esse lugar. Como amapaense do Município de Macapá, localizado no Estado do Amapá, onde está situada a 8 km a Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú e por ser considerado um remanescente quilombola, percebi a grande importância de investigar as relações que a comunidade quilombola do Curiaú no Amapá mantém com a sua Área de Proteção Ambiental, demonstrada através das entrevistas às formas adequadas de utilização do meio ambiente pelos moradores da região.

Devido à quantidade de informação ser bastante limitada e pela falta de investimentos governamentais em políticas públicas para a comunidade quilombola do Curiaú e preocupado com o desenvolvimento da região em questão é que decidir contribuir, através de estudos aprofundados, com a temática ambiental. Procurei seguir a linha da teoria das representações sociais em meio ambiente, onde busca-se uma nova significação de preservação para as gerações futuras num contexto social como processo de transformação do meio natural que precisa promover autoconsciência onde a solidariedade prevaleça como conhecimento.

Agora, diante dessa pesquisa, incentivo toda a sociedade amapaense e de outros Estados do Brasil a conhecerem as riquezas culturais, históricas e territorial das comunidades negras e quilombolas amapaenses, com a finalidade de compreender a importância dessas comunidades que contribuíram e continuam contribuindo para o desenvolvimento do meio ambiente local e nacional com suas importantes heranças culturais deixadas pelos seus antepassados.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a questão ambiental, atualmente, tornou-se um tema global bastante discutido em todos os campos do conhecimento. Dias (2002) discorre que a temática ambiental contribui para a sensibilização da humanidade em defesa do meio ambiente e na preservação histórico-cultural das pessoas que ali habitam, da estreita relação do ser humano com o ambiente natural, garantindo a preservação identitária, mantendo os grupos tradicionais de cada região.

Marçal (2005) entende que uma das questões centrais para a sociedade, de um modo geral, diz respeito à qualidade do Meio Ambiente. Assim sendo, o termo “Meio Ambiente” tornou-se assunto importante e recorrente, mais intensamente, a partir dos anos de 1970, e não apenas nos países do mundo rico e industrializado, mas também nos países pobres e em desenvolvimento.

Assim, esse assunto tem sido discutido nos meios acadêmicos, científicos, políticos, sociais e econômicos, tornando-se preocupação central na vida da maioria das pessoas e das agendas das organizações internacionais.

Acredita-se que o meio ambiente é um direito coletivo e ao mesmo tempo de cada um, pois todos têm o direito de viver num ambiente ecologicamente equilibrado, um habitat natural, e que possibilite ao ser humano uma qualidade de vida decente. Nesse âmbito, existem inúmeras definições e interpretações para o termo Meio Ambiente, e dessa forma torna-se difícil escolher prontamente uma definição. Aparecida (2010) comenta que é importante compreender e discutir o uso que se faz dessas definições e interpretações e, principalmente, em que acarretam. Essas várias denominações de meio ambiente, contribuem com várias visões que cada ser humano tem sobre o meio no qual está inserido e do qual faz parte.

Nessa lógica, é importante esclarecer, conforme a argumentação de Dias (2002), que mesmo havendo uma série de definições, concepções, interpretações e representações para o termo Meio Ambiente, não há como separá-las a ponto de serem mutuamente excludentes, ou seja, não se trata de conceber o meio ambiente somente como recurso ou simplesmente como problema. Nessa perspectiva, o que se tem são definições que mesclam da mais antropocêntrica para a mais naturalista. Com determinado entendimento, tende-se para uma ou outra concepção, sem, no entanto, excluir-se das outras.

Como foco de discussão dessa temática, insere-se a Comunidade Quilombola do Curiaú, localizada dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Curiaú, localizada a 8 km do Município de Macapá-AP, que tem como objetivo ordenar uma relação do Meio Ambiente com o ser humano, tornando-se reserva de garantia da preservação e perspectiva dos bens ambientais. Assim, ela vem coibir a degradação ambiental e mostrar que o ser humano é capaz de viver lado a lado com a natureza.

Em princípio, para Posey (1992), uma comunidade quilombola se constitui num espaço de resistência e de preservação cultural, ocupando um território comum e compartilhando características culturais que apresentam algumas semelhanças entre si. Além disso, foram fundadas a partir de diferentes processos de resistência e ocupam espaços ambientais diversos que possibilitam desenvolver, atualmente, estratégias de exploração dos seus recursos naturais e conviver de forma harmoniosa com o ecossistema na qual estão inseridas.

De certo que as comunidades quilombolas viveram as transformações próprias da realidade social brasileira e apesar de passarem por essa mudança, não abandonaram a referência que têm de seus antepassados. Entretanto, foi com a Constituição Federal de 1988

que o termo “quilombo” teve seu conceito ampliado. Atualmente, é considerado como toda a área ocupada por comunidades remanescente dos antigos quilombos.

No Decreto nº 4.887, em seu Artigo 2º coloca:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (DECRETO 4.887, 2003, p. 1).

O mesmo Decreto garante a seguridade das terras quilombolas; no Artigo 11, coloca:

Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estiverem sobrepostas às unidades de conservação constituídas, às áreas de segurança nacional, à faixa de fronteira e às terras indígenas, o INCRA, o IBAMA, a Secretaria do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado. (BRASIL, 2003, p. 2).

Para Munanga (2006), a palavra *kilombo* é originária da língua banto umbundo, falada pelo povo ovimbundo, que se refere a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central e, mais especificamente, na área formada pela atual República Democrática do Congo (antigo Zaire) e Angola. Apesar de ser um termo umbundo, constitui-se em um agrupamento militar composto dos jagas ou imbangalas (de Angola) e dos lundas (do Zaire) no século XVII.

Trazendo contribuição para a discussão, Almeida (1998) afirma que dentro das comunidades de remanescentes de quilombo encontram-se as distintas situações, sendo estas: quilombo como situação de fuga, situações que não se ligam à fuga, área de fazenda, quilombo em terra urbana, terras de herança, terras que pertenciam à igreja e as chamadas terras de santo; estes aspectos definiram as chamadas terras de preto.

Nessa ótica, Galdino (2010) comenta que, no início da década de 1990, pesquisadores e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), passaram a discutir a reinterpretação dos termos quilombo e quilombola para os adequar às condições concretas e contemporâneas das comunidades negras. Para a ABA, o quilombo deveria ser pensado como um conceito que abarca uma experiência historicamente situada na formação social brasileira; com um grupo que teve e tem experiências coletivas e históricas de resistência (inclusive anteriores à abolição); como um grupo que desenvolveu práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.

Nessa nova concepção, o quilombo deixa de ser tratado como um simples local de esconderijo das populações negras e passa a ter um papel fundamental de uma categoria sociologicamente construída, constituindo uma especificidade dentro do campesinato brasileiro que conjugam três elementos: terra, etnia e território.

Inegavelmente, entende-se que além do uso da terra, que é um espaço coletivo ocupado e explorado por meio de regras consensuais aos diversos grupos familiares, cujas relações são orientadas pela solidariedade e ajuda mútua, existe uma apropriação simbólica desta, constituindo, assim, os territórios negros no Brasil, que são marcados pela articulação de saberes culturais, com um conjunto de elementos simbólicos, além de serem impregnados de traços afrodescendentes e repletos de africanidade.

Já uma APA se constitui como uma área extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a

sustentabilidade do uso dos recursos naturais, de acordo com o SNUC, estabelecido em seu art. 15.

Segundo Garcia (2000), as APAs têm a responsabilidade de proteger e conservar a qualidade do meio ambiente, incluindo os sistemas naturais, coibindo a degradação ambiental e visando a melhoria da qualidade de vida das famílias residentes.

Trazendo sua contribuição, Diegues (2000) afirma que o ser humano está dentro da natureza e essa realidade não pode ser abolida, pois ela não é o meio exterior ao qual o ser humano se adapta. O ser humano é natureza e a natureza, seu mundo; capaz de produzir, através das relações sociais e ecológicas, o saber e o saber fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbana/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração.

APA do Rio Curiaú foi criada em função dos riscos que a expansão urbana da cidade de Macapá vinha causando à bacia do Rio Curiaú e seus ecossistemas e, ainda, a necessidade de garantir a territorialidade das comunidades residentes compostas, predominantemente, por afros-descendentes, assegurando-se, assim, a integridade de seus valores e raízes etno-culturais. (AMAPÁ, 2010).

Por esse entendimento, a sobreposição da APA ao quilombo é palco de dúvidas e incertezas sobre o futuro das famílias que dependem dos recursos para realizar suas atividades culturais, sociais, simbólicas e econômicas. Na medida em que a escassez dos recursos e a expropriação do território avançam, estes são temas centrais que norteiam as suas lutas por justiça social e ambiental, no Amapá.

Por esse ângulo, as instituições globais não conseguem, segundo Mehta et al. (2002), alcançar um dos problemas principais que atinge os interesses, na atualidade, das famílias que vivem em áreas de floretas e fazem uso comum dos recursos, onde um dos principais problemas é a incerteza que afeta diretamente seu modo de sustento. A interferência das instituições globais no modo de sustento das famílias tem contribuído para a criação e recriação de suas modalidades de reprodução material, social e simbólica, como forma de resposta às ameaças que estes vêm sofrendo sobre o acesso e o uso de seus recursos naturais.

Segundo Facundes (2000), os projetos desenvolvidos na APA terão de levar em conta, além do impacto ambiental, os aspectos produtivos e tecnológicos, de organização, de financiamento e de comercialização (transformação e conservação) para agregar valor aos produtos e maximizar a rentabilidade da atividade.

Na comunidade do Curiaú, pode-se verificar a presença muito forte da cultura africana, que na visão das pessoas antigas, conhecidas como guardiãs, a cultura, de um modo geral, é uma herança deixada pelos seus antepassados, que precisa ser preservada para as próximas gerações. Sendo assim, o uso do termo “herança cultural” faz referência aos valores transmitidos através de gerações, e têm uma articulação com memória e identidade das pessoas que residem nas comunidades quilombolas.

A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades entre elas, parte do princípio que transcendem a consanguinidade e o parentesco e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação.

Nesse sentido, as perguntas que fazemos são: *como os descendentes do Quilombo no Curiaú se relacionam com a APA? Como a trajetória histórica da criação da APA se entrelaça com a história do Quilombo do Curiaú? Que elementos da herança cultural negra podem ser observadas nas suas relações com o meio ambiente local? Portanto, o estudo aqui proposto justifica-se por ser uma comunidade de descendentes de quilombos localizada dentro de uma APA, entre a zona urbana e rural de Macapá.*

Desse modo, a pesquisa traçou como *objetivo geral* investigar as relações que a comunidade quilombola do Curiaú, no Amapá, mantém com a sua Área de Proteção Ambiental e nos *objetivos específicos*: buscar entender as relações históricas da comunidade quilombola com a constituição da APA do Rio Curiaú e identificar, a partir dos saberes tradicionais (representações e práticas), como os remanescentes quilombolas se relacionam com as mudanças em curso na região e com a preservação ambiental.

Certamente o meio ambiente, seja ele qual for, é definido conforme a percepção ambiental que cada sujeito faz da realidade que o cerca, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo. Entretanto, sabemos que o indivíduo não age isoladamente num determinado ambiente, mas de forma coletiva, apresentando comportamentos e características semelhantes.

Considerando essa discussão relevante e necessária, esta dissertação é dividida em três capítulos que refletem o percurso percorrido ao longo da pesquisa. No primeiro capítulo, apresenta-se a comunidade quilombola do Curiaú e suas manifestações culturais, com um breve histórico das comunidades quilombolas do Brasil; a apresentação da comunidade do Curiaú e as concepções históricas das comunidades em estudo no Curiaú, com destaque para a comunidade do Curiaú de Fora e a comunidade do Curiaú de Dentro, situadas dentro da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú, no Estado do Amapá, distante a 8 km da cidade de Macapá. APA foi criada pela lei estadual nº 0431 de 15 de setembro de 1998. E finalizamos esse capítulo com a cultura ligada à religião na comunidade do Curiaú, com ênfase para as festas tradicionais religiosas no Curiaú.

Já no segundo capítulo, apresentamos a Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú, a localização geográfica do Curiaú e a SEMA (Secretária Estadual do Meio Ambiente) no território do Curiaú, segundo os quilombolas. E, no terceiro capítulo, discutiremos as práticas e representações sociais dos quilombolas sobre meio ambiente, destacando as representações do meio ambiente e as representações sociais do meio ambiente no Curiaú, onde apresentaremos e analisaremos as entrevistas e observações de campo que nos ajudam a interpretar a visão de mundo dos envolvidos na pesquisa e suas relações como a questão ambiental onde estão inseridos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois, de acordo com Ludke (1986), os estudos precisam promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. Trata-se de uma ocasião que aproxima o pensamento e a ação de uma pessoa ou de um grupo, com o intuito de construir conhecimento de fatores da realidade que deverá atender o objeto de estudo pesquisado. Segundo o autor,

a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. A pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, geralmente do trabalho intensivo de campo. (LUDKE, 1986, p. 11).

A pesquisa qualitativa ou naturalista, ainda em Ludke, (1986) envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

Nesse contexto, o método de investigação utilizado foi o etnográfico-descritivo que valoriza o contexto social e cultural dentro da abordagem qualitativa por envolver atores sociais. Segundo o autor,

A Etnografia é um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade. Etimologicamente etnografia significa “descrição cultural”. Para os antropólogos, o termo tem dois sentidos; (1) um conjunto de técnicas que eles usam para coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social; e (2) um relato escrito resultante do emprego dessas técnicas. O que se tem feito pois é uma adaptação da etnografia a educação, o que me leva a concluir que fazemos estudos do tipo etnográfico e não etnografia no seu sentido estrito. (ANDRÉ, 2012, p. 28).

Portanto, quando empregarmos o uso das técnicas que estão associadas à etnografia, no caso da observação participante, da entrevista semiestruturada e da análise de documentos, estamos fazendo uma adaptação da etnografia à educação. Dessa forma, busca-se entender o processo educativo dos grupos sociais estudados.

De acordo com Mattos (2011),

A etnografia é um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográfico, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolver a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. (MATTOS, 2011, p. 50).

No entendimento de Mattos (2011), a etnografia denota outras denominações, como: observação participante, pesquisa interpretativa, pesquisa hermenêutica, dentre outras. Em síntese, a etnografia compreende o estudo pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas, um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos, por exemplo, uma escola toda ou um grupo de estudo em uma determinada sala de aula.

Entende-se que os elementos utilizados na pesquisa etnográfica, como observações, entrevistas, aplicação de questionários, têm que ser formulados ou recriados para atender à realidade do trabalho de campo, que sofre alguma alteração no desenvolvimento da pesquisa. Assim, na maioria das vezes, esse processo de coleta de dados será determinada explicita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador.

Sendo assim, a pesquisa etnográfica busca a formulação de hipóteses, conceitos, abstrações, teorias e não sua testagem. Para isso faz-se uso de um plano de trabalho aberto e flexível, em que os focos de investigação vão sendo constantemente revistos, as técnicas de coleta reavaliadas, os instrumentos reformulados e os fundamentos teóricos repensados. O que esse tipo de pesquisa visa é a descoberta de novos conceitos, novas relações, novas formas de entendimento da realidade. (ANDRÉ, 2012).

Por consequência, o estudo da temática ambiental foi desenvolvido a partir de análises bibliográficas em representação social do meio ambiente, com a finalidade de investigar as relações que a comunidade quilombola do Curiaú no Amapá mantém com a sua Área de Proteção Ambiental.

Além do que, é bastante conhecido que a mente humana é altamente seletiva. É muito provável que, ao olhar para um mesmo objeto ou situação, duas pessoas enxerguem diferentes coisas. O que cada pessoa seleciona para “ver” depende muito de sua história pessoal e principalmente de sua bagagem cultural. Assim, o tipo de formação de cada pessoa, o grupo social a que pertence, suas aptidões e predileções fazem com que sua atenção se concentre em determinados aspectos da realidade, desviando-se de outros.

Para organização tanto do arcabouço teórico-metodológico como para as informações sobre a APA do Rio Curiaú, optou-se pela observação, roda de conversa e entrevistas semiestruturadas com os moradores da comunidade quilombola do Curiaú de Fora e de Dentro, sobre as representações e práticas sociais do meio ambiente que eles têm da área de estudo.

No que consiste a separação entre as comunidades do Curiaú de Fora e Curiaú de Dentro, essas denominações dizem respeito, segundo Silva (2004), à forma encontrada por uma das primeiras professoras do lugar e foi aceita por uma parcela da comunidade para facilitar a entrega de correspondências feita pelos correios e pelas lojas que tinham dificuldades em encontrar alguns endereços. Vale ressaltar que essa “divisão” não é aceita por todos os moradores do Curiaú pelo fato de provocar separação, pois todos os moradores se consideram parentes pertencentes à mesma família.

Nas entrevistas, foram coletadas informações do Curiaú através dos guardiões, que são os moradores antigos da comunidade e seus descendentes, sendo um total de 09 pessoas, entre homens e mulheres, na faixa etária entre 50 e 90 anos (vide em anexo o formulário de entrevistas e o termo de consentimento livre e esclarecido). As entrevistas ocorreram no período de janeiro a março de 2019 nas comunidades do Curiaú de Fora e de Dentro, durante os finais de semana, pelo fato de que, durante a semana, os entrevistados estavam ocupados com outras atividades.

Já as rodas de conversa, como instrumento metodológico, proporcionam o diálogo e a interação entre os participantes, estimulando a reflexão sobre os temas discutidos, a possibilidade de observar as dificuldades de cada um em relação ao bem viver; o sucesso do método depende de adesão dos participantes na criação de estratégias para o enfrentamento das dificuldades. Ela permitiu que os integrantes tivessem voz e vez naquele espaço, sentindo-se parte do grupo, das escolhas e das decisões. É também uma oportunidade de trabalhar e se dispor à escuta do outro, do respeito às diferentes opiniões.

No Curiaú, essas rodas de conversas eram iniciadas com uma saudação seguidas de uma breve história dos antepassados da comunidade. Sentados em frente das casas com os guardiões, ouvia-se atentamente suas lembranças do passado e do presente, através de determinados acontecimentos entre eles, como o dia em que os moradores receberam a informação da criação da APA do Rio Curiaú, o que, para a grande maioria dos seus habitantes, foi uma surpresa. Esse episódio marcou a vida dessa comunidade que, segundo os entrevistados, o Curiaú não foi mais o mesmo, mudou completamente devido às leis ambientais. O entrevistador fazia alguns questionamentos acerca das suas experiências, dando

a eles a oportunidade de recontar a história, conversar e falar sobre suas vivências no território quilombola do Curiaú.

Durante todo o processo de levantamento de dados com os moradores, também foram realizadas observações sobre a relação que os quilombolas mantêm com a APA do Rio Curiaú, que nos ajudaram a entender o universo simbólico e prático onde estão inseridos os atores sociais.

Os entrevistados foram selecionados a partir das conversas obtidas previamente com a própria comunidade, que indicou os moradores antigos da própria localidade, denominados de guardiões, pois estes são referências que conhecem a história, pela memória, do Curiaú. Para garantir o sigilo em torno dos nomes dos entrevistados, nos utilizaremos de nomes de plantas locais muito utilizadas na região para identificá-los (ex.: Boldo, Alecrim, Mastruz etc.).

Para encorajar e estimular os entrevistados, usamos o método da entrevista narrativa, de acordo com Jovchelovitch e Bauer (2002). Os autores ressaltam que as etapas básicas necessárias para esse tipo de entrevista são: preparação, iniciação, narração central, fases de perguntas e a fala conclusiva. Segundo os autores,

As entrevistas narrativas são infinitas em sua variedade, e nós as encontramos em todo lugar. Parece existir em todas as formas de vida humana uma necessidade de contar, contar histórias é uma forma elementar de comunicação humana e, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, é uma capacidade universal. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 91).

Entende-se que as entrevistas narrativas deixam o sujeito livre para argumentar sobre o que julga importante, acerca de determinados temas, surgindo, dessa forma, expressões interessantes que se observam ao longo das falas dos entrevistados. Desta forma, esta técnica permite ao entrevistador solicitar ou pedir que o entrevistado conte a sua história de vida ou determinada fase desta história que foi vivenciada ou transmitida através da oralidade dos seus antepassados. As perguntas foram feitas de forma espontânea para que o entrevistado pudesse assumir o papel de um informante, expressando suas opiniões, emoções sobre determinado questionamento, ao invés de um mero respondente, o que proporcionou informações consideráveis quanto a relação ser humano-natureza.

Considerando que o ser humano depende da natureza, Branco (1988) traz uma importante contribuição quando menciona que o ser humano depende da existência de florestas e outras formações vegetais, e estas dependem da presença de animais e microrganismos que participam de seus processos de reprodução.

Assim, compreende-se que o ser humano é dependente da natureza e que precisa manter essa harmonia, caso contrário, contribuirá com a morte desses ecossistemas. Não se pode deixar de considerar, também, que ao desenvolvermos trabalhos com pessoas que estão ligadas diretamente ao meio ambiente e que dele necessitam para a sobrevivência, deve-se, por meio da participação, do diálogo, de estudos, atuar como catalisadores de processos educativos que respeitem a pluralidade e a diversidade cultural, que fortaleçam a ação coletiva e organizada, que articulem aspectos de diferentes saberes e fazeres e proporcionem a compreensão da problemática ambiental em toda a sua complexidade.

Lócus da Pesquisa

O campo de investigação da pesquisa foi a comunidade quilombola do Curiaú de Fora e a comunidade do Curiaú de Dentro, localizadas na APA do Rio Curiaú, entre a zona rural e urbana de Macapá-AP.

A Coleta de Dados

Na coleta de informações foi esclarecido aos entrevistados (informantes), onde solicitamos a sua permissão para a realização da gravação, sendo garantida a privacidade dos informantes e mantendo a sua identidade oculta. Todas as informações dos entrevistados foram utilizadas apenas para esta pesquisa, sendo o sigilo dos participantes assegurado e o consentimento, a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi devidamente assinado e datado pelos referidos informantes.

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo comitê de ética da UFRRJ, conforme o protocolo nº 23083.028108/2018-17, sendo testado que esta atende aos princípios éticos e está de acordo com a resolução 466/2012, que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

Além disso, ressalta-se que não foram utilizados todos os dados gerados durante a coleta, mas apenas aqueles que refletiam mais de perto os objetivos da pesquisa. Para tanto, considerando a vertente da pesquisa nos referenciais da investigação etnográfica, faz-se necessário realizar um recorte a uma categorização dos dados da pesquisa por representação social do meio ambiente que, no decorrer do diálogo, surgiram espontânea e pertinentemente, conforme a percepção dos informantes que foram identificados pelos nomes da flora local, acompanhados pela numeração cardinal (1 a 9), para dessa maneira resguardar a identidade de cada um.

1 CAPÍTULO I

A COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CURIAÚ E SUAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

A criação do Estado do Amapá, em 1988, e da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, em 1991 (AMAPÁ, 1998), contribuíram com o aumento populacional desordenado nessas duas cidades. A criação da ALCMS (Área de Livre Comércio de Macapá e Santana), em 1991, veio acentuar a tendência de concentração urbana no Estado, sendo que, de acordo com dados do IBGE (2000), Macapá e Santana apresentaram as maiores densidades demográficas do Estado: 43,17 hab./km² e 50,30 hab./km², respectivamente.

Para efeito de esclarecimento, Porto (1999) define que uma Zona ou Área de Livre Comércio é uma área geográfica delimitada, onde a isenção fiscal busca favorecer principalmente o comércio de produtos importados de terceiros ou do próprio país, não sendo permitido o beneficiamento industrial para exportação com isenção fiscal.

Nessa lógica, o Estado do Amapá, ao imprimir novos sistemas técnicos para efetivar a implantação de projetos como a ALCMS, redefiniu a configuração territorial do espaço urbano macapaense e o projetou como forte atrativo para a mão de obra que deixou de migrar para os maiores núcleos urbanos regionais. Esse aspecto pode ser constatado quando se observa o Quadro 1, que demonstra que o crescimento populacional urbano amapaense foi o maior da região no período de 2000. Do total da população do Estado, constatou-se, em 2000, que 89,03 residem nas zonas urbanas.

Quadro 1. Amapá: População Urbana e Rural.

URBANA	600.000 hab.
RURAL	69,526 hab.
TOTAL	669.526 hab.

Fonte: IBGE (2010) – Contagem da população.

Como reflexo desse processo, a capital do Estado passou a apresentar um crescimento urbano permeado de contrates. Nesse espaço, a periferização de boa parte da população é um fato notório, que não tendo condições de habitar ou sendo “expulsa” das áreas centrais, ocupa as áreas periféricas e as áreas alagadas, localmente denominadas de “ressacas”. Nessas áreas, a pobreza se faz acompanhar por graves problemas de infraestruturas, que se refletiram nos dados do Quadro 2.

Quadro 2. Principais necessidades dos Bairros em Macapá (Continua).

CIDADE MACAPÁ	NECESSIDADES DOS BAIRROS	TOTAL	%
Jardim Felicidade I e II	Água encanada	328	28,32
Novo Horizonte	Energia elétrica	151	13,04
Capilândia	Segurança Pública	142	12,26

Açaí	Saneamento básico	123	10,62
Infraero	Pavimentação	110	9,50
Pacoval	Moradia	101	8,72

Quadro 2. Continuação.

Boné Azul	Escola e creche	35	3,02
Brasil Novo	Transporte público	18	1,55
São Lázaro	Infraestrutura	16	1,39

Fonte: Pesquisa sobre a Realidade Migratória de Macapá realizada pela Diocese de Macapá (1995).

Nos dias atuais, nota-se que esses problemas urbanos permanecem e até mesmo se agravam. Sendo possível afirmar que o rápido crescimento das principais cidades da Amazônia, a exemplo de Macapá, ultrapassa de longe a capacidade gerencial das instâncias do poder público para estruturá-las através de medidas de planejamento urbano.

A atuação de novos empreendimentos econômicos como a Mineração Pedra Branca do Amapari (MPBA), já está provocando inchaço urbano em núcleos do interior, como é o caso de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, que passaram a receber um grande contingente de pessoas atraídas pela possibilidade de conseguir emprego nos municípios. Esses empreendimentos não absorvem grande parte dessa população migrante, que não possui qualificação. Tal fato reproduz nesses espaços urbanos os mesmos problemas já vivenciados pela capital amapaense: periferização da população, aumento do desemprego e da miséria.

De acordo com Ribeiro (1996), o processo acelerado de ocupação da Amazônia, após os anos 50, transformou os principais núcleos urbanos da região em palco de contradições e tensões sociais e que elas vêm se materializando de forma mais rápida nas cidades médias da região, que tem recebido boa parte das correntes migratórias recentes. Nessa lógica, a cidade de Macapá é um município que apresenta altas taxas de urbanização, onde seus espaços urbanos se apresentam permeados de contrates.

Uma pesquisa feita em 1995, pela Igreja Católica de Macapá, sobre a realidade migratória de Macapá e Santana, mostrou que a criação da área de livre comércio foi a principal responsável pelo grande fluxo migratório que quase duplicou a população das duas cidades na década de 90. Segundo um levantamento da Polícia Técnica do Amapá, das 1.608 carteiras de identidades emitidas no ano de 1995, 43% eram de população originária de outros estados. A procura de emprego, de acordo com a pesquisa da Igreja Católica, foi o motivo da migração de 51% dos entrevistados, exatamente por causa da ALCMS.

No caso de Macapá, houve a expansão e ocupação urbana em direção à Vila do Curiaú para a criação de assentamentos urbanos que constituem, hoje, os bairros Jardim Felicidade I e II, composto por uma população de 16.672 habitantes (IBGE, 2000). Para Ribeiro et al. (2001), essa expansão urbana no Curiaú comprometeu uma área de cerca de 300 km².

Conforme informa Marin (1997), o Curiaú representa uma área de 16.000 hectares, onde os familiares dos quilombolas, que viviam na casa grande, venderam a pequenos e médios fazendeiros seus direitos de posse. Nas terras vendidas foram construídos um restaurante, denominado de Caduforno e alguns bares em volta, principalmente, na área do balneário do Curiaú. As terras em volta da comunidade quilombola estão rodeadas por vários bairros, como: Capilândia, Brasil Novo, Infraero, Jardim Felicidade I e II, Novo Horizonte, Açaí, Pacoval, Boné Azul e São Lázaro.

Nessa perspectiva, entende-se que o uso e o controle do território quilombola do Curiaú, por parte das famílias, vem sofrendo intervenções que refletem as disputas e os interesses divergentes entre atores sociais distintos ao longo das últimas cinco décadas, aproximadamente. Tais alterações quanto ao uso e ao controle do território estão diretamente

relacionadas às “políticas de desenvolvimento” implementados na Região Amazônica e demais regiões do país.

Abaixo, temos uma imagem (Figura 1), da ocupação do espaço urbano pelas movelarias nas terras do Curiaú que contribuem com a degradação ambiental da área que deveria ser preservada.



Figura 1. Ocupação do espaço urbano pelas movelarias nas terras do Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.

Por esse ângulo, o papel institucional do Estado, através de políticas públicas de cunho desenvolvimentista, iniciou a violação das estratégias de sobrevivência de famílias que dependiam diretamente dos recursos naturais disponíveis em territórios ocupados secularmente.

A seguir na imagem da (Figura 2), a placa de identificação dos novos bairros criados no Curiaú. Para os moradores da comunidade quilombola essa situação provocou a ocupação desordenada da área em questão.



Figura 2. Placa de identificação dos novos bairros criados no Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.

No Curiaú, tais intervenções contribuíram para a formação de estruturas desiguais de acesso ao uso, à distribuição e ao controle do conjunto de recursos naturais no território quilombola.

Silva (2004) argumenta que a área do Curiaú era maior, abrangia parte do bairro Capilândia que hoje se chama Novo Horizonte. Na época, o prefeito João Alberto Rodrigues Capiberibe loteou a área sem o consentimento dos moradores do Curiaú. Ainda em Silva (2004) comenta que, quando eles ficaram sabendo o que estava sendo feito, as máquinas já estavam limpando, chegando a destruir as roças de mandioca naquelas áreas. Os líderes da comunidade e um grupo de pessoas foram até o prefeito para reclamar e tomar satisfação da questão. Segundo eles, o prefeito disse que não tinha mais jeito. Este perguntou aos moradores o que deveria fazer para recompensá-los do acontecido. Os líderes responderam que fosse realizado o asfaltamento da rodovia em troca desse pedaço de terra [...] E a comunidade perdeu aquelas áreas que se chamavam Bacaba e Mirinzal.

De acordo com os autores citados anteriormente, pode-se observar que a área de abrangência do Curiaú correspondia a uma extensão de terras diferente do que se apresenta na atualidade, principalmente com o processo de desenvolvimento do Estado do Amapá e de sua capital. Dessa forma, podemos aferir que a implantação da ALCMS fomentou o crescimento populacional do Amapá, tendo como resultado um processo desorganizado de urbanização: acréscimo do número de ligações oficiais e clandestinas de água e luz, aumento do número de ocorrências policiais, insuficiência de médicos e leitos para o atendimento na rede pública de saúde, crescimento desordenado das cidades (principalmente Macapá e Santana), movimentos de “invasão” de áreas urbanas desocupadas e outros. É importante ressaltar que esses problemas são intensificados, principalmente, pela inexistência de um planejamento urbano eficaz por parte do poder público.

Tentando proteger a APA do Rio Curiaú de invasões desordenadas, o Estado do Amapá criou, em 2010, o Plano de Manejo para o Curiaú, que segundo informou a presidente da Associação dos moradores das comunidades do Curiaú, a senhora Rosa Ramos, nunca foi discutido esse plano com a comunidade. Enquanto isso, cada um faz o uso que acha conveniente: a caça e a pesca predatória, o transporte de grãos em carretas a qualquer hora

etc. Há casos de áreas vendidas pelos próprios quilombolas e por outros, o que é ilegal, entre outras informações e incômodos. Outras demandas relacionadas ao meio ambiente são relatadas pelos moradores: problemas quanto a atuação do Batalhão Ambiental. Segundo moradores, não atendem às chamadas em caso de denúncia da caça de animais silvestres.

A ausência de políticas públicas, municipais e estaduais voltadas para atender as necessidades reais das famílias quilombolas do Curiaú, respeitando o universo da qual estas fazem parte, vem contribuindo para o enfrentamento entre a cultura tradicional e vetores da modernidade que têm implicado em danos causados para o meio ambiente e para a perda de autonomia do grupo, expondo-as à vulnerabilidade socioeconômica.

Diante do exposto, tal situação traz discussões sobre a coexistência do ser humano e da natureza. Desse modo, vem à tona a questão: pode haver desenvolvimento sem destruição da constituição natural do ecossistema ou se deve permanecer a natureza em detrimento do ser humano? Por esse ângulo, Branco (1988) reconhece ser impossível pensar o meio ambiente sem o ser humano, pois existe um elo entre natureza e o ser humano que ninguém poderá separar. Da mesma forma, não há nada que o ser humano utilize diariamente que não tenha sido provido direta ou indiretamente pela natureza. Portanto, o ser humano necessita repensar a sua postura em relação ao meio natural.

Em síntese, entende-se que essas problemáticas ambientais são tão antigas quanto a humanidade, o que é novo é a sua dimensão, escala e intensidade. Dentre as dimensões da problemática, podem ser citadas: o elevado crescimento demográfico, o desenvolvimento tecnológico e o crescimento das cidades a partir do século XX, que têm sido responsáveis pelo aumento da pressão das atividades antrópicas sobre os recursos naturais. Só para exemplificar, a contaminação dos meios ambientes aquáticos, o desmatamento do lençol freático, a introdução de espécies exóticas que proporcionam a perda da biodiversidade, entre outras. A ocupação na região Amazonas, mais especificamente do Estado do Amapá é recente, mas já apresenta os desafios e contrastes impostos pela relação: desenvolvimento econômico, meio ambiente e culturas locais.

1.1 As Comunidades Quilombolas do Brasil: Breve Histórico

A história das comunidades quilombolas do Brasil estão ligadas diretamente à África, que é o continente mais importante no suporte e na manutenção da estruturação do mundo nos últimos cinco séculos, particularmente na formação do “Novo Mundo”, a América. Dessa forma, o território africano é um componente fundamental para uma compreensão mais apurada das questões que envolvem o papel das populações de ascendência africana na sociedade brasileira (VIDEIRA, 2013).

No Brasil, os quilombos, tidos como núcleos paralelos de poder, organização social e produção de subsistência, eram considerados a expressão mais radical de ruptura com o sistema latifundiário e escravista (MIRANDA, 2012). Ainda em Miranda (2012), ressalta que os quilombos tinham como emblema principal o Quilombo dos Palmares¹, que representou a resistência e a luta contra o sistema colonial escravista que os oprimia e colocava os negros em uma posição ativa diante do contexto em que estavam inseridos.

Por esse ângulo, o quilombo era um espaço em que os escravos reafirmavam sua cultura, seu modo de vida comunal e coletivo, e a sua religiosidade, onde as relações

¹ O quilombo mais conhecido foi o Quilombo do Palmares, onde o líder principal era Zumbi dos palmares. Esse quilombo existiu por quase cem anos e foi o maior símbolo de resistência dos escravos no Brasil colonial. Os quilombos representaram por essa ótica, uma das formas de resistência e combate à escravidão, rejeitando a cruel forma de vida, os negros buscavam a liberdade e uma vida com dignidade, resgatando a cultura e a forma de viver que deixaram na África.

próximas, propiciadas pela vida no quilombo, firmavam suas identidades pelo compartilhamento de símbolos, valores e costumes comuns. A possibilidade de assumir sua identidade permitia ao indivíduo colocar-se de forma diferente perante a sociedade, em uma posição ativa de resistência, luta e discordância com o tratamento de submissão e exclusão imposto ao escravo (MIRANDA, 2012).

De acordo com Silvério (2013), os africanos que adentraram o Brasil, durante os séculos XVI e XIX, vieram das regiões da África Ocidental: Sudaneses ou Iorubas (nagôs, Ketus e egbás), Gegês (ewês, fons), Fantiashanti (mina), Povos Islamizados (mandigas, haussas e peuls); da África Central: Bantos (bankongos, umbundo, ovibundos); da África Oriental: moçambiques.

Percebe-se que as populações negras trazidas ao Brasil pertenciam a diferentes civilizações e provinham das mais variadas regiões africanas. Suas religiões eram partes de estruturas familiares, organizadas socialmente. Os descendentes de africanos, sobretudo as gerações nascidas no Brasil, na concepção de Gomes (2018), habilmente construíram estratégias para as religiões de matrizes africanas, criando aparentes sincretismos religiosos entre os deuses africanos e os santos católicos. Produziram um fator de ajustamento do indivíduo à sociedade. Este é o caráter de vitaliciedade, na análise de Fraga (2014), das religiões que são vivas e passaram por um longo processo de transformação que, em alguns casos, se converteram em ideologia, mas nem sempre.

Para compreender a religiosidade africana, Bastide (1989) afirma que devemos considerar a escravidão o trabalho artesanal dos libertos, quadros sociais como estrutura familiar, organização política, corporativa, religiosa e os aspectos geográficos, demográficos, econômicos em seus diferentes níveis. Todas essas inter-relações revelam a complexidade dos temas que envolvem origens religiosas, sobretudo, as africanas, neste país.

Freitas (1984), ao analisar os povos africanos que vieram para o Brasil, comenta que as comunidades quilombolas no Brasil, atualmente, são múltiplas e variadas e se encontram distribuídas em todo o território nacional. Há comunidades que se localizam no campo e outras nas cidades, e se constituem por meio de fortes laços de parentesco e herança familiar.

Diante do exposto, os quilombos, desde Palmares, no passado, até as comunidades quilombolas na atualidade defendem a luta pela liberdade e podem ser entendidas, também, como uma forma de instituição, que demonstra a rebeldia e a tenacidade do povo africano e afrodescendente na luta contra a opressão.

Assim, podemos inferir que as comunidades quilombolas são grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto atribuição, trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Essa relação histórica, as comunidades quilombolas herdaram suas manifestações culturais dos povos africanos, sendo bastante dinâmicas em todos os seus aspectos. Esse dinamismo faz referência às celebrações, rituais e imagens das culturas humanas.

Para Barros (2016), as principais nações africanas que formaram as religiões afro-brasileiras foram a bantu, a ioruba e a fon, as quais compreendem países, cidades e etnias e também suas próprias divindades; a bantu (bacurus e inquices); a ioruba (os orixás e a ancestralidade); e a fon (vodun). Ainda em Barros (2016), embora essas divindades possuam algumas semelhanças, são muito diferentes em comportamentos, personalidades, na dança, nas vestimentas, no tipo de alimentação e na comunicação, pois que são divindades de locais e de costumes distintos, mas com o mesmo ideal, o de ajudar o povo a ser mais feliz.

Vale ressaltar, de acordo com Souza (2008), que o termo afro-brasileira é usado para indicar produtos da nossa mestiçagem, cujas matrizes principais são as lusitanas, as africanas, com alguns elementos indígenas, sem perder de vista que tais manifestações ou produtos são acima de tudo brasileiros.

Silva (2010) corrobora com Barros (2016), quando pontua que os grupos de candomblé cultuam os orixás, divindades que, a princípio, eram cultuadas pelos povos nagôs na Nigéria. A referida autora, ainda expõe que no tocante às questões patriarcais, observa-se que o culto ligava-se às relações consanguíneas. Portanto, era o culto do orixá do chefe de família, em uma desinência de gênero sempre ligado ao chefe masculino. Silva (2010) afirma, ainda, que na cultura dos povos nagôs era comum a mulher cultuar o orixá do pai e posteriormente o orixá daquele que ela coabitasse em relações matrimoniais.

Sem dúvida, o Brasil é a unidade política contemporânea que registra as maiores estatísticas de importação forçada de contingentes populacionais africanos ao longo dos séculos XVI a XIX, em que os negros chegavam ao Brasil amontoados nos porões dos navios negreiros, muitos morriam durante a viagem e os que sobreviviam eram vendidos como escravos para trabalharem na agricultura e mineração.

Durante mais de 300 anos, a mão de obra escrava foi a principal força de trabalho no país e a base de toda a atividade econômica. Como forma de resistir a essa escravidão e sobreviver fora da sociedade colonial no Brasil, os escravos negros formaram os quilombos que seria uma tentativa de defender os direitos da população negra. Os quilombos variavam de acordo com a localidade, alguns eram grandes, outros eram pequenos, porém os mais comuns eram os menores. No período colonial, o Brasil chegou a ter centenas destas comunidades espalhadas, principalmente, pelos atuais estados da Bahia, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Alagoas.

Os quilombos tiveram grande importância e significado para a formação da cultura afro-brasileira, em que os integrantes das comunidades quilombolas remanescentes possuem laços culturais, mantendo suas tradições, práticas religiosas, relação com o trabalho na terra e o próprio sistema de organização social.

Sobre este tema, Gonzáles-Rey (2003) explica que a cultura compreendida como uma construção de significados criados pelos sujeitos, imprime autenticidade ao universo simbólico analisado e nos permite perceber a lógica social envolvida. Assim, em busca de um caminho possível para compreender a cultura quilombola, deve-se partir do imaginário social construído por seus sujeitos, que nos remete a um passado comum de escravidão, lutas, fugas e constituição dos quilombos.

Nesse contexto, apesar da predominância de negros, os quilombos se constituem como espaços interétnicos habitados por indígenas e até por brancos em situação de extrema pobreza e exclusão. Moura (1997) explica que a cultura quilombola é uma instância que preserva elementos culturais carregados de um passado histórico social e que propicia um posicionamento subjetivo do sujeito ao reconhecer-se nesse passado.

Segundo Videira (2013), o quilombo significa a relação entre intelecto e memória, entre cabeça e corpo, entre pessoa e terra, correlação adequada para se interpretar a pessoa negra tentando restaurá-la do processo histórico de desumanização sofrido pelo tráfico transatlântico. Na argumentação de Anjos (2009), o quilombo era um sítio estratégico, local em que se agrupavam não só os povos de resistência africana, mas também índios e descendentes de europeus excluídos da sociedade, que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando comunidades livres, autossustentáveis e com forte organização territorial.

Nesse ponto de vista, os quilombos foram, e ainda são, a possibilidade de reconstrução do ser negro, como parte de uma coletividade. Por tudo isso, o quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional.

Assim, no Brasil, ainda sobrevivem algumas comunidades negras que foram originadas de quilombos. Hoje, esses povoados são denominados de comunidades quilombolas. Nesse segmento, essas comunidades quilombolas, desde o ano de 1970, são

identificadas, em todos os estados brasileiros, pela Fundação Palmares, ligada ao Ministério da Cultura. Sendo que a maior parte dessas populações, estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste.

Segundo o site da Fundação Cultural Palmares, não há certeza sobre o número de comunidades quilombolas existentes no Brasil, mas estima-se que há, pelo menos, três mil em torno do território nacional, localizadas nos Estados do Amazonas, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Destacando que os Estados brasileiros que possuem a maior quantidade de comunidades quilombolas, segundo o site da Fundação Cultural Palmares, são a Bahia, o Maranhão, Minas Gerais e Pará. No Quadro 3 são apresentados os Estados, as Comunidades e o Percentual de habitantes em relação às comunidades quilombolas do Brasil (INCRA, 2018).

Quadro 3. As Comunidades Quilombolas no Brasil. (Continua)

REGIÃO	COMUNIDADE	POPULAÇÃO %
Região Sul	178	13,3%
Região Sudeste	448	77,7%

Quadro 3. Continuação.

Região Norte	356	18,7%
Região Centro Oeste	143	12,9%
Região Nordeste	1.920	77,3%

Fonte: INCRA (2018).

Na argumentação de Posey (1992), as comunidades quilombolas como marcas incontestes à resistência e à organização, empreenderam lutas pelos direitos à liberdade, cidadania e igualdade, no conjunto das reivindicações pela posse da terra que são considerados bens sagrados e formadores de uma identidade étnica. Demanda essa legítima, na medida em que o estado brasileiro contraiu uma dívida secular com a população negra, formando, assim, juntamente com outras classes sociais marginalizadas, o que Ariano Suassuna chama de Brasil real em contraposição ao Brasil oficial das classes privilegiadas. Nesta ótica, as comunidades quilombolas ou povos tradicionais são apresentados, segundo Posey (1992), como detentoras de valores tradicionais fundamentais para sua relação com a natureza:

Essas comunidades possuem um vasto conhecimento tradicional, o qual é um sistema integrado de crenças e práticas características de grupos culturais diferentes, e os povos tradicionais, geralmente, afirmam que a “natureza” para eles não é somente um inventário de recursos naturais, mas representa também as forças espirituais e cósmicas que fazem da vida o que ele é. (POSEY, 1992, p.112).

Decorrente da argumentação de Moura (1997), na unidade social quilombola, a terra é um espaço relevante à afirmação da identidade dos sujeitos dessas comunidades para garantir a continuidade de suas tradições pois não é pautada na categoria particular e sim pelo grupo que lá existe, formando entre eles um “pacto social”, com regras que estabeleçam a harmonia social entre os seus habitantes. Esse direito à posse da terra pelos quilombolas teve o seu

reconhecimento no Brasil com a Constituição de 1988, que assegura o direito à posse da terra dessas populações negras, oriundas dos quilombos.

Desta forma, Munanga (2006) comenta que a questão quilombola é um assunto importante para se pensar a constituição da sociedade brasileira, graças, em grande parte, ao movimento negro e ao exercício intelectual de vários autores como Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, Beatriz do Nascimento, Kabengele Munanga, dentre outros. Ao lado disso, é importante mencionar a mobilização política que culminou na publicação de um artigo de disposições transitórias (68), da Constituição Federal do Brasil de 1988, que dá direito à titulação das terras ocupadas.

Vale destacar que a comunidade do Curiaú sempre precisou lutar para manter suas terras antes de ser tituladas pela Fundação Cultural Palmares, e mesmo depois de receber a documentação referente a sua propriedade coletiva como “comunidade negra rural”, continuou sua luta para garantir seus direitos como comunidade tradicional na preservação da sua cultura.

Como pode se observar nos comentários dos autores, as comunidades quilombolas são consideradas tradicionais por possuírem um conhecimento tradicional integrado de crenças e práticas características de grupos culturais diferentes, sendo estas percebidas a partir do modo de vida dos seus moradores.

1.2 A Comunidade do Curiaú

A comunidade quilombola do Curiaú é uma comunidade de descendentes de escravos negros trazidos da África durante o século XVIII, oriundos da Bahia, Rio de Janeiro e Maranhão, que chegaram a Macapá para a construção da Fortaleza de São José de Macapá (OLIVEIRA, 2012), localizada dentro da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú no Estado do Amapá.

O Curiaú está distante do Município de Macapá, no Amapá, por aproximadamente 8 km, contudo, é uma comunidade que mantém seus costumes e tradições oriundos da descendência de escravos refugiados há cerca de dois séculos, como afirma Marin (1997). Ainda, segundo a autora, as origens do Curiaú aparecem em várias narrativas transcritas em documentos oficiais dos séculos XVIII e XIX, encontradas no arquivo público do Estado do Pará.

Moraes (2011) nos informa que a origem da toponímia do nome Curiaú está associada a uma das finalidades da área, que é a criação de gado (cria) e o mugido das vacas (um), resultando no termo Cria-um, que posteriormente passou a ser denominada de Cria-ú e atualmente se chama Curiaú. Entre os moradores da comunidade do Curiaú predomina o interesse coletivo, regras internas de ajuda, cooperação e socialização. Os costumes sociais, os graus de parentesco e os casamentos dentro da comunidade, exprimem, na argumentação de Videira (2013), trocas materiais e simbólicas que permitem ao grupo manter a identidade étnica, expressando sentimentos de pertença entre os nascidos no Curiaú, denominados de “criauenses”, pela própria autora.

O acesso terrestre ao Curiaú é feito pela EAP-070 e pela BR-210. Essas vias também levam a outras localidades como Santo Antônio da Pedreira, Itaubal, Santa Luzia do Pacuí e Cutias. A via de acesso fluvial pelo rio Curiaú, que uma área de 196 km² com extensão aproximada do canal principal a 9 km, é o rio que corta o território no sentido leste/oeste. Em Queiroz (2008) se afirma que a alternativa fluvial é a mais utilizada a partir do mês de janeiro, quando se inicia o período das chuvas na região e aumenta o volume das águas do rio e do lago.

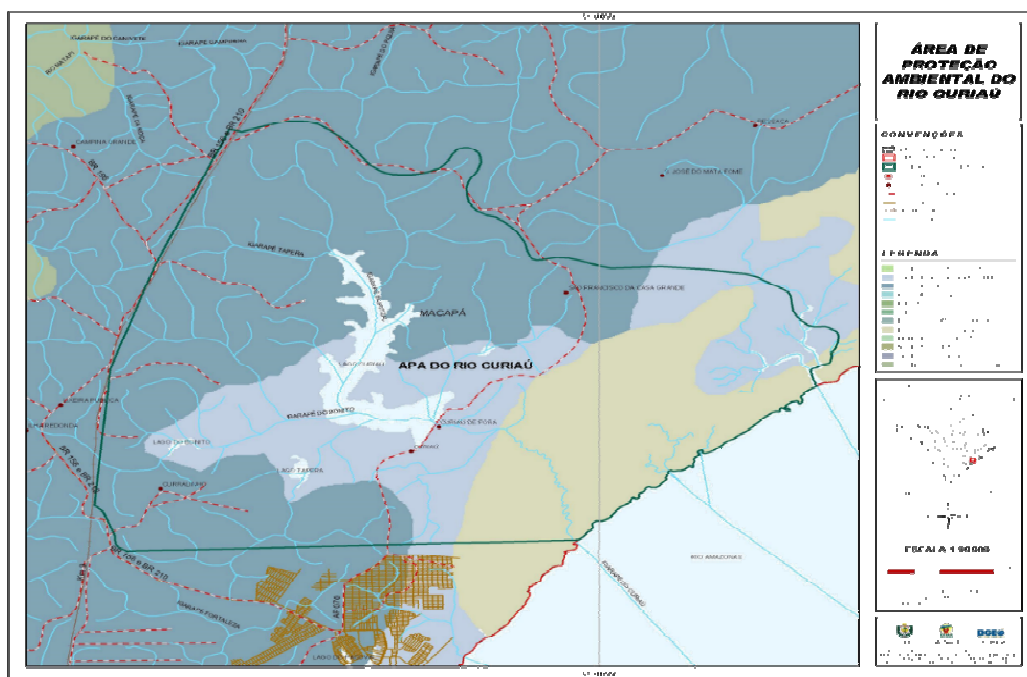


Figura 3. Localização da Área de estudo. Fonte: Amapá (2010).

As comunidades pertencentes ao território quilombola do Curiaú estão localizadas muito próximas e seus moradores possuem laços de parentesco, costumes sociais e interesses coletivos que se configuram em relações sociais que contribuem para afirmar os sentimentos de pertencimento do povo quilombola. Nesse sentido, os núcleos populacionais que formam as comunidades quilombolas do Curiaú são representadas no Quadro 4, bem como a população residente nas comunidades quilombolas do Curiaú, formada por 3.850 habitantes.

Quadro 4. As Comunidades Quilombolas do Curiaú

COMUNIDADES	NÚMERO DE HABITANTES
Comunidade do Curiaú de Fora	1000 hab.
Comunidade do Curiaú de Dentro	1.200 hab.
Comunidade do Mocambo	300 hab.
Comunidade da Casa Grande	500 hab.
Comunidade do Curralinho	500 hab.
Comunidade do Pescado	200 hab.
Comunidade do Pirativa	150 hab.
TOTAL	3.850 hab.

Fonte: FACUNDES (2000).

Silva (2004) comenta que a maior parte da população quilombola que ficou junta na comunidade, resistiu a tudo e a todos, passando dificuldades, entre elas a falta de transporte coletivo, água encanada, energia elétrica, recolhimento do lixo, invasão de suas terras, exploração dos seus recursos naturais, principalmente a caça e pesca, problemas de segurança, saúde, educação, emprego e moradia; situações que ocorreram em todas as comunidades do Curiaú, mas manteve-se firme, assegurando suas terras, culturas, tradições e costumes, e

quando estava achando que tudo começava a se acertar, na verdade, estava caminhando para enfrentar situações e problemas diversos.

Silva (2004) ainda argumenta que a comunidade quilombola do Curiaú encontrou algumas alternativas, como na saúde com a medicina caseira, onde as parteiras cuidavam das crianças; os criadores de animais cuidando do seu rebanho; o pequeno vendedor vendendo caro, mas servindo a comunidade local; os mariscadores pescando alimentos para seus familiares; os extrativistas colhendo produtos da natureza; as costureiras fazendo roupas para o seu povo.

Deste modo, os habitantes do Curiaú proporcionam um múltiplo uso dos seus recursos encontrados em diferentes locais do território, distribuídos nas áreas de floresta várzea e terra firme e ainda nas áreas de seus quintais, plantando hortaliças, plantas medicinais, entre elas o capim santo e erva cidreira e as plantas frutíferas como a banana, laranja, bacaba e acerola, somente para o consumo das próprias famílias. É comum, em frente das residências dos habitantes do Curiaú, o plantio de mangueiras e cajueiros típicos do lugar. No Quadro 5 apresentam-se alguns dos principais recursos existentes no território do Curiaú, seus respectivos sistemas ecológicos e a finalidade de cada um para as famílias que se utilizam desses recursos naturais para a sua sobrevivência.

Quadro 5. Recursos existentes na área do Curiaú. (Continua)

Sistemas Ecológicos	Tipos de Recursos	Tipos de uso pelas famílias
Floresta de várzea.	Fruto do açaí e buriti.	Alimentício com alguma comercialização.
Floresta de várzea, Ilhas de matas.	Tatu, paca, cutia, porco do mato, catitu e guariba.	Alimentício.
Quadro 5. Continuação.		
Terra firme e quintais.	Medicinais (capim santo, erva cidreira, capim cheiroso, capim marinho, cipó de alho).	Cura de doenças físicas e espirituais.
Terra firme e quintais.	Frutíferas (laranja, tangerina, abacaxi, maracujá, caju, goiaba, banana, abacate, acerola, bacaba e mamão).	Alimentício.
Floresta de várzea; terra firme e quintais.	Roças (mandioca, milho); leguminosa (maxixe, quiabo e jerimum).	Alimentício com alguma comercialização.
Rio, poços e lagos.	Acará, tamuatá, traíra, jiju, matrixão, cará e tucunaré.	Alimentício.

Fonte: FACUNDES (2000).

1.3 Concepções Históricas das Comunidades em Estudo no Curiaú

Mesmo que as comunidades que formam a APA do Curiaú estejam próximas e seus moradores possuam laços de parentescos, existem características que as diferenciam dando-

lhes especificidade, como a comunidade do Curiaú que é composta por dois núcleos populacionais denominados de “Curiaú de Fora” e “Curiaú de Dentro”. Esses núcleos estão separados por uma distância de 1 km, sendo assim definidos pelos seus moradores. Segundo o autor,

O Curiaú possui uma “divisão” que muitos moradores preferem não considerar. Dizem que esta foi apenas a forma encontrada por uma das primeiras professoras do lugar para identificar o local em que haveria aula para os alunos quando estes ainda não possuíam um local fixo para que os professores realizassem suas atividades. (QUEIROZ, 2008, p. 16).

Silva (2004) argumenta que essa divisão em dizer “Curiaú de Fora” e “Curiaú de Dentro” é em função de uma nomenclatura de palavras ditas pelas primeiras professoras do lugar para identificar o local em que se dariam as aulas para os alunos, quando este ainda não possuíam um local fixo para que os professores realizassem suas atividades.

A seguir, uma imagem (figura 4) do local denominado pelos próprios moradores como área de divisão entre o Curiaú de Fora e o Curiaú de Dentro. Este espaço é ocupado por várias residências quilombolas, a Igreja de São Joaquim e a serralheria do Pezão. Uma placa de advertência sobre a preservação ambiental e a estrada principal que passa por dentro da comunidade ajudam a identificar o lugar. Este local representa, segundo os moradores, o Curiaú moderno e o Curiaú tradicional.



Figura 4. Área de divisão entre o Curiaú de Fora e o Curiaú de Dentro. Fonte: Dados da pesquisa.

1.3.1 A Comunidade do Curiaú de Fora

O Curiaú de Fora é uma unidade social formada por descendentes e remanescentes quilombolas, nele são muito fortes as manifestações culturais tradicionais. Destacam-se aqui os festejos do dia de São Joaquim, comemorado no dia 09 de agosto, quando um grupo de rezadores e músicos convocam todos os devotos a irem até a igreja da comunidade para

rezarem a ladainha. Essa ladainha é conduzida pelo mestre sala, guia espiritual da comunidade. Entretanto, todos os seus habitantes têm parentesco com os habitantes do Curiaú de Dentro.

Essa comunidade é, na verdade, uma extensão do Curiaú de Dentro devido ao crescimento do número de famílias que foram aumentando na área principal. As comunidades tiveram que expandir-se em direção opostas, provocando, dessa forma, o surgimento de novas áreas habitacionais. Contudo, é na cultura local que observamos a unidade territorial do Quilombo.

Abaixo, temos uma imagem panorâmica (Figura 5) da comunidade Curiaú de Fora, demonstrando a vegetação local formada pelos campos cerrado, os campos inundáveis e a floresta de várzea, com predomínio dos campos cerrado, as residências locais que estão mudando, constantemente, a sua forma de construção em relação às moradias do Curiaú de Dentro e um poste de energia elétrica da CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá), representando o desenvolvimento econômico da região. Essa imagem representa o avanço econômico da cidade dentro da comunidade quilombola.



Figura 5. Vista panorâmica do Curiaú de Fora. Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir, uma imagem (Figura 6) do local de lazer da comunidade do Curiaú de Fora. Nesse espaço acontecem as atividades culturais da comunidade como a realização dos festejos de Santo Expedito e Santa Maria, as reuniões locais da comunidade sobre diversos assuntos, a programação dos ciclos do Marabaixo e Batuque, o encontro dos tambores, a comercialização de artesanatos, bingos, oficina de capoeira, entre outros.

Para a comunidade, esse local representa a diversidade cultural do Quilombo; é o cartão postal do Curiaú de Fora.



Figura 6. Área de lazer da comunidade do Curiaú de Fora. Fonte: Dados da pesquisa.

O acesso à comunidade de Curiaú de Fora se dá por uma estrada afastada, ligando as duas comunidades, como podemos observar na imagem a seguir (Figura 7). A estrada em questão é a Rodovia EAP-070, que liga a cidade de Macapá à comunidade de remanescente quilombola do Curiaú e atravessa toda a área do Quilombo em direção a outras localidades, como Santo Antônio da Pedreira, Itaupal, Santa Luzia do Pacuí e Cutias.



Figura 7. Acesso a comunidade do Curiaú de Fora. Fonte: Dados da pesquisa

Abaixo, uma imagem lateral da Igreja de Santo Expedito (Figura 8); esse espaço é da manifestação religiosa principal da localidade. Ela está localizada no Curiaú de Fora e as celebrações ocorrem todos os domingos pela manhã. Essas celebrações são dirigidas por um padre local que atende o Curiaú de Fora e o Curiaú de Dentro. O momento de grande importância para a comunidade local é quando ocorre a missa em louvor a Santo Expedito no

dia 19 de abril, quando se comemora o dia do “Santo das Causas Justas e Urgentes”. Na lateral da igreja temos a imagem pintada de Santo Expedito.



Figura 8. A Igreja de Santo Expedito no Curiaú de Fora. Fonte: Dados da pesquisa.

1.3.2 A Comunidade do Curiaú de Dentro

Curiaú de Dentro é a comunidade quilombola mais antiga dentro do Curiaú, onde está localizado a única Escola de ensino fundamental que serve todos os “criauenses”, termo usado por Videira (2013), referindo-se aos sentimentos de pertença entre os nascidos no Curiaú. A comunidade possui uma rua principal denominada de Santo Antônio. Nesse espaço está inserido também o posto de saúde, a igreja católica, os bares, boates, restaurantes, museu (desativado) e o balneário. É reconhecido como uma área de acesso a outras comunidades do interior do Estado do Amapá.

Nessa unidade social, os seus habitantes mais antigos são denominados de “guardiões” ou “narradores chaves”, constituindo-se em autoridades outorgadas pela comunidade; são referenciais de informações sobre as histórias do Curiaú em geral e fazem parte das mesmas famílias que moram no Curiaú de Fora e participam dos mesmos eventos culturais de ambas as comunidades. Diante dessa situação, observa-se a importância das pessoas idosas do Curiaú, que conhecem a história pela memória e lhes permite ressignificar valores relacionados a sua vivência social.

Em menção a formação das famílias no Curiaú, Silva (2004) relaciona, basicamente, 30 uniões que constituíram proles numerosas, de onde derivou o crescimento da população. A primeira é fruto da união de filha do escravo Francisco Inácio dos Santos, de nome Maria Izabel, com Lidugério Marinho; depois temos união entre as famílias Miranda, Rosário, Silva, Rosa, Pinheiro, Borges, Inácio, Ramos, Paixão, Souza, Leite, Banha, Santos, Espirito Santo, Miranda da Silva, Silva, Santos, Menezes da Silva, Costa Leite, Santana e Nunes. Nesse contexto, no Curiaú, todos dizem ser parentes.

A seguir, uma imagem da Igreja de Santo Antônio, localizada na comunidade do Curiaú de Dentro (Figura 9), é o espaço de manifestação religiosa principal da comunidade, onde as missas ocorrem todos os domingos pela noite. Entretanto, em casos especiais, como a festa do seu padroeiro comemorada no dia as celebrações religiosas, são alternadas entre manhã e noite. É considerada a Igreja mais antiga da comunidade do Curiaú de Dentro e representa, para os seus habitantes, a proteção divina. Em seu entorno, podemos observar o

local bastante arborizado e algumas casas de quilombolas que ficam monitorando a movimentação do terreno da igreja contra as “pessoas mal-intencionadas”².

Vale ressaltar que na lateral da Igreja passa uma estrada que dá acesso ao balneário do Curiaú, conhecido por todos os frequentadores assíduos do local. Na mesma estrada podemos encontrar uma placa de advertência em defesa do meio ambiente. E na frente da Igreja, em cima da porta de entrada, a imagem de Santo Antônio. No terreno da Igreja há uma residência habitada por uma família quilombola que é responsável pela sua manutenção e segurança.



Figura 9. A Igreja de Santo Antônio no Curiaú de Dentro. Fonte: Dados da pesquisa.

A (Figura 10), mostra com detalhes o terreno em torno da Igreja de Santo Antônio com vista ao balneário do Rio Curiaú. É um local bastante visitado, principalmente por estudantes e pesquisadores quando chegam na comunidade do Curiaú de Dentro para desenvolverem atividades acadêmicas.



Figura 10. Vista panorâmica do Curiaú de Dentro. Fonte: Dados da pesquisa.

² O termo mal-intencionadas é usado pela comunidade quilombola do Curiaú quando observa algum estranho em atitude suspeita como observando sem falar com ninguém, fazendo perguntas sem antes se identificar e outros.

Para Videira (2013), o Curiaú foi considerado, por muito tempo, uma comunidade rural em virtude de sua distância do centro urbano, pois está localizado na zona norte da cidade de Macapá, a aproximadamente 8 km do centro de sua capital amapaense, embora apresente uma considerável extensão territorial. Por isto, o Curiaú representa uma área de fronteira importante para o desenvolvimento econômico do Estado do Amapá, devido à rodovia principal que passa pelo centro da comunidade quilombola, ligando Macapá a outros municípios do Estado, onde o fluxo de veículos de carga é constante.

Portanto, é fundamental esclarecer que a vila do Curiaú é habitada por afrodescendentes e organiza-se ao longo de três ruas: São Joaquim, Santo Antônio e Januário Clarindo, além da Rodovia estadual Alceu Paulo Ramos, que dá acesso à comunidade até o final da rua do Curiaú de Fora. A comunidade quilombola mantém, apesar das interferências urbanas, a vida interiorana, possuindo uma ampla rede de relações com outras comunidades circunvizinhas e mantém suas tradições culturais, sobretudo no que concerne às atividades religiosas, com a realização anual de várias festividades em devoção aos santos locais.

Vale ressaltar que São Joaquim é considerado pelos quilombolas do Curiaú como o santo milagreiro. A presença do padroeiro na vila é de tal forma que a comunidade mantém uma pequena fazenda com uma criação de gado para que os referidos animais sejam abatidos nos festejos do santo.

A (Figura 11), descreve a cultura quilombola do Curiaú. O desenho pintado na parede do muro da Escola Estadual José Bonifácio revela as manifestações culturais do povo quilombola com destaque para o Marabaixo e o Batuque, que são as heranças culturais deixadas pelos moradores antigos do Curiaú.



Figura 11. Pintura das tradições culturais do Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir, temos a imagem (Figura 12) da área de lazer do Curiaú de Dentro que apresenta uma área bastante arborizada, um lago para banho bastante frequentado durante o mês de julho, com o advento do projeto Macapá verão, e um ambiente construído em madeira onde são realizadas as reuniões, encontros e atividades culturais da comunidade e várias residências quilombolas em torno da área em questão. Esse espaço é de suma importância para o povo do Curiaú pelo fato de que a origem do Curiaú foi a partir deste local. É o local que apresenta o maior número de idosos do Curiaú.



Figura 12. Área de lazer do Curiaú de Dentro. Fonte: Dados da pesquisa.

Abaixo, temos a imagem (Figura 13) do prédio do museu abandonado no Curiaú de Dentro. Esse prédio foi construído pelo governo do Estado do Amapá e inaugurado em abril de 2002 com o nome de “Parque Ecológico do Curiaú”. No ano de 2011, esse prédio foi revitalizado e entregue à comunidade com o nome de “Museu da Cultura da Vila do Curiaú”, e depois ficou conhecido popularmente como “Museu do Curiaú”. Entretanto, esse espaço ficou abandonado em seguida pela falta de pessoas capacitadas para trabalhar naquele espaço como museu. Em virtude dessa situação, foi entregue à polícia militar do Amapá, pelos representantes da comunidade, que colocou uma base policial funcionando no local e depois um depósito de sucatas dos veículos militares da corporação. Atualmente, esse prédio está abandonado, esperando revitalização pelo governo do Estado do Amapá.



Figura 13. Prédio do Museu abandonado no Curiaú de Dentro. Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se o mato crescendo, o prédio em processo de deterioração e a comunidade que poderia ter no museu uma forma de reconhecimento de sua negritude, de sua ancestralidade e de sua cultura, de modo geral. Fica na expectativa que a situação seja logo solucionada pelas autoridades locais.

1.4 A Cultura na Comunidade do Curiaú

De acordo com Videira (2013), as festas de santos de tradição da religião católica realizadas na comunidade do Curiaú são motivo de orgulho e alegria para os moradores da comunidade quilombola, onde eles compartilham momentos de reencontro com seus familiares, parentes, amigos e vizinhos, onde celebram as suas ancestralidades, resgatando, dessa forma, a tradição local que é registrada e incorporada pela própria comunidade do Curiaú.

Segundo o autor,

As festas na comunidade do Curiaú se definem: culturais, tradicionais, folclóricas, profanas e sociais. Culturais são aquelas feitas em nome de santos; as tradicionais são aquelas realizadas há mais de dez anos; as folclóricas são as juninas; as sociais são os casamentos e aniversários, e as profanas são as realizadas nos finais de semanas. (SILVA, 2004, p. 83-84).

O autor, em sua citação, chama a atenção para o fato que desde o princípio de formação do Curiaú, o conjunto de atrações, cultura e religiosidade natural, sempre foi ponto positivo de continuidade do povo. Ao fazer as festividades das imagens dos santos na comunidade, é uma obrigação rezar as ladainhas e oferecê-las a estes como uma forma de agradecimento.

As danças tradicionais devem ser compreendidas como um mecanismo de construção da identidade cultural, que permita a existência do passado, reproduzido no presente, a partir do conhecimento e ensinamento de tais práticas, registros na memória dos moradores que serão passadas adiante por meio das manifestações culturais.

Diante dessa realidade, percebe-se que os costumes tradicionais tendem a agregar novos valores a dinâmica cultural. Destaca-se que as práticas dançantes de cunho tradicionalista sempre estiveram ligadas, intrinsecamente, a festividades religiosas, sendo realizadas somente em datas específicas durante o ano.

Marin (1997) afirma que no Curiaú, seus habitantes são profundamente devotos de várias imagens católicas e tradicionalmente as festejam com fé e veneração. Inclusive, essa vocação festeira de suas comunidades, foi o meio encontrado para preservar, através de comemorações religiosas, sua herança afro, marcadas pelo sincretismo religioso. Conjugam elementos profanos, tais como o Batuque e o Marabaixo, com rituais religiosos, como as Ladainhas, Procissão e a Folia.

Em todas as festas, exceto de Santa Maria, após a Ladainha, dança-se o Batuque, a grande expressão de origem africana dos habitantes do lugar. Entretanto, é na festa de São Joaquim que existem aspectos mais interessantes. É a única em que ocorre a Folia (MARIN, 1997). Segundo o Dicionário online de português (2018), o termo Folia refere-se à dança em ritmo acelerado de muitas pessoas, ao som do pandeiro. Nessa lógica, observa-se que os quilombolas do Curiaú através de suas práticas culturais, possuem o seu modo próprio de viver e de se relacionar com os sistemas ecológicos da região, e tratam a sua cultura como uma herança deixada pelos primeiros guardiões da comunidade quilombola.

Silva (2004) considera que há séculos esses eventos existem no lugar. No seu cotidiano, as pessoas tiveram o cuidado de manter certos rituais preservados, pensando na transmissão cultural para os seus herdeiros. Do mesmo modo, nas comunidades tradicionais,

são seus modos de vida, ou seja, seus costumes e práticas sociais do cotidiano que as definem como sendo originais, vinculando-as ao processo de reprodução das práticas sociais.

Infere-se que a vida do povo quilombola do Curiaú é marcada pela tradição, tendo como característica principal um trançado de vidas e de culturas feitas pelas vozes antigas e sempre atualizadas de seus membros, referindo-se ao passado e ao presente. Silva (2004) argumenta que, desde o princípio deste lugar, o conjunto de atrações, cultura e religiosidade natural sempre foi ponto positivo de continuidade do povo do Curiaú. Ao fazer as festividades das imagens dos santos na comunidade, é uma obrigação rezar as ladainhas e oferecê-las aos mesmos como uma forma de agradecimento.

Por esse ângulo, pode-se analisar o Curiaú como um lugar de representações sociais vivificadas no ciclo de festas que se articulam com as dimensões do sagrado e do profano. Práticas essas em que ao invés de bipolaridade, unem-se numa mesma conjunção de forças e estão fortemente circunscritas no imaginário social dos moradores.

Anjos (2009) comenta que, dentro dos territórios quilombolas, cada morador sente-se parte do lugar, pois ligam-se a ele por sentimentos e conhecimentos que lhes foram repassados por seus ancestrais via tradição oral. A pertença a esses territórios está relacionada à ancestralidade, portanto, a uma memória que articula passado – presente – futuro e por isso os quilombos são considerados territórios tradicionais.

Nesse contexto, o sentimento de pertencimento está ligado diretamente à identidade no território, sendo um meio pelo qual os moradores conseguem manter uma relação de domínio, ou seja, exercer o poder de controle sobre a área. Esta identidade se manifesta pelas práticas consideradas tradicionais, o que se percebe em suas manifestações culturais. Assim, os quilombolas do lugar reconstróem, dia após dia, sua identidade através da manutenção de seus costumes, cultura e religião.

Videira reforça a importância das atividades festivas para a manutenção da comunidade quilombola:

Compreendi que a comunidade compartilha as festas e seus conhecimentos, por considerar essa atividade fundamental para a existência de sua cultura e tradições. E deixam claro que todas as pessoas são importantes dentro do processo de organização e realização das celebrações. A solidariedade, o respeito e a sabedoria dos mais velhos revelam o cuidado da comunidade em zelar e não “descumprir” a tradição que herdaram de seus antepassados. Nas festas tem-se abundância em alimentos, cuidado com as crianças (futuro) e com os antigos (a sabedoria ancestral), acolhimento sem discriminar pessoas, agradecimentos ao criador e aos santos (as) de devoção por terem a oportunidade de viver o momento da celebração (VIDEIRA, 2013, p. 91).

Quando se fala em tradições culturais das comunidades quilombolas, principalmente a religião, não se deve esquecer que essas tradições são consideradas pela comunidade como uma herança cultural deixada pelos seus antepassados e devem ser praticadas da mesma forma que faziam os seus guardiões. A Erva-cidreira 3 (65 anos), em entrevista, coloca que:

a comunidade tem um legado que recebemos lá dos nossos antepassados que nos deixaram uma herança tão linda que eu sempre converso quando vem estudantes, professores. E quando eu saia por esse Brasil afora, eu sempre falava uma cultura se nós não preservamos, ela vai morrer, mas se você dá continuidade pra ela, jamais vai morrer porque cada criança que nasce, já nasce sabendo que tem que fazer alguma coisa. Como o senhor viu hoje, a Igreja estava cheia de crianças, nós estamos aqui puxando as nossas crianças para o catecismo para fazer parte da nossa religião porque toda religião é válida, porque fala em Deus e eu não sou contra, mas nós

como filhos do Curiaú, nós como católicos que abraçamos a religião, o Marabaixo e o batuque isso pra nós é muito bom. O Brasil é tão grande. O país é imenso que cabe todo mundo porque que nós não podemos aceitar o outro irmão? Deus é só um, seja ele do candomblé, da umbanda, da macumba, do catolicismo, do protestantismo. Deus é só um. Não existe dois Deus e é nele que temos que acreditar, cada um com sua crença.

A seguir, uma imagem (Figura 14) do sistema de som Amazônia Fusion, que, atualmente, está presente em quase todas as programações culturais da comunidade do Curiaú. Entretanto, aproximadamente 60% dos habitantes do local não concordam com a participação desse som, pois, segundo os próprios moradores, o volume do som é muito alto, provocando um certo desconforto para a comunidade quilombola, além de descaracterizar as programações culturais da própria comunidade. Vale ressaltar que o som é contratado por membros da comunidade com o objetivo de atrair os mais jovens e visitantes, algo lucrativo pela quantidade de bebidas vendidas e consumidas nesses eventos realizados no Curiaú. Nesse sentido, há um desacordo interno na comunidade no que tange as novidades da cultura urbana no local, as formas que se apresentam o turismo no Curiaú e suas formas de adquirir recursos financeiros. Os mais novos, principalmente os jovens, são os adeptos a essas modernidades que incomodam os antigos moradores do lugar.



Figura 14. Sistema de som Amazônia Fusion. Fonte: Dados da pesquisa.

Abaixo, temos uma imagem (Figura 15) do local onde ocorrem as festas modernas do Curiaú de Dentro, patrocinada pela família Gorgia. Essa área representa um conflito no que tange a realização de festas com aparelhagens, principalmente para os moradores antigos que sofrem com o volume do som, brigas, acidentes na estrada e o lixo produzido pelos frequentadores que fica exposto dentro da comunidade quilombola.



Figura 15. Local onde ocorre as festas modernas do Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.

Na comunidade do Curiaú constata-se que os elementos compreendidos como tradicionais são percebidos a partir do modo de vida dos moradores, ou seja, existe uma manutenção das práticas sociais dos seus antepassados, como nas festividades tradicionais para os guardiões que não concordam com a introdução de novos elementos culturais que poderiam descaracterizar as festas tradicionais quilombolas. Assim, valores modernos contrastam com os valores tradicionais do que representa ser um quilombola e viver numa área de forte presença da natureza.

1.5 Festas Tradicionais Religiosas no Curiaú

As festividades tradicionais do Curiaú estão relacionadas às práticas religiosas, sendo que o momento de festejo representa uma etapa dos rituais católicos ali praticados. Na dinâmica dessas práticas, através das festas dos santos, estão presentes também os elementos da cultura afro-religiosa, demonstrando a forma do sincretismo religioso.

Nas celebrações tradicionais do Curiaú, destaca-se, segundo Videira (2013), a festa de São Sebastião (18 a 20 de janeiro), festa de Santa Maria (29 a 30 de maio), festa de São Joaquim (09 a 19 de agosto), festa de Santo Antônio (06 a 08 de setembro), festa de Nossa Senhora da Conceição (08 a 10 de dezembro). Essas festividades de santo são realizadas na própria comunidade e duram cerca de sete dias. Durante esse período, são realizadas novenas, ladainhas (rezadas em latim), danças tradicionais e os bailes, estes últimos com características que destoam dos rituais tradicionais.

Na argumentação de Silva (2004), a festa de São Joaquim, padroeiro do Curiaú ocorre ao longo de dez dias entre o dia 9 a 19 de agosto. As comunidades reúnem-se para cantar as Ladainhas, vindo, em seguida, os festejos no ritmo dos tambores. No Curiaú de Dentro, comemora-se São Sebastião em janeiro e Santo Antônio em setembro. No Curiaú de Fora, festeja-se Santa Maria, em maio quando é dançado o Marabaixo. São Tomé em dezembro e São Joaquim, o padroeiro dos dois núcleos, no mês de agosto.

Silva (2004) comenta que é na festa de São Joaquim, no Momento da aurora, que todos vão para dentro da igreja do santo para louvá-lo pela noite feliz e por mais um dia nascido. A festa de São Joaquim é dividida em dois momentos: a festa da bandeira e a festa grande. Manter o cantador firme, sem ficar bêbado e rouco é muito importante. Outra

preocupação é não furar os instrumentos, os tambores, os pandeiros e as caixas (se for Marabaixo), pois não tem como recuperar naquele exato momento. Esses momentos são rituais de reforço do pertencimento à identidade do lugar como descendente de negro (instrumentos musicais, as danças etc.) e de pertencimento à Igreja Católica, segundo a tradição do “catolicismo de preto” (CUNHA JR., 2001). É uma forma de pensamento e prática social que serve para reafirmar a ancestralidade negra como estratégia de sobrevivência e manutenção de sua cultura.

Por sua vez, é na realização dos bailes que temos as festas com músicas eletrônicas, fruto daquele dinamismo das festividades religiosas, no qual eram usados apenas os instrumentos rudimentares, no entanto, com o tempo, foram acrescentados também os aparatos musicais eletrônicos. O tradicional e o moderno passam, agora, a fazer parte da cultura local. Nesse sentido, o tradicional é capaz de incorporar as modernidades vindas do mundo urbano para, inclusive, dar dinamismo e atualização à cultura local.

Esse momento e movimento, atualmente, cria formas de produção econômica dentro da comunidade, nos moldes das atividades urbanas, no qual está pautado no modelo produtivo capitalista. Essa situação gera, em parte, dos moradores um estado de preocupação, porém, eles não são totalmente contrários à sua realização em virtude de alguns moradores passarem a realizar práticas comerciais, como a venda de alimentos, bebidas, artesanato, estacionamentos etc. Nos bailes, essas relações comerciais passam a ser dominantes.

Videira (2013) considera que no território quilombola do Curiaú deve-se enfatizar, sobretudo, os Batuques e Marabaixo. São tipos de cerimônias realizadas com muita seriedade pelos criouenses e praticamente ao longo de todo ano, como comemoração pública dedicada aos(as) santos(as) da religiosidade católica. Elas são compostas de danças, tambores, pandeiros e simbologias materializadas nos rituais religiosos presentes na cultura afro amapaense. Segundo ele, elas representam o *modus vivendi* particular desse continuum cultural como parte relevante do tecido histórico afro-brasileiro de nosso país.

O Batuque, que começa em janeiro, festejando São Sebastião nos dias 19 e 20; São Lázaro nos dias 10 e 12 de fevereiro. Depois chega o tempo do Marabaixo, que a comunidade festeja de 30 a 31 de maio em louvor a Santa Maria. Volta novamente o tempo do Batuque no mês de junho, nos dias 12 e 14 para Santo Antônio. Em agosto, de 9 a 19 festeja-se São Joaquim. Em setembro de 6 a 8, dezembro de 7 a 9, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição. E nos dias 20 a 22 é comemorado o dia de São Tomé.

Portanto, os Batuques e Marabaixos não são somente a reunião de pessoas para celebrarem seus santos e entidades espirituais. Trata-se de uma forma de pensamento e prática social que serve para a comunidade do Curiaú reafirmar a ancestralidade negra como estratégia de sobrevivência e manutenção de sua cultura. Silva (2004) reforça que o Batuque e o Marabaixo, considerados como herança cultural do Curiaú, têm uma importância muito grande para o seu povo. O Batuque, manifestação maior do Curiaú, é cantado por várias pessoas locais, incentivados por cachaça, cerveja e gengibirra.

Atualmente, os grupos de Marabaixo e batuque, no Amapá, são formados, na sua maioria, por filhos e parentes de pessoas que moram em comunidades negras e são abertos aos simpatizantes que queiram participar em forma de oficinas ministradas pelos coordenadores desses grupos. A confecção das suas vestimentas é feita na própria comunidades pelas costureiras locais que praticam essas atividades ao longo dos festejos culturais da comunidade.

Nas festas culturais do Curiaú, quando os foguetes estouram, dificilmente as pessoas ficam só olhando, logo também se misturam para se divertir. Existe um momento especial do Batuque: a aurora, onde é cantado um ladrão às cinco horas da manhã. Já o Marabaixo começa com a cortada ou tirada do mastro que é colocado no local onde vai ser realizada a dança (sede, casa ou barracão), é feito de uma árvore chamada pau-espírito-santo, que está em

extinção, mesmo na comunidade. Ela é tão valiosa que sua casca é medicinal, mas ao extraí-la, a árvore fica danificada, sujeita à morte.

Para manter suas tradições, essa comunidade vem enfrentando diversos desafios. Para a Erva-cidreira 3 (65 anos), “a origem do Marabaixo e do Batuque em Macapá vem das comunidades rurais para a cidade e a diferença entre eles é que o Marabaixo é acompanhado por caixa e o seu estilo é denominado de ladrão. Enquanto, o Batuque é acompanhado pelo pandeiro e tambor e o seu estilo é a bandaia”.

Nessas programações religiosas, a comida é muito importante, pois mantém os brincantes dispostos. No Curiaú, existe a fazenda de São Joaquim, mantida pela própria comunidade com a criação de gado que é utilizado na alimentação dos brincantes quando da realização da festa do santo padroeiro. Em dias que antecedem a programação em homenagem a São Joaquim, as mulheres ficam na responsabilidade de preparar o almoço e o jantar para a comunidade e realizam essa tarefa todo ano, pois acreditam, fielmente, na proteção do referido santo.

Já na festa de Santa Maria do Curiaú, segundo Silva (2004)³, somente a ladainha é rezada em sua homenagem. Abaixo, temos uma imagem (Figura 16) do banner da festividade de Santa Maria no Curiaú de Fora. Observa-se que no banner temos o café da manhã, o almoço e jantar durante os três dias da programação grátis, e a cobertura do evento é de responsabilidade do novo Amazônia Fusion. Esse banner foi colocado num ponto estratégico para chamar atenção de todas as pessoas que passam ao longo da rodovia AP 070, demonstrando, dessa forma, um certo interesse financeiro de seus patrocinadores.



Figura 16. Banner da festividade de Santa Maria. Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir, uma imagem (Figura 17) do banner dos festejos de Santa Maria no Curiaú de Fora. Observa-se que esse banner foi colocado dentro da Igreja de Santo Expedito pelos familiares da senhora Francisca Antônia Ramos dos Santos (já falecida) que era devota de

³ Sebastião Meneses da Silva, conhecido na comunidade como Sabá é agricultor, pesquisador, escritor e diretor geral do Jornal o Quilombo do Curiaú que sobrevive da agricultura tradicional. Como cidadão atuante, realiza ações para o desenvolvimento do seu povo. Por tudo isso, Sabá é o ponto de referência para as pessoas que interessam-se pela cultura do Curiaú (SILVA, 2004).

Santa Maria. No centro do banner, temos a imagem destacada da devota ao lado da santa em sinal de sua religiosidade e respeito à santa.



Figura 17. Banner dos festejos de Santa Maria no Curiaú de Fora. Fonte: Dados da pesquisa.

Além de serem tradicionais, as programações religiosas no Curiaú seguem uma estrutura em que primeiramente são rezadas as ladainhas em latim e depois são seguidas das danças tradicionais que servem, gratuitamente, aos participantes a gengibirra (produzida com cachaça, gengibre e açúcar) e o caldo (carne bovina com legumes e verdura), dependendo do patrocínio, são servidos, também, o café, o almoço e o jantar. Trata-se de uma atividade que revela a relação de compadrio e solidariedade dentro da comunidade, como forma de aproximação dos sujeitos e o reforço da sua identidade.

Não podemos deixar de mencionar que as festas tradicionais do Curiaú unem gerações, propagam saberes, histórias, culturas e representam um conjunto de elementos simbólicos respeitados e valorizados pela comunidade local. Nesse sentido, as experiências vivenciadas nessas festividades são emocionantes pelo fato de estarem impregnadas de traços afrodescendente e repletos de africanidades, demonstrando a verdadeira identidade do povo quilombola.

Uma questão problemática ocorre nas festas promovidas pela família Gorgia, no Curiaú de Dentro, principalmente quando é usado o sistema de som das aparelhagens nessas programações, pelo fato de muitas pessoas se deslocarem para as festividades e quando deixam o local fica a sujeira. A seguir, uma imagem (Figura 18) da degradação ambiental na APA, representa o estado em que fica o local no dia seguinte após uma festa no gorgia. Nesta imagem podemos observar uma grande quantidade de copos descartáveis, sacos plásticos, latinhas de cervejas e outros. Os organizadores, por sua vez, esquecem que estão dentro de uma APA e que esses eventos só poderiam ocorrer com a autorização, principalmente, da SEMA. Vale ressaltar que esses eventos da maneira como são realizados contribuem com a degradação do meio ambiente. Entretanto, como a fiscalização dos órgãos ambientais como SEMA, Batalhão Ambiental (BA) e o IMAP são deficientes, a situação continua sem alteração.



Figura 18. Degradação ambiental na APA. Fonte: Dados da pesquisa.

Isso demonstra a falta de conscientização ambiental dos patrocinadores quando utilizam o espaço dentro da comunidade quilombola para promover festas, como exemplo a noite do Zouk Love com o objetivo claro de lucro. Esse tipo de atividade cultural vai de encontro àquilo que determina a legislação sobre no que consiste uma APA e os limites no seu uso. Vejamos no próximo capítulos as determinações da legislação que instituiu a APA do Curiaú e sua relação com o quilombo.

2 CAPÍTULO II

A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO CURIAÚ

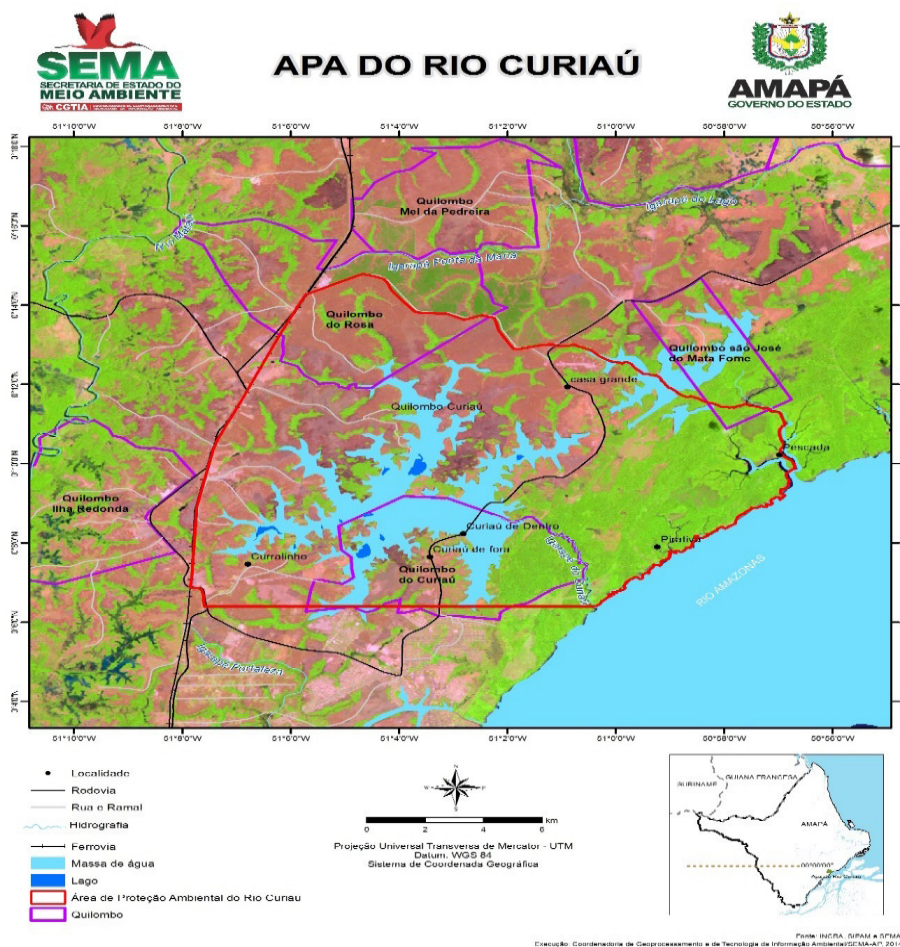


Figura 19. Mapa de localização da APA do Rio Curiaú. Fonte: Amapá, 2010.

2.1 Localização geográfica do Curiaú

Como área de estudo e objeto de pesquisa, destaca-se a Área de Proteção Ambiental (APA) do rio Curiaú, localizada a 8 km do Município de Macapá, capital do Estado do Amapá, amparada pela Lei Estadual nº 0431, de 15 de setembro de 1998, que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú, que possui 21.676 ha e um perímetro de 47,3 km. A APA está situada entre a zona urbana e rural do Município de Macapá. Limita-se ao norte com Campina Grande do Curiaú, a oeste com a rodovia BR-156, ao sul com a cidade de Macapá e a leste e com o Rio Amazonas (AMAPÁ, 2010, p.16).

Para o Boldo 9 (75 anos), um dos fundadores e presidente da Associação de Moradores do Curiaú (AMCC), em 1988, período em que se iniciava o processo para instituir

a APA do Rio Curiaú. Este passo foi dado paralelo à luta do Curiaú pela titulação das suas terras de uso comum. Contudo, as duas propostas foram formuladas por agentes com interesses distintos. Pois, se por um lado a titulação das terras do Curiaú garantiria a propriedade e o uso comum pelas famílias, por outro, a APA do Rio Curiaú instituiria processos de controle e preservação, dada a pressão da cidade de Macapá, mas que acabaria comprometendo as formas de uso utilizadas pelas famílias, passadas de geração para geração, de manejar os sistemas ecológicos existentes no território.

A APA do Rio Curiaú possui, em sua totalidade, uma extensão de, aproximadamente, 21.676 ha, declarada por meio do Decreto nº 1419/92 como patrimônio cultural do Estado do Amapá, devido a sua diversidade cultural e ecológica. Para Diegues (2000), esse tipo de imposição é gerador de conflito na medida em que o Estado impõe sobre espaços territoriais onde vivem populações tradicionais outros espaços tidos como “modernos e públicos”.

Nessa concepção, a luta voltada para os interesses ecológicos e sociais de populações pobres, segundo Martinez Alier (2004), se remete a outra categoria de análise da preocupação ambiental. Esta seria de interesse principalmente social, pois o objetivo maior é garantir os recursos materiais necessários para a sobrevivência. É uma preocupação pelos que dependem diretamente dos recursos naturais disponíveis em seus territórios que passaram a ser alvo de interesses externos, de lutas e conflitos.

Apesar de se tratar de uma Área Protegida, segundo Amapá (2010), existem muitos terrenos grandes e de porte médio ocupados por particulares destinados à criação de gado e a casas de fim-de-semana. Os habitantes das comunidades estão a par da situação, mas não sabem quem autoriza essas atividades nem quais os procedimentos para as permissões ou vendas. Entretanto, a Lei Estadual nº 0431/1998, em seu Art. 4º - Na APA do Rio Curiaú ficam proibidas: atividades potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água; Atividades que impliquem derrubada ou queima da vegetação nativa; Derrame ou disposição inadequada de lixo ou resíduos sólidos.

Na compreensão de Moran (1990), a prática de derrubar e queimar da agricultura itinerante e os procedimentos de abrir e cultivar uma área específica de solo da Floresta Amazônica foram responsáveis por preservar e manter funções de existência tanto do homem como para o próprio ambiente

Abaixo, na (Figura 20), uma visão panorâmica da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú. Percebe-se nessa imagem que o Rio Curiaú atravessa toda a APA com sua vegetação característica, formada em grande parte pelo cerrado; e as aves fazendo parte desse ambiente natural que é importante para a comunidade do Curiaú.



Figura 20. Vista da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, em seu art. 15, estabelece que

as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), em geral, é uma área extensa com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos e estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.(?)

O acesso à APA do Rio Curiaú é feito por via terrestre (BR-156, pavimentada e EAP-070) e fluvial (rio Curiaú que atravessa a unidade de Leste a Oeste). Cerca de aproximadamente 3.850 habitantes vivem na unidade ou em seu entorno imediato em sete comunidades, denominadas Curiaú de Fora, Curiaú de Dentro, Casa Grande, Curralinho e Mocambo. Há, ainda, duas comunidades ribeirinhas ao Norte da APA, chamadas de Pescado e Pirativa.

Segue a placa de identificação da APA do Rio Curiaú,(Figura 21), colocada na entrada principal da comunidade do Curiaú de Fora pela Secretária Estadual do Meio Ambiente, destacando o significado de APA e a lei que criou a mesma, e ao lado o símbolo que representa o Estado do Amapá e uma saudação de bem vindo traduzida aos estrangeiros que visitam a comunidade quilombola.



Figura 21. Placa de identificação da APA do Rio Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.

A APA foi criada originalmente pelo Decreto Estadual nº 1417, de 28 de setembro de 1992 que infere:

Art. 1º - Fica criada Área de Proteção Ambiental – APA do rio Curiaú, situada no Município de Macapá, Estado do Amapá, com o objetivo de proteger e conservar os recursos ambientais e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, principalmente da comunidade do Curiaú, remanescente do antigo quilombo afro-brasileiro (DECRETO 1417, 1992, p. 01)

Nota-se que o Decreto Estadual reconhece a existência da população descendente de africanos dentro da APA. Na verdade, a APA tem origem mais antiga, como uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), criada no local pelo Decreto Federal nº 89.336, de 31 de janeiro de 1984. A APA do Curiaú é uma unidade de conservação (UC) de uso sustentável, criada com o intuito de conter a pressão da expansão urbana desordenada de Macapá sobre a área de abrangência da Bacia do Rio Curiaú e seus ecossistemas. Sua função também é garantir a integridade das comunidades residentes, em especial dos remanescentes de quilombos, respeitando seus valores culturais (FACUNDES, 2000).

Pode-se também argumentar que a APA do Curiaú vem harmonizar, ordenar uma relação do Meio Ambiente com o ser humano, é a reserva de garantia da preservação e perspectiva dos bens ambientais e vem impedir a degradação ambiental, pois o ser humano é capaz de viver lado a lado com a natureza. Porém, numa visão equivocada dos poderes públicos que apresentam a APA do Curiaú como uma espécie de cartão postal de Macapá, destinada a práticas turísticas, não leva em consideração as dificuldades que os moradores da comunidade quilombola da APA enfrentam para preservá-la.

Nesse sentido, a SEMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) faz uma descrição da Área de Proteção ambiental do Rio Curiaú da seguinte forma:

É importante por conter um belo e grandioso ecossistema que contempla uma variedade exuberante de espécies animais e vegetais de suma importância para o equilíbrio ambiental e a prática da EA é importante, já que, muitos jovens de hoje serão possivelmente os adultos que nas próximas gerações serão responsáveis por extrair da sua propriedade o sustento de sua família, utilizando para isso os recursos

naturais existentes e tento que ter consciência ambiental para produzir sem degradar esse recurso de grande importância vital para a humanidade (AMAPÁ, 2010).

Esse discurso do poder público revela um jogo de interesses que se desdobra em várias escalas e demonstra uma área em perfeito equilíbrio ambiental. Sendo assim, as unidades de conservação, de maneira sintética, revelam uma ação que visa garantir e conservar ambientes naturais e a diversidade da vida no planeta, preservando-a para as gerações futuras. Entretanto, o Estado, ao definir algumas áreas como sendo protegidas, sua lei de criação e seu regimento, acaba estabelecendo um controle do poder executivo na área de modo que em alguns casos provoca conflitos sociais com os habitantes do local.

O Curiaú apresenta-se como um espaço de diferenciações sociais e simbólicas, em que as famílias se esforçam para manter a estrutura cultural, social, ecológica e econômica na medida em que as ações do poder público, contrárias aos interesses das famílias quilombolas, são promovidas e acabam devastando o meio ambiente, afetando o modo de vida das famílias e o meio físico necessário para a manutenção de suas estratégias de sobrevivência.

Segundo Amapá (2010) as relações de dependência existentes entre a APA do rio Curiaú e a cidade de Macapá são temas de grande relevância para a sociedade amapaense, na medida em que a APA presta serviços ambientais inquestionáveis à população de Macapá e serve de habitat de diversas espécies animais e vegetais, abriga a Bacia do Rio Curiaú, serve de fonte de inspiração aos movimentos culturais de Macapá e ainda é local de lazer à população da capital e de atrativo turístico.

As fotografias abaixo (Figuras 22 e 23) descrevem o balneário do Curiaú. Esse espaço é utilizado como lazer e frequentado tanto pela população local quanto por visitantes que vem ao Curiaú refrescar-se nas suas águas. Esse local é importante pelo fato de pertencer à comunidade quilombola que retira do Rio Curiaú o peixe para sustento próprio. Esse balneário pertence à APA do Rio Curiaú que regulamenta a forma de exploração dos recursos naturais, entretanto, quem mais frequenta o balneário são os visitantes que acabam contribuindo com a poluição do Rio Curiaú, quando jogam parte do lixo produzido por eles mesmos em locais inadequados e a comunidade, no dia seguinte, fica na responsabilidade de limpar toda a sujeira jogada no rio.



Figura 22. Vista do balneário do Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 23. Turistas no balneário do Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa

Oliveira (2012) comenta que para garantir a integridade dos habitantes da comunidade do Curiaú que residem dentro da APA do Rio Curiaú, cuja maioria é de descendentes de escravos negros, tem-se ainda a transformação em área Quilombola. A transformação das comunidades que residem dentro da APA do Rio Curiaú para área quilombola aconteceu em 25 de novembro de 1999, através da União Federal representada pela Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade vinculada ao Ministério da Cultura. Foi instituída através do título de Reconhecimento nº 001/99, o Território de Quilombo da Comunidade do Rio Curiaú. A Cláusula Segunda deste título informa que o imóvel rural denominado Quilombo do Rio Curiaú, destina-se às atividades extrativistas, agropecuárias e principalmente de preservação do meio ambiente de modo a garantirem a autossustentabilidade da comunidade.

2.2 A Área de Proteção Ambiental do Curiaú e as atividades dos quilombolas

Como meio de sobrevivência, as comunidades do Curiaú passaram a desenvolver as atividades econômicas como: agricultura e o artesanato. Elas contribuem, mesmo que de forma tímida, com a economia desenvolvida na APA do Rio Curiaú e garantem a subsistência de uma parcela da comunidade. Uma pequena criação de bubalinos e bovinos pode ser vista nos campos desta APA. As casas dos moradores são situadas próximas umas das outras e a maioria delas não possui cercas devido aos laços familiares estarem presentes entre os seus habitantes. Vale ressaltar que a Lei Estadual nº 0431/1998, em seu Artigo 4º. Na APA do Rio Curiaú ficam proibidas:

- I- Atividades potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;
- II-Atividades que impliquem em derrubada ou queima da vegetação nativa;
- III-Derrame ou disposição inadequada de lixo ou resíduos sólidos. (AMAPÁ, 2010).

E no Artigo 7º:

A APA do Rio Curiaú será gerenciada por um Conselho (Conselho de Gestão da APA do Rio Curiaú), a ser instituído com apoio do Órgão Estadual do Meio

Ambiente. Esse Órgão Estadual que a Lei nº 0431/1998 em seu Artigo 7º faz referência é a Secretária Estadual do Meio Ambiente. (AMAPÁ, 2010).

As Unidades de Conservação revelam uma ação que visa garantir e conservar ambientes naturais e a diversidade do planeta, preservando-a para as gerações futuras. Assim, o Estado define algumas áreas como sendo protegidas e sua lei de criação e seu regimento acaba estabelecendo uma territorialidade da APA na área. Este processo garante uma proteção dos recursos naturais para uma produção mundial, como também pode garantir uma proteção da área para a comunidade que ali vive. No entanto, a territorialidade da APA entra em conflito com a territorialidade dos moradores do Quilombo, refletidas em suas práticas costumeiras.

Segundo o Cipó-alho 5 (59 anos),

Ai quando veio a APA, que veio preservar o meio ambiente, veio muitas preocupações das pessoas, tanta interna quanto externa, para saber o que deve e o que não deve ser feito. E as vezes isso gera um impacto negativo dentro da comunidade porque até nós somos penalizados e ficamos preocupados em desempenhar e desenvolver nossas atividades. As vezes têm umas atitudes que tinha como essência da própria comunidade, de fazer os nossos afazeres na área e atividade agrícola. Existe outras proibições que é preciso tirar o chamado de licença.

Para os moradores, esse conflito é refletido na reprodução do seu modo de vida, já que eles realizam atividades produtivas, como a pesca, extrativismo vegetal e a pecuária, pois essas formas de produzir vem encontrando dificuldades de reprodução decorrente das novas exigências ambientais que regem a APA. Portanto, a APA não representa apenas um empecilho para suas manifestações culturais, já que teriam que pedir permissão ao governo para realizá-las, mas também dos seus modos de produzir ou retirar seus alimentos da natureza. Segundo a Chicória 7 (83 anos),

Esse negócio de preservação deixou muita gente sem atividade, vadio, não querem mais fazer nada. Porque o povo vem mandar num lugar que a gente vive no interior. E a gente tinha o direito de fazer tudo, de derrubar, roçar, bota fogo e plantar. E agora não deixaram mais fazer tudo isso. E como é que vai viver uma pessoa que vive no interior? Quem não tem emprego, vive da agricultura e o povo da cidade não deixa a gente fazer isso.

Para o Cipó-alho 5 (59 anos),

Aí veio a lei, só que esse tipo de preservação ela não cuidou em princípio da preservação dos indivíduos que são a natureza humana, Porque quem cuida a natureza cênica, é os seres humanos, e se você não preserva a natureza humana, como esses vão preservar a natureza cênica a fauna e a flora. Então é preciso ter uma conscientização ainda até hoje, mesmo em momento moderno, é preciso ter uma grande discussão nesse meio, nesse sistema, que é preciso primeiro cuidar de uma coisa para que essa coisa as pessoas tenham o entendimento do que é que faz com a natureza cênica e o meio ambiente de forma normal.

Os moradores do quilombo consideram que são os moradores de fora, os turistas, que representam uma ameaça à APA, os que degradam a natureza, pois a poluição chega com os visitantes, resultado da forma como os turistas se relacionam com o balneário, e não com o estilo de vida dos quilombolas que vivem e se reproduzem no local.

A seguir, temos a imagem (Figura 24) mensagem dos moradores do Curiaú em forma de cartaz, com uma mensagem dizendo “SALVE O RIO CURIAÚ!” escrita em letra maiúscula com propósito de chamar atenção de todos os frequentadores do balneário e junto dessa mensagem encontra-se um recipiente plástico com a seguinte mensagem, jogue o seu lixo aqui. O Rio Curiaú tem uma grande importância na vida da comunidade do Curiaú, caso não seja preservado, quem sofrerá as principais consequências serão os próprios moradores da região.



Figura 24. Mensagem dos moradores do Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.

Abaixo, na (Figura 25) há uma placa no local escrita “VISITANTE MANTENHA O LUGAR LIMPO”, em letra maiúscula, pela própria comunidade, com objetivo de chamar atenção dos frequentadores do balneário para a sujeira que eles deixam no final do dia. Nesta imagem temos uma visão privilegiada da APA do Rio Curiaú; em relação a sua extensão, é um importante espaço de equilíbrio do meio ambiente que precisa ser preservado por todos os macapaenses. Principalmente nos finais de semana, quando o número de populares aumenta bastante no Curiaú, contribuindo com o aumento do lixo produzido que, na maioria das vezes, é jogado pelos populares dentro do rio. Vale ressaltar que a fiscalização do balneário fica a cargo dos próprios moradores do lugar e a SEMA, que deveria fiscalizar a APA, argumenta que não tem servidor suficiente para desenvolver essa atividade no Curiaú.



Figura 25. Aviso dos moradores quilombolas aos visitantes. Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir, placa de advertência da APA do Rio Curiaú informando que evitar incêndios é obrigação de todos (Figura 26). “Não pratique queimadas!” Esse aviso está amparado no Art. 41 da Lei 9.605/98 dos crimes ambientais. Ao longo de toda a extensão da comunidade do Curiaú, são poucas as placas que contém essas informações, num total de cinco placas de advertências contra as queimadas.



Figura 26. Placa de advertência da APA do Rio Curiaú. Fonte: Dados da pesquisa.

Diante dessa situação, os discursos e as práticas de preservação ambiental exigidas na criação de uma APA impõem novas exigências à comunidade e outras formas de relação desta com a natureza. As antigas formas sociais, como a coivara, nesse novo momento, devem respeitar as leis ambientais estabelecidas. Isso não quer dizer que, antes não se respeitava o meio ambiente, pelo contrário, as comunidades quilombolas sempre conviveram em harmonia com a natureza. Contudo, o respeito passa a ser imposto de fora para dentro e novas regras não fazem parte da cultura local.

2.3 A Sema no Território do Curiaú, segundo os quilombolas

A forma de atuação da SEMA na APA do Rio Curiaú representa motivo de preocupação dos moradores do Curiaú, onde eles não conseguem perceber mudanças significativas de sua ação sobre a área total da APA, pois o controle que os quilombolas esperavam que fosse realizado pela SEMA, fica praticamente na responsabilidade dos próprios moradores.

O Mastruz 4 (94 anos) coloca que

Os carros altos, aí traz uma carreta lá dentro, que vai para a estrada onde o caminhão corre mais e leva aquelas máquinas de arar terra. Trazendo problemas para nós aqui. O fluxo de carro é muito e vai ser pior ainda, porque Macapá está crescendo. Está se perdendo tudo.

A Lei Estadual 0431/1998, em seu Artigo 6º, do gerenciamento da APA do Rio Curiaú, afirma:

I-Todos os envolvidos direta e indiretamente com a APA do Rio Curiaú são responsáveis pelo seu gerenciamento, em especial, as comunidades residentes;

II-O gerenciamento deverá obedecer às seguintes diretrizes:

Planejamento participativo e integrado;

Respeito às diferenças de ideias e posicionamentos;

Legitimidade e solidariedade nas ações.

Entretanto, a situação ora vivenciada pelos moradores da comunidade do Curiaú, apresenta uma lacuna quando o assunto tratado é SEMA, pois estes não conseguem perceber o verdadeiro papel das políticas públicas na APA do Rio Curiaú. Sendo assim, seus habitantes, aparentemente desanimados, percebem a aproximação da perda de suas raízes, hábitos e costumes, por falta de uma política de conscientização, valorização e preservação do lugar. Uma entrevistada, Alfavaca 1 (75 anos) expressa sua preocupação em relação ao papel desenvolvido pela Sema no Curiaú, ela comenta: *“A Sema dificilmente vem no Curiaú. Nunca vi reunião da Sema aqui não”*.

O Arruda 8 (58 anos), que trabalha na confecção de instrumentos musicais para a comunidade quilombola, coloca que

o Curiaú evolui um pouco por partes. Não está cem por cento bem porque ainda falta mais fiscalização da SEMA. Eles precisam interagir mais com o Curiaú, participar, fazer reuniões e formatar projetos para educar as crianças, para educar essa rapaziada, para dizer a eles o não lixo, o não derrubar, a não queimada. Porque a gente sofre muito sobre a queimada, tanto no mês de setembro e outubro. A queimada no Curiaú é muito triste. Então, os pássaros hoje estão bem, está chovendo, mas na queimada os pássaros vivem na agonia. A gente percebe aqui que quando há essas queimadas, a situação muda totalmente, os pássaros ficam doido (os bichos, paca, cutia) que a gente ver muito aqui, elas ficam a ver navio, aqui atrás de casa passa muito. Por causa desse tipo de coisa, queimada. Então, acho que a SEMA devia se envolver mais, vir mais para dentro do Curiaú, conversar e dizer não para essa lixeira que a gente está vivendo aqui no Curiaú.

Essas críticas negativas que a comunidade quilombola faz em referência à SEMA são no sentido de mostrar a sua falta de participação nos debates de temas ambientais dentro do Quilombo e pelo conselho gestor da APA do Rio Curiaú, que está desativado por falta de

convocação e renovação dos seus dirigentes, que é de responsabilidade da SEMA. Trazendo uma importante contribuição como autor e morador do Curiaú, o Cipó-alho 5 (59 anos), em sua entrevista, faz referência a esse papel da SEMA. Segundo ele,

quando veio a APA, que veio preservar o meio ambiente, veio muitas preocupações das pessoas, tanto interna quanto externa para saber o que deve e o que não deve ser feito. E às vezes, isso gera um impacto negativo dentro da comunidade porque até nós somos penalizados e ficamos preocupados em desempenhar e desenvolver nossas atividades. As vezes têm umas atitudes que tinha como essência da própria comunidade, de fazer os nossos afazeres na área da agricultura e existem outras proibições que é preciso tirar o chamado de licença.

Por consequência, observa-se que a comunidade do Curiaú desconhece várias leis que regem a APA e essa deficiência poderia ser facilmente solucionada pela Secretária Estadual do Meio Ambiente. Segundo Oliveira (2012), a atuação da SEMA na APA do Rio Curiaú está voltada, segundo alguns moradores, somente para os cursos de capacitação, fora da realidade desejada. São cursos que não atendem aos anseios da comunidade local por serem de curta duração, e partindo de um princípio do senso comum, ou seja, nada muito específico.

Para os moradores, o distanciamento da SEMA e a falta de fiscalização, diante de denúncias de invasões nos poços de peixe ou de atividades ilegais no Curiaú, são alguns dos motivos que levam os curiaenses a tecerem comentários negativos ao referido órgão do poder executivo, que poderia melhorar essa situação, atuando de forma mais harmoniosa com a comunidade em questão.

Por esse ângulo, o Curiaú apresenta-se como um espaço de diferenciações sociais e simbólicas de heranças culturais tradicionais, como as festas religiosas dos santos em que as famílias se esforçam para manter a estrutura cultural, social e ecológica quando defendem a manutenção do meio ambiente como um bem que garantirá a sobrevivência das próximas gerações.

Segundo a Erva-cidreira 3 (65anos), em entrevista coloca que:

A comunidade tem um legado que recebemos lá dos nossos antepassados que nos deixaram uma herança tão linda que eu sempre converso quando vem estudantes, professores e quando eu saio por esse Brasil afora eu sempre falava uma cultura se nós não preservamos ela vai morrer mais se você das continuidade pra ela jamais vai morrer [...]

Nesse sentido, a preocupação da Erva-cidreira 3 é manter vivo o legado cultural dos quilombolas, deixados pelos seus antepassados, mantendo a sua relação com o meio ambiente, no caso, a APA do Curiaú, pois nas histórias das famílias do lugar, o seu modo de vida e a relação constante direta com a natureza são assuntos que predominam. As unidades domésticas familiares, através da transformação da natureza, contribuem para a manutenção das vidas presentes nos dois sistemas, o social e o ecológico.

O sistema social corresponde a uma série de inter-relações padronizadas existentes entre os indivíduos, grupos e instituições, formando um todo. Pode, ainda, ser definido como um coletivo de pessoas que assumem diferentes tipos de tarefas para atingir objetivos e resolver problemas em comum. Já o sistema ecológico corresponde ao conjunto formado pelo meio ambiente físico, ou seja, o Biótopo (formado por fatores abióticos como: solo, água e ar) mais a comunidade (formada por componentes bióticos – seres vivos) que com o meio se relaciona.

Diante disso, é registrado um embate entre a preservação ambiental tradicional praticada pelos quilombolas e a preservação ambiental moderna estabelecida pela APA. Essa

situação está provocando uma tensão nas relações sociais entre comunidade e as autoridades dos órgãos públicos. Como foi dito anteriormente, os quilombolas não se veem como agressores da APA, não creem que seus modos de vida são responsáveis pela poluição local.

3 CAPÍTULO III

PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS QUILOMBOLAS SOBRE MEIO AMBIENTE

A Teoria das Representações Sociais tem uma interface integrada com um dos objetivos da Educação Ambiental a despeito da diversidade de conhecimento. Segundo Reigota (2007), essa teoria pressupõe uma nova maneira de interpretar o comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais, uma vez que por meio dela se pode entender o conhecimento que esses indivíduos e grupos sociais têm sobre determinada questão, posicionamentos e ideias presentes, percebendo que há diferentes visões entre grupos e que isso gera diferentes modos de conduta frente aos problemas socioambientais.

Entendemos que a identificação das representações do meio ambiente é importante na medida que, dependendo do que aceitamos como ambiente, nossas representações poderão direcionar nossas práticas ambientais. Na argumentação de Moscovici (2003), entende-se que os distintos modos de perceber e agir são formados por trocas e influências das inter-relações entre as pessoas que acabam se orientando para elaboração de modelos simbólicos, imagens e valores. Nesse processo, os indivíduos de um mesmo grupo social adquirem um repertório comum de interpretações e explicações, regras e procedimentos que podem ser aplicados à vida cotidiana.

Percebe-se, portanto, que a representação social considerada por Moscovici (2003) contribui para transformar o sujeito e o objeto, que são modificados dentro de um processo em que se engendram mutuamente. Nessa perspectiva, vários autores desse campo de conhecimento orientam que qualquer iniciativa concernente ao meio ambiente deve ser procedida pelo estudo das percepções ou representações sociais que o público envolvido possui sobre o meio ambiente.

Assim sendo, não podemos deixar de lembrar que os seres humanos, em geral, experimentam em seu cotidiano a dinâmica informada pelos paradigmas da sociedade moderna que tende a se auto perpetuar e que, seguindo essa tendência, é reprodutora de uma realidade estabelecida por uma racionalidade hegemônica. Mas o que são as representações sociais? Qual a sua relação com a questão ambiental ou socioambiental?

3.1 As Representações Sociais do Meio Ambiente

Segundo Moscovici (2003, p. 21), representações sociais são

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social.

Assim, Moscovici (2003) considera as representações sociais como uma maneira de interpretar o comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais, uma vez que por meio dela

se pode entender o conhecimento que esses indivíduos e grupos têm sobre determinada questão, posicionamentos e ideias presentes, percebendo que há diferentes visões entre grupos e que isso gera diferentes modos de conduta frente aos problemas socioambientais.

Moscovici (2003) caracterizou as representações como sociais, alegando que são socialmente variáveis, buscou compreender como o conhecimento era produzido e quais seus impactos nas práticas sociais, ou seja, como grupos, suas ideias e ações constituem e transformam a sociedade. Nesse processo, os indivíduos de um grupo social adquirem um repertório comum de interpretações e explicações, regras e procedimentos que podem ser aplicados à vida cotidiana.

O autor enfatiza, ainda, que os fatores externos, sejam de caráter individual ou social, têm influência direta na compreensão do ambiente e são resultados de sucessivas gerações, pois durante séculos, o conhecimento científico foi visto como verdade absoluta. No entanto, no século XX, epistemólogos passaram a acreditar que a construção social da realidade dependia tanto do conhecimento científico como do conhecimento do senso comum, pois o objetivo é compreender o ser social. Esse conhecimento leva Moscovici (2003) a caracterizar práticas cotidianas como representação social.

Segundo a argumentação de Jodelet (2001), as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais, sociais, integrando a cognição à linguagem e a comunicação às relações sociais que afetam as representações sociais e a realidade do material social e idealizada sob o qual elas intervêm. As representações sociais, nesse sentido, sendo produzidas e apreendidas no contexto das comunicações sociais, são necessariamente estruturas dinâmicas.

Assim, o estudo das representações sociais, definida como formas de conhecimento prático, inserem-se mais especificamente entre as correntes que estudam o conhecimento do senso comum. Essas manifestações, como construção sociais, estão sujeitas às determinações socio-históricas de épocas específicas.

Trazendo, também, discussão sobre o tema, Neves (2003) comenta que em relação ao estudo das representações sociais do meio ambiente, ela é capaz de fornecer subsídios para a identificação de estratégias e táticas a serem utilizadas pelos segmentos locais na defesa de seus direitos a uma melhor qualidade de vida e para uma prática educativa mais comprometida com o equilíbrio do ambiente.

Por esse ponto de vista, o meio ambiente é objeto de discussões permanentes que envolvem aspectos sociais, econômicos, éticos, morais e educacionais, aspectos que são inter-relacionados através de sua interface com o ambiente natural, sendo focado o entendimento e o uso de recursos naturais e do ambiente construído.

Reigota (2007) apresenta alguns questionamentos sobre o significado de meio ambiente, discutindo se este deve ser tratado como um conceito científico ou como uma representação social. Ele considera os conhecimentos científicos como termos entendidos e utilizados universalmente, por serem definidos, compreendidos e ensinados de forma padronizada pela comunidade científica. Por sua vez, a representação social está basicamente relacionada com as pessoas que atuam fora da comunidade científica, embora possam, também, aí estar presentes.

Na visão de Reigota (2007), o meio ambiente pode ser considerado socioambientalmente, já que leva em conta não só os aspectos naturais como também as relações entre os elementos envolvidos, entre eles, os aspectos sociais, a cultura, os conhecimentos tradicionais, o próprio ser humano.

Nessa perspectiva, o meio ambiente é definido de acordo com o autor:

lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação

cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio ambiente natural e construído. (REIGOTA, 2007, p. 14).

Reigota (2007) afirma, ainda, que as relações dinâmicas e interativas, às quais se refere, indicam a constante mutação, como resultado da dialética das relações entre os grupos sociais e o meio natural e construído, implicando um processo de criação permanente, que estabelece e caracteriza culturas em tempo e espaços específicos. Assim, entendemos que a identificação social do meio ambiente possibilita que o sujeito tome consciência de suas ideias, a partir dos conhecimentos adquiridos, buscando melhorias da qualidade de vida, para que dessa forma possa minimizar os seus impactos sobre a natureza.

Como meio de valorização do conhecimento humano sobre representação social do meio ambiente, Reigota (2007) classificou as representações sociais mais comuns de meio ambiente em:

- * Naturalista – meio ambiente voltado apenas a natureza, evidencia aspectos naturais, confundindo-se com conceitos ecológicos como de ecossistemas. Inclui aspectos físico-químicos, a fauna e a flora, mas exclui o ser humano deste contexto. O ser humano é um observador externo;
- * Globalizante – o meio ambiente é caracterizado como as relações entre a natureza e a sociedade. Engloba aspectos naturais políticos, sociais, econômicos, filosóficos e culturais. O ser humano é compreendido como ser social que vive em comunidade;
- * Antropocêntrica – o meio ambiente é reconhecido pelos seus recursos naturais, mas são de utilidade para a sobrevivência do ser humano.

3.2 As representações de meio ambiente no Curiaú

As análises e discussão dos dados estão embasados no formulário de entrevista referente à pesquisa de campo realizada na Comunidade do Curiaú de Fora e Curiaú de Dentro, e nas relações que a comunidade quilombola do Curiaú mantém com a sua Área de Proteção Ambiental através das representações sociais sobre meio ambiente.

A partir das perguntas feitas aos informantes entre elas: O que significa o Curiaú para você? As respostas foram diversas, como a da Alfavaca 1 (75 anos): *o Curiaú é minha vida é uma coisa bonita é minha terra natal, onde nasci e me criei, uma vida pra mim, gosto muito daqui, acho que só vou daqui quando eu fechar o olho, quando eu morrer. Pra mim Curiaú é tudo.* Por esse ângulo, observa-se que a representação apreendida pelos sentidos, pela imaginação, pela memória, é a reprodução daquilo que se pensa. Aqui temos a aproximação do Curiaú como a própria existência do entrevistado. O sentido de nascer está ligado diretamente ao sentido de natureza (nascer = natureza) (LENOBLE, 1990).

Conforme argumenta Jovchelovitch (2002), é na fala dos depoentes que está o crédito sobre a história de um povo conhecedor de sua história, da sua cultura, da sua identidade social. Para o Boldo 9 (75 anos), que também trouxe a sua compreensão, explicou o seguinte:

vida maravilhosa, adoro viver nesse lugar é a minha vida, nasci e criei os meus filhos aqui só mudei de uma comunidade para outra. Eu acho que pra mim foi bom porque a gente sobrevive de tudo que a gente quer. Aqui, a gente vive da agricultura, de tudo que a gente aprende, querendo fazer a gente faz, tem tempo que até com costura eu me sustento. Aprendi e gosto muito de fazer. O Curiaú pra mim é um sossego. (Boldo 9).

Nota-se que as respostas são bastantes semelhantes e expressam uma representação compartilhada pelos moradores do Curiaú: a ideia de uma vida tranquila, maravilhosa em

sintonia com o meio ambiente, onde se vive da natureza através da produção da agricultura e da liberdade que a mesma proporciona, “uma benção de Deus”. Mas o Curiaú representa a vida, representa algo também em processo de construção e consolidação de um direito: a terra. Há uma ameaça constante sobre eles: a perda da terra.

Eu to no paraíso em primeiro lugar, é uma benção que Deus deu para nós. Os antepassados souberam preservar essa comunidade, deixaram para nós. E graças a Deus nós já temos nosso título de quilombo, apesar que as coisas que deveriam vir pra nós até agora não chegou, disque tem dinheiro para os quilombolas, mas não vi nem a cor dele. Mas a gente ta esperando que um dia chegue, mas até agora não. Essa terra é muito cobiçada como já te falei. Não tem força, a água bateu ela arreia de um lado e do outro. Com a graça de Deus é um presente lindo essa comunidade. (Mastruz 4).

Atualmente, o Curiaú está bastante diferente do que era no passado. Para o Mastruz 4 (94 anos) Curiaú tem para ele, o seguinte significado:

Significa pra mim, o interior é quem vem pra cá e se plantou aqui. Mas uma vida que a gente se vivia aqui, era uma vida boa, não tinha muita gente. Eles botaram a palavra não era Curiaú era Cria-ú. Fundaram para fazer criação, o Cria-ú. Os meus pais nasceram aqui, se criaram aqui, e eu continuo. Pra mim é uma vida que só Deus pode me tirar daqui quando eu morrer. (Mastruz 4).

Nos discursos desses moradores que são natos do lugar, verifica-se a forma como eles se referem ao Curiaú como suas vidas que, segundo os próprios informantes, esse lugar precisa ser protegido da cobiça de pessoas mal-intencionadas. Para Silva (2004), há séculos que o povo do Curiaú vivia em perfeita harmonia. No entanto, as novas gerações cresceram e apareceram pessoas espertas e egoístas, surgindo, com isso, constrangimento e conflito em relação à terra.

Essas representações sobre o Curiaú podem ser analisadas sob a perspectiva das subcategorias das representações de meio ambiente conservacionista/preservacionista, segundo Reigota (2007), pois há uma preocupação dos informantes em “cuidar dos recursos” do meio ambiente. Afinal, disso depende a qualidade de vida agora e no futuro e para as próximas gerações. Nesse entendimento, considera-se que os recursos naturais são finitos e dependem da conscientização das sociedades atuais para a sua manutenção ou extinção.

Outra pergunta feita aos moradores foi sobre o entendimento que as pessoas precisam ter sobre a comunidade do Curiaú. O Cipó-alho 5 (59 anos) deixa claro que existe uma diferença entre APA e Quilombo. Ele define o Quilombo da seguinte forma:

Quando se trata de Quilombo e quando se trata de APA há uma confusão, por falta de esclarecimento porque as vezes as pessoas misturam uma coisa com a outra, e tem muita diferença em termo territorial e a vivência como indivíduo aqui. Mas como você tá se pautando na questão de meio ambiente, questão da APA do rio Curiaú, ela tem uma dimensão bem extensa, indo além do quilombo pegando muitas comunidades. A área da APA, eu tenho o entendimento que ela tem 27.660 e uns trocados, até um documento e ainda teve mais em extensão em função da precisão da manutenção e da fiscalização por causa da invasão.

E o Quilombo tem 3 mil e 321 hectare, dentro desse entorno, quando as pessoas vêm procurar se pauta na APA que é questão do Estado, aí tem algumas atitudes que vem

de fora para dentro que as vezes é só punitiva, proibitiva, e as vezes repressiva, e não tem uma abertura, que a gente tenha liberdade de fazer as próprias atitudes boas dentro da comunidade sem ser preocupar para ser punido por determinadas questões ambientais.

Já o Quilombo era diferente, o território além desde princípio a gente tem nosso, a gente ainda tem um documento um título de domínio que ele dar a titularização de nós ter autonomia de dizer que esse território é nosso. Então se a gente tem a terra, a terra é um bem para todos os seres vivos, então é para você tirar dela o sustento. E com essa situação a gente fica as vezes fica numa intimidação. Porque o que pode, o que deve, o que não deve e o que é permitido. Quando se trata de Quilombo sabemos o que fazer, a gente é um povo que sempre trabalhou na questão da produtividade agrícola e criação de animais. E a gente sabe lidar com isso.

Já a APA está ligada à preservação ambiental, mas é percebida como um entrave à vida e à cultura do lugar. Vejamos o que o Cipó-alho 5 (59 anos) coloca:

Ai quando veio a APA que veio para preservar o meio ambiente, veio muitas preocupações das pessoas, tanto interna quanto externa para saber o que deve e o que não deve ser feito. E as vezes isso gera um impacto negativo dentro da comunidade porque até nós somos penalizados e ficamos preocupados em desempenhar e desenvolver nossas atividades, as vezes tem umas atitudes que tinha como essência da própria comunidade, de fazer os nossos afazeres na área e atividade agrícola. Existe outras proibições que é preciso tirar o chamado de licença. (Cipó-alho 5).

Nos discursos desses moradores verifica-se que, embora sejam oriundos do lugar, não possuem clareza do papel e nem da necessidade para a criação da APA, confundem-se quanto a sua criação e a motivação dela. Os moradores parecem desconhecer os motivos da criação de uma APA, como a do Curiaú: a proteção ambiental. Ela está expressa na lei estadual nº 0431 de 15 de setembro de 1998, em seu Art. 1º - o objetivo da APA do Rio Curiaú é proteger e conservar os recursos naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais residentes no local. Se a proteção ambiental é percebida pelos quilombolas, por outro lado, ela representa algo secundário quando se remete à descrição do passado e do presente. Nesse sentido, a representação é que o lugar no passado era melhor do que no presente. Para a Oriza 6 (84 anos),

O Curiaú antes era melhor do que agora. A gente vivia em paz. A gente comia as comidas daqui da comunidade. Era difícil comprar comida. A gente utilizava o que tinha na comunidade. A gente era feliz e vivia paz sem confusão, sem briga. Se conhecia, a gente dava as coisas um pro outro. Se você tinha alguma coisa de comida, quando não ia cru, ia cozido. Cozinhava e levava para as pessoas. A gente se mantinha assim e a gente era feliz desse jeito por causa disso. Porque ninguém mexia em nada de ninguém. O que a gente tinha a gente comia e o que não tinha, o vizinho tinha, dava pra gente. Hoje, não acontece mais isso. Quem não tem fica sem. É o que muitos dizem. (Oriza 6).

Assim, o passado do Curiaú é percebido ou representado como um momento de vida coletiva e de partilha, algo que vem se perdendo com as mudanças em curso no lugar, com a intervenção do estado, principalmente com a instituição da APA e dos incentivos ao turismo no lugar, onde os antigos moradores do Quilombo não possuem mais liberdade de produzir e

manifestar sua cultura. Silva (2004) comenta que as mudanças que estão acontecendo no Curiaú são em função da legislação ambiental, em favor da APA do Rio Curiaú. Quando foi implantada, provocou o fim de várias atividades desenvolvidas pelas comunidades, entre elas, o sistema de coivara que consistia na queima da vegetação para o plantio da mandioca, que é a matéria prima utilizada na fabricação da farinha. O Alecrim de angola 2 (53 anos) faz o seguinte depoimento:

Hoje, dentro do Curiaú, o que eu mais gostaria que voltasse fosse o respeito. Aquele respeito que vinha das pessoas antigas, pra comunidade é muito bom. Porque a gente passou a se respeitar, a trabalhar comumente entre famílias. As famílias teriam mais espaço, mais força para combater o que existe de ruim na comunidade. O Curiaú de antigamente era uma muito boa. Apesar de não ter grande avanço na melhoria financeira para as pessoas daquela época, que era muito precário financeiramente para as famílias da comunidade. Tinha um polo grande de farinha, mas não tinha pra quem vender.

Pro Curiaú de agora, você tem onde vender e onde ganhar dinheiro, mas não tem a produção. Chegou os avanços de vários outros setores, como a reserva, o título de quilombo. Que houve alguns entraves na comunidade, onde em parte a comunidade não pôde mais produzir aquilo que ela tinha de melhor, aquilo que ela mais sabia fazer, que era a produção de farinha, agricultura, pecuária e pequenos animais, hoje não. E são essas dificuldades que o nosso Curiaú de hoje tem.

Ele comenta ainda a diferença entre o pensamento dos moradores antigos e dos jovens do lugar. Para ele, os jovens, assim como as autoridades, não estão preservando o lugar como os seus ancestrais, estão caminhando para a perda das tradições culturais:

Os seus malefícios que o jovem não quer respeito, não quer ter uma visão de que ele precisa preservar, para que ele possa crescer e deixar pros filhos futuro dele. O que o avô preservou pra ele. O avô dele preservou não foi pro filho dele, preservou pro filho que o filho preserve pro neto.

Eu acho se essas tradições não tiver “um te acomoda”, como diz no dialeto lá do Curiaú. Ela já no finalmente, tá mais pra parar do que para continuar. Porque você já ver o avanço da cidade dentro da comunidade. E as pessoas que rege, que comandam essas coisas não tão dando a mínima para isso. Então, são fatos que estamos indo de reunião pra reunião, que o poder das diretorias ainda não percebeu isso, que eles estão entregando a riqueza deles pros governantes. Precisam se unir mais, precisam ta mais junto da população pra combater isso aí. Se não nós perdemos a nossa terra. (Alecrim de angola 2, 53 anos).

Em relação ao respeito às pessoas idosas, uma característica das comunidades tradicionais, o gesto dos mais novos de tomarem a benção independente de conhecer ou não o ancião, parece se perder com o aumento de população no lugar. Nesse sentido, o Mastruz 4 (94 anos) comenta:

É o respeito, precisam respeitar, principalmente os mais velhos. Muitos não respeitam, passam e não falam, e nem dão bom dia, não precisam tirar benção, mas dê bom dia, boa tarde. Tem gente que passa nariz empinado e passa e não dão nem bom dia, nem boa tarde na frente da sua casa. (Mastruz 4).

Para a Alfavaca 1 (75 anos), as relações tradicionais de convívio estão se perdendo e elas se confundem com as transformações do lugar e do próprio corpo físico:

O Curiaú antes tinha pouca gente. Hoje em dia é muita gente. É cada um na sua casa porque mano tem muita gente que está aqui que eu não conheço. Eu falo, eu converso com meus irmãos aqui. Temos a Dona Maroca, Minerva, Dadá, compadre Zico, Orival. Com meus irmãos nós temos conversa, mas com outras pessoas não. Era pouca gente, mas era tudo muito farto, muito farto mesmo, era peixe, era açaí tudo tinha aqui. Hoje ninguém pode fazer isso, é proibido. Mas gosto muito daqui. Vou em Macapá, gosto de Macapá. Mas não como aqui, aqui é minha terra natal. Estou com 84 anos aqui. Caiu meus dentes aqui, é as minhas raízes. To te falando, gosto muito daqui. (Alfavaca 1, 75 anos).

A Oriza 6 (84 anos) contribui dizendo:

Vish! O Curiaú mudou muito, tudo mudou. Quando meu pai me criou, até eu puder me casar com 19 anos, ninguém mexia nas suas coisas. Quando tinha um objeto, “olha tal coisa seu está se estragando ou está bem de colher”. Mas agora, eles pegam e levam. Era tudo farto, não tinha venda de peixe, não tinha venda de açaí era só pra gente se manter dentro da comunidade, o maior açaizal era daqui pra frente na várzea. Mas derrubaram, para plantar só para ele ser dono. E acabou da natureza que todo mundo tinha direito. Para ninguém mexer, para dizer é meu. É difícil o açaí da região. Desde maio não tem mais. Meu genro disse: só vai dar lá para dezembro, para janeiro. Ele está comprando porque não tem mais, mas agora, só querem sobreviver da natureza, mas até sobreviver da natureza está difícil hoje. (Oriza 6).

Assim, o passado é representado, coletivamente, como algo idílico, positivo, enquanto as transformações do presente impõem novas formas de se relacionarem entre si, principalmente em relação aos hábitos e costumes, e com a natureza. O Curiaú do presente já não mantém a herança cultural do passado. É uma situação que preocupa bastante as pessoas idosas da comunidade que esperam que a juventude cuide dessa herança cultural deixada pelos antepassados como um bem precioso.

Em relação à pergunta que trata das relações históricas da comunidade quilombola com a constituição da APA do Curiaú, os moradores comentam:

Quando se pauta de questões ambientais, mesmo quando a gente não sabia, desde os princípios dos nossos guardiões, a gente já sabia o que era preservar, que era cuidar das coisas que estavam ali na natureza e que serviam para nossa alimentação e para nosso cultivo, mas tinha uma maneira racional de fazer as coisas e deixar para as futuras gerações que estavam vindo aí. Já não tinha o nome de preservação, mas a gente já sabia fazer.

Aí veio a lei, só que esse tipo de preservação ela não cuidou em princípio da preservação dos indivíduos que são a natureza humana. Porque quem cuida da natureza cênica é os seres humanos, e se você não preserva a natureza humana, como esses vão preservar a natureza cênica, a fauna e a flora? Então é preciso ter uma conscientização ainda até hoje, mesmo em momento moderno, é preciso ter uma grande discussão nesse meio, nesse sistema, que é preciso primeiro cuidar de uma

coisa pra que essa coisa as pessoas tenham o entendimento do que é que faz com a natureza cênica e a fauna e flora.

Porque senão, futuramente, você vai se prender em cuidar do meio ambiente comunitário, meio ambiente territorial, meio ambiente da fauna e da flora, e você tá deixando a natureza humana se perdendo aí. E a vulnerabilidade do que se quer dizer a qualidade de vida, E se não dá essa qualidade de vida pros seres humanos, ele não tem saúde e nem condições financeiras de preservar a natureza cênica e o meio ambiente de forma normal. (Cipó-alho 5, 59 anos).

O Cipó-alho 5 (59 anos), chama atenção para o fato de a preservação institucionalizada pela Lei estar direcionada para a natureza, mas que não inclui os seres humanos, a natureza humana do lugar, o que, para ele, vai contra os princípios de preservar tudo para uma qualidade de vida. Na percepção de Jodelet (2001), a melhor visão do meio em que se vive possibilitou ao ser humano, no decorrer de seu desenvolvimento natural, um maior desempenho evolutivo em relação às demais espécies, explorando o seu raciocínio provido de lógica para usar de maneira ponderada e a seu favor. Contudo, a representação e de preservação ambiental institucionalizada pela lei vai no sentido contrário das práticas ambientais dos que vivem e sentem a natureza.

Outros entrevistados colocam os prejuízos causados à comunidade do Curiaú com o advento da APA. A entrevista abaixo reforça essa perspectiva:

Esse negócio de preservação deixou muita gente sem atividade, vadio, não querem mais fazer nada. Porque o povo vem mandar num lugar que a gente vive no interior. E a gente tinha o direito de fazer tudo, de derrubar, roçar, bota fogo e plantar. E agora não deixaram mais fazer tudo isso. E como é que vai viver uma pessoa que vive no interior? Que não tem emprego, vive da agricultura e o povo da cidade não deixa a gente fazer isso. (Chicória 7, 83 anos).

Para a entrevistada acima, a legislação das APAs, daquilo que a define e estabelece regras de uso, é representada como algo construído pelo pensamento urbano, dos de fora, os que não vivem a relação direta com a natureza e dela retira suas condições de vida. Portanto, a legislação é dissonante com os modos de vida dos quilombolas. Essa perspectiva é reforçada no depoimento abaixo do Mastruz 4 (94 anos):

Os carros altos, aí traz uma carreta lá dentro, que vai pra estrada onde o caminhão corre mais e leva aquelas máquinas de arar terra, trazendo problemas pra nós aqui. O fluxo de carro é muito e vai ser pior ainda porque o Macapá tá crescendo. A andada mais deles é pra cá. Aí vai a vida é muito boa aqui. Dar pra gente viver, mas o movimento como eu tô dizendo, tá crescendo diariamente, fluxo de carro aí. Tem um caminhão que vem com carretas grandes que arreventa crescer o número de carro. Está se perdendo tudo. Aquela pequena é minha sobrinha, a mãe dela que é minha sobrinha e toma benção. Mas ainda tem aquela consideração. Isso não é pra qualquer um. Até pra pai, mãe e filho, “um Deus te abençoe da boca do pai com a mãe”. Você sai de casa “tchau, tchau”, se arrumam e vão embora. Mas é como eu tô te dizendo por causa das leis não pode botar um filho pra capinar, que vem a polícia vem passa aí, “ei o titular, o que você tá fazendo”? Tratando os pequenos como escravo. O tempo que ele tá fazendo besteira na casa do vizinho, tá dando serviço pra ele.

Há também depoimentos que falam sobre as consequências das mudanças para as diferentes gerações dentro do Curiaú. Segundo um entrevistado, os jovens já não demonstram mais interesses com os modos de vida tradicionais da comunidade, eles buscam se aproximar dos jovens urbanos e de seus valores. Vejamos a fala do Mastruz 4 (94 anos):

O cuidado deles é fazendo um tipo de invasão diferente. A invasão aqui tá muito avançada também. Porque olha mestre, desde que eu me entendo, porque aqui eu me criei. Antes mestre, não se vendia um caroço de açaí, não se vendia uma escama de peixe. E hoje não, aquela história que a gente estava conversando não querem nada, [os jovens] querem calçar, querem luxar, querem vestir, querem pra farra, beber uma bebida qualquer. Então vão pegar um peixe pra vender, vão apanhar açaí pra vender. O que fazer têm, mas como eu te falei, mas aí é as leis, não pode mais roçar a mata. Porque a gente fazia 20, 18, 10 tarefas de terra e plantava a mandioca. Roçava e plantava banana, tudo pra comer, até o macaco comia a banana, era só pra ser nossa comida mesmo. A caça em todo o canto a gente achava.

Aí você ver, hoje na idade eu já tô, tô esperando a hora que Deus precisar de mim. Esses que tão vindo, já tão com 10, 12 e 5 anos não querem estudar, pra se formar, pra alguma coisa, ver se consegue um emprego. Pessoal rodou muito pra fazer essa prova do Enem. Até servir o exército, já era um dinheirinho que ganha lá. Já tinha como estudar. Já ia subindo cabo, sargento, tenente, aí quando se aposentasse já teria esse dinheiro para sobreviver. Mas não tem não, mestre. Os meninos mais novos querem fazer as coisas da cidade, da modernidade, não pensa em preservar as coisas daqui.

Além disso, o comportamento dos jovens é percebido como algo contrário do que pensam os mais velhos sobre a preservação ambiental no Curiaú e do Quilombo. Contudo, espera-se que esse comportamento mude:

Que os jovens olhassem mais pro que ele tem, pra riqueza dele e não deixassem aquilo se acabar. Eu com 53 anos já passei boa parte da minha vida, já vi coisas lindas, coisas boas. O que eu vi, eles não vão ver. Porque ele tá contribuindo coma degradação ambiental. Ele tá destruindo o próprio local dele. A juventude do Curiaú precisa se unir e ver que ela está jogando fora a riqueza dela. Porque o poder público não vai dar tudo aquilo de graça pra eles. Eu não vou dar muito tempo. Daqui a 15 a 20 anos, eles não têm mais aquilo porque a cidade já engoliu tudo. De vez em quando, hoje a gente tá tendo uma demanda muito forte para preservar. Pra esse jovem que tá aí rindo, pulando, caçoando, pra eles tenham um bom lar. Porque dentro da cidade não vai ter esse lar. Ele precisa estar por dentro da demanda, das discussões, das reuniões, se informando para que ele veja um futuro melhor. Mas hoje a gente ver que os jovens são acomodados, apáticos, sem perspectiva de avanço pra alguma coisa. Porque querendo ou não a juventude é que vai dar um avanço pra nós, podendo até fazer a gente queimar a língua pro que tá dizendo. Mas pra isso ele vai ter que se unir. Nossos jovens tiram o primeiro grau e se acomodam. Porque, ele não tem uma fonte de renda para frequentar uma faculdade. Eles não têm coragem de encarar um trabalho e uma faculdade ao mesmo tempo, porque ele foi muito acomodado na juventude dele, dos seus 12 a 15 anos foi muito acomodado. E não teve aquele incentivo pra começar a ganhar o seu dinheirinho, sem tá sendo escravizado, sem tá sendo agredido, não é nada. Mas ainda acredito que os jovens vão dar um futuro melhor pra nossa comunidade. (Alecrim da angola 2, 53 anos).

Segundo Silva (2004), os jovens do Curiaú são do tipo moderno. Só querem saber de “ficar”, em vez de namorar sério. Casar-se, para eles, está fora de moda. Antigamente não existia essa moda de “ficar”. Esse “ficar” deles é só hoje e amanhã, depois “nem te conheço”. Não querem responsabilidade com filhos e, às vezes, com a própria família. Assim vão levando a vida. Entretanto, esse fenômeno de aproximação dos jovens rurais com os modos de vida dos jovens urbanos não é uma característica somente do Curiaú. Há uma vasta literatura (CARNEIRO & CASTRO, 2007; PEREIRA, 2004; LOPES & CARVALHO, 2015; FURLANI & BONFIN, 2013, entre outros) que aponta para essa situação vivida pelos jovens rurais brasileiros. De modo geral, os autores chamam a atenção para as dificuldades enfrentadas pelas localidades rurais, diante do processo de modernização da agricultura e do desenvolvimento econômico na agricultura, que atingem preferencialmente os jovens. O campo e os modos de vida rurais deixam de ser atraentes, cada dia mais, para aqueles que buscam um espaço na sociedade para a realização de seus projetos de vida.

Pelos depoimentos acima, percebe-se que o morador do Curiaú tem uma clara compreensão do fenômeno das transformações em curso na capital do Estado do Amapá e que aos poucos está chegando ao Curiaú, transformações essas que mexem com seus modos de vida, com sua liberdade e com as relações familiares e de gerações. O limite no uso da terra dentro de uma lógica de APA, a fiscalização e os modos de vida adotados pelos jovens parecem incomodar muito esses quilombolas mais velhos. Essas questões parecem passar ao largo da discussão do que é uma APA e seus condicionantes para os moradores que ali vivem.

Segundo o Artigo 4º da Lei Estadual 0431/98, que estabelece em Parágrafo Único – fica reservado aos moradores devidamente cadastrados, a utilização racional dos recursos naturais locais, quando assim definido no Zoneamento Ambiental e Respectivo plano de gestão, vai contra os modos de produção dos quilombolas. Além disso, o plano de manejo (2010), elaborado pela SEMA, está desatualizado e, segundo os próprios moradores, a grande maioria nem sabe o que é plano de manejo.

Entretanto, a representação da APA como algo ruim aos moradores não é partilhada por todos. Há aqueles que acreditam que a institucionalização da APA, apesar de apresentar alguns problemas, trouxe mais progresso e benefícios aos moradores do Quilombo. Vejamos a fala abaixo:

Preservar foi a coisa mais linda que se aconteceu, para mim foi, porque acabou a ambição. O caboco falou, isso aqui é meu e agora é nosso. Porque Deus deu pra nós se manter, fazer nossas plantações e nós preservar essa beleza que Deus deu pra nós. E pra nós sobreviver, e que estamos sobrevivendo até hoje com a graça de Deus. Estou muito feliz de ser representante dessa comunidade. Estou muito feliz por viver aqui, eu participei de tudo que tem aqui dentro, passou pela minha mente e pelos meus punhos. Participei ativamente. Eu fui o primeiro representante da comunidade, desde 1966 pra cá, comecei a conhecer a história do Curiaú e comecei a lutar por ela. Em 1979, chegou à energia elétrica do paredão. O Curiaú foi contemplado. E eu participei 13 anos como representante do Curiaú na prefeitura. Tanto é, que essa estrada que vai para Santo Antônio tudo foi quando eu era responsável, e o comandante Barcelos ele abriu essa estrada.

Talvez eu tivesse trazido problema de terra, porque toda a parte que deu progresso deu problema. Porque a zoada é muito, e ela trouxe vários benefícios na comunidade lá embaixo. E o pessoal que mora lá do outro lado do igarapé, nessa época de verão eles tinham que rodar lá na farinha seca pra ir pra Macapá. E agora eles vêm direto, não tinha linha para casa grande, hoje tem, pelo Curiaú hoje tem pela AP70, então foi um benefício que trouxe problemas, mas também trouxe benefícios pra comunidade. O

pessoal dos bares reformou seus bares, já ganharam muito dinheiro. Agora estão ganhando pouco, porque agora não tá fácil mesmo. Mas nossos irmãos da casa grande, até os irmãos do Curiaú uma época dessa era preciso rolar lá na farinha seca para ir para Macapá. Agora é só pegar ônibus. Melhorou para todo mundo. (Bolto 9, 75 anos).

No caso da entrevista acima, Moscovici (2003) chama atenção para o fato de o discurso se constituir de muitas vozes na troca ideológica, na interação entre os sujeitos, onde a compreensão responsivo-ativa é fundamental, pois, segundo ele, o locutor postula sempre em relação ao outro uma compreensão responsiva ativa. Isso porque a palavra é por excelência um signo ideológico e o estado, no uso de seus aparelhos, de acordo com Jovchelovitch (2002), permite aos sujeitos tomarem para si os discursos do estado, já que este se apresenta como verdade.

De qualquer forma, se a APA pode ser vista como um prejuízo aos modos de vida tradicionais dos quilombolas, por outro lado, ela trouxe estruturas e melhoras no aparelhamento da comunidade. São diferentes representações, mas que falam da mesma realidade, são vividas e apropriadas de formas diferentes por cada indivíduo na estrutura da comunidade. Vejamos o depoimento abaixo (Mastruz 4, 94 anos) que sintetiza essa dualidade na representação da APA:

Pelo um lado, o negócio foi complicado para a gente aqui, porque um quer uma coisa e outro quer outra. Um entende uma coisa e outro entende outra. Então muita gente olha, vem tudo de Macapá. Porque a rua é só uma. Eles chegam aqui, gente de fora como do Rio de Janeiro e São Paulo, eles vêm aqui. Eles vêm seco como tá agora, e eles perguntam se o rio enche? Enche sim. E pra onde vai essa água? E natureza leva. Vai encher tudinho e agora tá tudo seco. Os animais não tinham quase o que comer, porque fica seco. Aí começa a dar chuva, volta a brotar. A natureza é a natureza. É só nascer que a natureza banha tudinho ela, reforça mais a árvore. A preservação por um lado até que foi bom, por outro lado não vou esconder trouxe problema. Porque é aquele ditado tem que ter respeito, é uma coisa séria. Quando jovem a gente fazia a plantação cavava com ferro, roçava primeiro, aí quando terminava, pegava um machado, na época não tinha moto serra, cortava com um machado as árvores uns paus grossos, tinha árvores que era três homens pra cortar. A gente sofria trabalhando na agricultura. Aqueles paus ficavam lá pra fazer a lenha pra torar a farinha de novo. Tirava a mais fina pra limpar a terra, quando nos queimava bem, pra varrer, como diz na nossa linguagem. Outros ficavam pra quando fosse mexer no outro ano. Tinha aquele forno de cobre, que é difícil agora a gente já ver. Agora tão fazendo de ferro. Mas ainda tem aqui no Curiaú. A gente chamava, fazia uns mutirões comprava um feijão, tinha carne de porco botava no feijão, e chamava umas 10 pessoas para plantar na nossa roça, às vezes plantava num só dia. E quando ia colher, convidava um pessoal, pagava com farinha. Como se fosse uma parceria. Mas hoje não, ninguém quer mais nada.

O depoimento do entrevistado acima revela a consciência que a comunidade tem sobre as mudanças ambientais, considerando a exploração desenfreada, associada ao aumento da densidade demográfica da localidade, bem como a pressão do entorno sobre a APA. Por meio das entrevistas, verifica-se que a população se demonstra preocupada com a manutenção desse patrimônio natural. A fala a seguir exprime a opção de um morador antigo do Curiaú sobre a importância de práticas ambientais dentro da comunidade:

Eu, graças à Deus, tive um legado de trabalhar com a reciclagem, sabendo eu que tirar madeira do campo, tirar madeira da floresta para fazer meus instrumentos é contra lei. Então o que eu faço? Eu trabalho com 50 por cento da reciclagem. Tem também que comprar coisa no comércio que não é reciclável, como a corda e a aresta que não são recicláveis. Mas a madeira que utilizo é reciclável, a madeira é 50 por cento reciclável, e a única madeira que eu cativo, que eu tiro do campo, mas quando eu tiro uma peça, dura um mês. Aí eu replanto uma outra no lugar pra ela se fortalecer e criar muito mais força para a natureza. Dessa forma, eu tô ajudando a preservar o meio ambiente. Trabalho com a reciclagem, vou pegando caixa que vem tomate, cebola, que o pessoal joga fora, ao invés de ir para o lixo eu reaproveito fazendo caixa de Marabaixo. Os nossos jovens, de nossa família, sempre colocamos eles juntos e eu também tenho parcerias com os colégios. Que eu chamo os jovens no colégio para virem participar de oficinas, faço seminários, faço palestras aqui. Tenho um projeto "tambor da liberdade" que ele agregar pessoas da faculdade estadual e federal, para participar dessa programação aqui, e a gente traz os jovens. Eu vou dar oficinas nos colégios, eu trabalho assim. Porque, passando para eles as informações sobre Marabaixo, batuque e as confecções dos instrumentos. (Arruda 8, 58 anos).

Há, portanto, iniciativas de Educação Ambiental dentro do Curiaú que possibilitam uma discussão interna sobre formas de se tratar o meio ambiente de forma sustentável. Mesmo sendo a prática de um indivíduo, ela está envolvida com a questão cultural da comunidade (a produção do Marabaixo) e envolve os jovens do Quilombo e da vizinhança.

De modo geral, são falas que nos permitem perceber as relações de coesão e de conflito com o Estado (a legislação e os órgãos de controle e fiscalização), os de fora (turistas) e internamente entre os próprios moradores no significado do Curiaú, da APA, do Quilombola, e como eles devem ser representados e vividos. Para os entrevistados, a transformação para Área de Proteção Ambiental teve grande importância no que concerne a proibição da pesca, da caça e da invasão de terras por pessoas que não moram na APA. E concordam entre si, que caso as terras do Quilombo do Curiaú não tivessem protegidas por lei, toda a área já estaria perdida para a iniciativa privada, que tem a intenção de construir conjuntos habitacionais nas terras quilombolas. Mas para que acha também a preservação dos modos de vida tradicionais dos quilombolas é preciso que eles se mantenham organizados internamente. Para Reigota (2007), a busca de soluções para os diversos problemas ambientais deve ter a participação e o envolvimento coletivo dos indivíduos, tendo como um dos aspectos fundamentais o trabalho educativo que pode se constituir numa oportunidade para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à construção de cidadania.

Por outro lado, percebe-se o pouco conhecimento que estes têm do significado e as leis que regem a APA. No entanto, essa situação não inviabiliza a clareza que eles têm de que não está correto o modo como está sendo feito o controle da Área de Preservação Ambiental pela SEMA, reconhecem sim a importância do lugar em que vivem, mas desconhecem tecnicamente os modos de tratar a natureza e as suas riquezas. Para Oliveira (2012), existe um descompasso, entre o que as instituições interessadas na preservação ambiental fazem, quando realizam ações nas Unidades de Proteção de uso Sustentável, no caso da APA do Rio Curiaú, provocando uma tensão sobre a participação da comunidade local. Nesse contexto, o Boldo 9 (75 anos) comenta:

Aí eu ia dá meu depoimento, aí meu primo meu amigo que trabalha na SEMA: tu não vais tremer? Eu não vou falar muita coisa, mas deixa estar que você vai ter uma surpresa. Quando chegou a minha vez de falar eu dei um bom dia pra todos em nome do presidente da comissão, saudei todos os presentes, e só queria dizer uma coisinha

pra você: graças à Deus que antes de fazer esse projeto deveriam ouvir a comunidade. Foi só isso que eu falei. Para saber o que a comunidade quer e precisa porque se não ter certo a comunidade, nós não íamos ser culpados. Terminou com um almoço e o presidente me parabenizou pelas poucas palavras. “olha sinceramente tirei o chapéu pro seu Joaquim da comunidade do Curiaú, falou poucas palavras, mas essas palavras foram incentivo para todo mundo aqui nesse recinto”, as vezes nós somos culpados. Porque eles fazem as leis, mas se a lei não for pra frente, a comunidade não deveria ser culpada.

A existência desses conflitos entre APA e Quilombo está relacionada ao fato de que a comunidade já existia, mesmo antes da criação da APA. Entretanto, o título de reconhecimento de área de remanescente de Quilombo é de 25 de novembro de 1999, pela Fundação Cultural Palmares, enquanto a Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú foi criada pela Lei Estadual Nº 0431, de 15 de setembro de 1998. Diferentemente, no que concerne ao objetivo da criação da APA voltado para a preservação, constatou-se que a maioria dos moradores do Curiaú tem maiores compreensões do que de fato deveria ser contemplado pela APA. Mesmo diante dessa problemática, verifica-se que a comunidade do Curiaú mantém uma relação amistosa com o meio ambiente, mantendo-o como uma herança cultural deixada pelos seus antepassados para proteger e preservar, eles buscam resguardar os seus valores para as próximas gerações.

4 CONCLUSÕES

Com base no que foi exposto, quando iniciamos o trabalho de pesquisa, constatamos que o Curiaú tinha as características ideais para se trabalhar as representações e as práticas sociais ambientais por estar situado dentro de uma Área de Proteção Ambiental de uso sustentável. Era importante estudar as relações da comunidade quilombola do Curiaú, no Amapá, com a sua Área de Proteção Ambiental, pois com o desenvolvimento do Estado do Amapá e de sua capital, Macapá, tal como ocorre em qualquer parte do planeta, traz discussões sobre a coexistência do ser humano e da natureza.

Por esse ângulo, se reconhece ser impossível pensar o meio ambiente sem o ser humano, pois existe um elo entre natureza e ser humano que ninguém poderá separar. Mesmo com toda a inserção tecnológica, jamais se poderá dar ao ser humano o que a natureza oferece pois vivemos num momento em que resistir, denunciar e anunciar são fundamentais para defender o meio ambiente contra a pressão capitalista vigente.

Não podemos negar ainda que a comunidade quilombola do Curiaú defende o meio ambiente para que as próximas gerações possam usufruir dessa terra que não é só de uma pessoa, mas sim, de toda uma comunidade, que além de proteger o ecossistema, tem de difundir e manter a sua herança cultural. Ela mantém uma relação amistosa com o meio ambiente, consideram a sua representatividade como uma herança cultural, deixada pelos seus antepassados para proteger e preservar. Entretanto, quando se fala da APA do Rio Curiaú, essa relação é complicada pelo fato, segundo os moradores, das leis que regem a APA não levarem em consideração os interesses das comunidades que residem nesse ambiente.

No entanto, chamamos a atenção para a cultura e os hábitos cultivados pelos curiaúenses, apesar de ainda se apresentarem junto à realidade atual, percebe-se que o ambiente natural, a consciência natural, a consciência ambiental são sufocadas pela necessidade de sobrevivência das presentes gerações.

Observa-se que paralelo ao processo de criação da APA do Rio Curiaú, desenvolveu-se a luta pela titulação das terras quilombolas com o objetivo de garantir o direito à posse das terras mesmo sendo coletiva enquanto a institucionalização da APA acabou no mesmo período comprometendo o manejo dos sistemas ecológicos pelas famílias do Curiaú.

As tradições culturais, como as festas de Batuques e Marabaixos, nas quais retira-se o mastro de uma árvore denominada de pau-espírito-santo na festa do Marabaixo, sua casca medicinal que ajuda no tratamento de doenças é desconhecida pela medicina e usada pelos curandeiros da terra, uma prática de cura do povo do Curiaú. Acreditamos que o meio ambiente, é definido conforme a percepção ambiental que cada sujeito faz da realidade que o cerca, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo, da sua cultura.

O estudo das representações e práticas sociais ambientais no Curiaú nos permite afirmar que é fundamental a tomada de decisões com a participação de todos os atores sociais, visando o aperfeiçoamento da relação entre homem x natureza. Desta forma, foi possível perceber que a representação que os informantes têm sobre o Curiaú é de uma visão conservacionista/preservacionista, onde o meio ambiente é caracterizado como as relações entre a natureza e a sociedade. Englobando aspectos naturais, políticos, sociais, econômicos, filosóficos e culturais. Onde o ser humano é compreendido como ser social que vive em comunidade, pois há uma preocupação em “cuidar dos recursos” do meio ambiente. Afinal, disso depende a qualidade de vida agora, no futuro e para as próximas gerações.

Baseado nos depoimentos apresentados nesse estudo, podemos constatar que os resultados desta pesquisa mostram a necessidade urgente de se criar um plano e parcerias que ajudem a desenvolver atividades produtivas e projetos concretos de desenvolvimento na APA do Rio Curiaú, levando em consideração sua identidade cultural e seus rituais. Essas

propostas necessitam de ações rápidas, caso contrário, sem muita alternativa, os moradores irão intervir na floresta para fazer seu roçado ou fugir para a cidade. Vale ressaltar que as atividades produtivas devem ser fonte de emprego e devem aproveitar a mão-de-obra local para garantir formas de renda para as comunidades e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida na APA.

A pesquisa realizada demonstra, ainda, a necessidade de uma proposta eficaz, baseada na realidade local que deve estar focada não apenas nos interesses da APA, mas que valorize a comunidade quilombola em todos os seus aspectos sociais principalmente no campo da educação em áreas quilombolas que necessitam de políticas públicas capazes de dar sustentação às práticas e de tornar a escola um espaço de maior acolhimento que possibilite aos jovens também a se encontrar com as suas origens.

Por fim, percebemos que existe uma lacuna entre a realidade vivida pela população quilombola do Curiaú e os discursos de sustentabilidade, proteção e preservação que embasam os documentos que regem essas áreas específicas, denominadas de APA. Acreditamos que a partir da superação dos desafios aqui expostos, será possível a geração de conhecimentos locais e regionais que visem a elaboração de novas práticas de intervenção no campo ambiental, pois o estudo aqui proposto poderá fornecer subsídios em prol da diminuição das desigualdades socioambientais, em particular nas comunidades quilombolas do Amapá e do norte do Brasil.

5 REFERÊNCIAS

- AMAPÁ, Constituição do Estado do Amapá. Brasília; Senado Federal 1991.
- _____. Estado do. LEI Nº0431/1998. Dispõe sobre a Criação da Área de Proteção Ambiental do Curiaú. Diário Oficial do Estado. Amapá, 15 de setembro de 1998.
- _____. Estado do. Decreto 1417. Dispõe sobre a Criação da Área de Proteção Ambiental APA do rio Curiaú. Diário Oficial do Estado. Amapá, 28 de setembro de 1992.
- _____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Planejamento e zoneamento da APA do Curiaú. Macapá: SEMA, 2010.
- _____. Secretaria de Estado e Planejamento. Anuário estatístico. Macapá, 1998.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. Etnografia da prática escolar. Campinas, SP: Papirus 2012.
- APARECIDA, Rodrigues. Maria. Representações de Meio Ambiente de um grupo de Professores de Química. UEM. Departamento de Química Maringá –PR. 2010.
- ANJOS, Rafael Sânzio dos. Quilombos: geografia africana- cartografia étnica, territórios tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comunal e conflito. Belém: Cadernos NAEA, n. 10, 1998.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1998.
- _____. LEI nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000.
- _____. Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003.
- _____. Decreto 89.336 de 31 de janeiro de 1984. Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), e dá outras providências. Brasília, 1984.
- _____. Decreto 1.110 de 09 de julho de 1970. Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. INCRA.
- _____. Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. Brasília, 1998.
- BRANCO, Samuel Murgel. O meio ambiente em debate. São Paulo: Moderna, 1988.
- BASTIDE, R. As religiões africanas no Brasil. Contribuição a uma Sociologia das interpenetrações de civilizações. 3ª edição. Livraria Pioneira. São Paulo, 1989.
- BARROS, M (org.). O candomblé bem explicado- nações Bantu, Iorubá e Fon/ Odé Kileuy e Vera Oxaguiã. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.
- CUNHA Jr, Henrique. Africanidade- Afro descendência e Educação. Educação em debate. Fortaleza, Ano 23, V. 2 nº 42, 2001.
- CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

- DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos, novos rumos para conservação da natureza. São Paulo: Núcleo de Apoio à pesquisa sobre Populações humanas e áreas úmidas brasileiras. Pró-Reitora de Pesquisa da Universidade de São Paulo, 2000.
- DIOCESE de Macapá. Realidade migratória de Macapá. Macapá, 1995.
- DIAS. Genebaldo Freire. Iniciação à temática ambiental. São Paulo: Gaia, 2002.
- FACUNDES, F. Da S., GIBSON, V. M. Recursos naturais e diagnóstico ambiental da APA do rio Curiaú. Macapá. UNIFAP, 2000. Ambiental do Rio Curiaú. Macapá: SEMA, 2000.
- FRAGA, W. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2014.
- FURLANI, D. D.; BOMFIM, Z. A. C. Jovens de ambiente rural e urbano e sua relação com projetos de vida. In: LEITE, J. F e DIMENSTEIN, M. (Orgs.). Psicologia e contextos rurais. Natal: EDUFRN, 2013. P.117-143.
- FREITAS, D. Palmares- a guerra dos escravos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- FOLIA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2018. Disponível em: www.dicio.com.br/fofia. Acesso em: 28/07/2019.
- GARCIA, M; PASQUIS, R. Diagnósticos e zoneamento participativo da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú. Macapá: SEMA, 2000.
- GOMES, F. S. Quilombos/ remanescentes de Quilombos. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e Gomes Flávio (orgs.) dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- GONZÁLES-REY, F. Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo. EPU, 2003.
- GALDINO, José Roberto de Vasconcelos. A comunidade do varzeão. Relatório Histórico-Antropológico. Curitiba: UEPG/ INCRA, 2010.
- JOVCHELOVITCH, S, BAUER MW. Entrevista narrativa. In: Bauer MW, GASKELL G. Pesquisa qualitativa contexto, Imagem e Som: Um manual prático. Petrópolis: Vozes; 2002.
- JODELET, Denise. As representações sociais: Um domínio em expansão. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.
- LUDKE, M. E ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- LENOBLE, Robert. História da ideia de natureza. Edições 70, Lisboa, 1990.
- LOPES, L. G. R.; CARVALHO, D. B. Temporal do Assentamento e os Projetos de Vida da Juventude Rural. Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR), v. 53, n. 04, Piracicaba-SP, pp. 571-588, out/dez, 2015.
- MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. Nascidos no Curiaú; relatório de identificação apresentado a fundação cultural palmares. Belém: UFPA/NAEA, 1997.
- MOURA, M. G.V. Ritmo e ancestralidade na força dos tambores negros: o currículo invisível da festa. Tese de doutorado em Educação. Universidade de São Paulo, 1997.
- MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. Campina Grande: EDUEPB, 2011.
- MORAIS, P. D. História do Amapá em perspectivas: minicipios do Amapá. Macapá: JM, 2011.

- MIRANDA, S. A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. *Revista Brasileira de Educação*, 2012.
- MARÇAL, Maria da Penha Vieira. Educação Ambiental e representações sociais de meio ambiente: uma análise da prática pedagógica no ensino fundamental. Uberlândia, 2005.
- MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. & Gomes, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. São Paulo. Editora Global, 2006.
- MARTINEZ ALIER, J. El ecologismo de los pobres: conflictos ambientales y lenguajes de valoración. Icaria. Antrazyt. FLACSO. Barcelona, 2004.
- MEHTA, L. et al. Explorando conocimientos sobre instituciones e encertitubre: Nuevas direcciones em el ameno de recursos naturales. In: CHASE SMITH, Richar; PINEDO, Danny (orgs.). El cuidado de los bienes comunes. Gobiernos y manejo de los bosques em la Amazonia. Lima: IEP; Instituto del Bien comn, 2002.
- MORÁN, Emilio F. A ecologia humana das populações da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1990.
- NEVES, Denise Antônia Freitas. As concepções sobre meio ambiente. Atas do VI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Bauru, SP, 2003.
- OLIVEIRA, Rosa Dalva Gonçalves de. Educação Ambiental, alternativa de sustentabilidade da área de proteção ambiental (APA) do rio Curiaú. Macapá. UNIFAP, 2012.
- POSEY, D. A. Etnobiologia e etnodesenvolvimento: importância da experiência dos povos tradicionais. In: Seminário Internacional sobre Meio Ambiente, pobreza e desenvolvimento da Amazônia. Belém, 1992.
- PORTO, Jadson. & COSTA, Manuel. A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana: questões geoeconômicas. Ed. O dia. Macapá, 1999, p.36 e 37.
- PEREIRA, J. L. G. Juventude rural: para além das fronteiras entre o campo e cidade. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura). UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- QUEIROZ, S. Território quilombola do Curiaú e área de proteção ambiental do rio Curiaú. Interpretações dos conflitos socioambientais. UFPA. Núcleos de Estudos Amazônicos. Belém, 2008.
- REIGOTA, M. Meio Ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 2007.
- RIBEIRO, F. M. De B., CASCAES, I. B., JESUS, M. A. Consequências da expansão urbana de Macapá sobre a Área de Proteção Ambiental (APA) do rio Curiaú. Macapá. UNIFAP, 2001.
- RIBEIRO, M. Ressacas no município de Macapá e suas interações. SEMA, 1996.
- SILVA, Sebastião Menezes da. Curiaú: a resistência de um povo. Macapá: Secretária do Estado do Meio Ambiente, 2004.
- SILVA, M.A.V.X – A festa do candomblé e a formação dos entre lugares. Goiânia. *Habitus*, v.8, 2010.

SILVÉRIO, V. R. Síntese da coleção história geral da África: pré-história ao século XVI. Coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Maria Corina Rocha, Mariane Blanco Rincón, Muryatan Santana Barbosa. Brasília. Unesco, 2013.

SOUZA, M de Mello. África e Brasil africano. São Paulo: Ática, 2008.

VIDEIRA, Piedade Lino. Batuques, folias e ladainhas: a cultura do quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação. Fortaleza, Edições UFC. 2013.

6 ANEXOS

Anexo A: Termo de consentimento livre e esclarecido

Título do Projeto: AS RELAÇÕES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CURIAÚ NO AMAPÁ COM A SUA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Pesquisador: Eugenio Vilhena Filho

Pesquisador responsável (Professor Orientador): Prof. Dr. Jorge Luis de Goes Pereira

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar.

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia dele.

Antes de assinar faça pergunta sobre tudo o que não teve entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e Objetivos do Estudo

Os objetivos específicos deste estudo são buscar entender as relações históricas da comunidade quilombola com a constituição da APA do Curiaú; identificar a partir dos saberes tradicionais (representações e práticas), como os remanescentes quilombolas educam e se educam em seu cotidiano em relação ao meio ambiente e apreender com a comunidade quilombola os saberes sobre melhorias no Meio Ambiente e preservação ambiental.

Procedimentos de estudo

A participação da comunidade quilombola que mora dentro da APA do Curiaú no Amapá, consiste em fotos, entrevistas narrativas e a roda de conversa que nos auxiliarão na análise dos resultados.

Riscos e benefícios

Medidas preventivas serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa assiná-lo.

Sua participação poderá ajudar em um maior conhecimento sobre: o entendimento das relações históricas da comunidade quilombola com a constituição da APA do Curiaú, como os remanescentes quilombolas educam e se educam em seu cotidiano em relação ao meio ambiente e apreender com a comunidade quilombola os saberes sobre melhorias no Meio Ambiente e preservação ambiental.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.

Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

Os dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e o material e as suas informações entrevistas, imagens e áudios ficarão guardados sob a responsabilidade deles. Os resultados

deste trabalho poderão ser utilizados apenas academicamente em encontros, aulas, livros ou revistas científicas.

Eu, _____ RG _____, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Macapá- AP, ____ de _____ de 2018

Participante

Professor Orientador

Pesquisador

Anexo B: Formulário de entrevista referente à pesquisa de campo realizada no Curiaú de Fora e Curiaú de Dentro.

Formulário nº _____ Data _____ / _____ 2018.

1. Há quanto tempo você mora no Curiaú?
2. De onde você veio?
3. Por que veio para o Curiaú?
4. O que significa o Curiaú para você?
5. Quem habita hoje a comunidade do Curiaú? São filhos de antigos moradores ou pessoas que não têm parentesco com ninguém na vila.
6. Quem eram as pessoas que moravam na vila do Curiaú há mais ou menos 20 anos?
7. No que diz respeito ao cuidado com a preservação ambiental da comunidade, quem mais tem demonstrado preocupação? Jovens, ou os mais velhos?
8. Qual a importância de preservar essa terra?
9. O que é uma Área de Proteção Ambiental para você?
10. O que acham de morar em uma Área de Proteção Ambiental? Como é o dia-dia aqui?
11. O que mudou nos últimos anos no Curiaú?
12. Você conhece as leis que garantem a proteção da APA?
13. Existe incentivo financeiro para os moradores da APA? Quais as fontes de renda da comunidade?
14. Qual a sua principal ocupação e há quanto tempo?
15. Você possui algum tipo de roça ou plantação?
16. Que tipos de produtos são plantados na sua roça?
17. Como é preparada a área de roça para plantação?
18. Que tipo de mão de obra você utiliza na produção agrícola?
19. Você recebe visita de técnicos especializados em agricultura?
20. Como os moradores do Curiaú se relacionam com a Área de Proteção Ambiental?

- 21.A criação da Área de Proteção Ambiental do Curiaú foi boa para a comunidade? Quais as vantagens e desvantagens.
- 22.Você sabe quais são as atividades permitidas e as que são proibidas na Área de Proteção Ambiental do Curiaú?
- 23.Quais são as dificuldades que os moradores do Curiaú encontram para preservar a APA?
- 24.A comunidade do Curiaú desenvolveu estratégias de preservação para a APA? Quais.
- 25.O que você sabe sobre meio ambiente e preservação ambiental.
- 26.Na sua opinião que tipo de ameaças sofre as terras do quilombo do Curiaú?
- 27.O que representa para você o título de uso coletivo da terra do quilombo do Curiaú?

Anexo C: Decreto 1417 de 28 de setembro de 1992



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ

DECRETO () Nº 1 4 1 7 de 2 8 de SETEMBRO de 19 9 2

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso VIII, da Constituição do Estado do Amapá, e tendo em vista o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e o artigo 9º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental-APA do Curiaú, situada no Município de Macapá, Estado do Amapá, com o objetivo de proteger e conservar os recursos ambientais e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, principalmente da Comunidade do Curiaú, remanescente de antigo quilombo afro-brasileiro.

Art. 2º - A APA do Curiaú possui a seguinte delimitação geográfica, descrita com base nas folhas NA-22-Y-D-VI e NA-22-Z-C-IV, de escala 1:100.000 do IBGE : inicia no ponto 01, localizado na foz do Rio Curiaú, de coordenadas geográficas 00º06'08"N e 51º00'35"WGr; desse ponto segue por uma linha reta, com azimute de 270º, percorrendo uma distância de aproximadamente 14,0 Km, até encontrar o Km 17,6 da Estrada de Ferro do Amapá - EFA, ferrovia Santana - Serra do Navio, onde está situado o ponto 02, de

coordenadas geográficas $00^{\circ}06'08''N$ e $51^{\circ}08'03''WGr$; desse ponto, segue na direção nordeste - NE, acompanhando a margem direita da EFA, aproximadamente 16,2 Km, até encontrar uma estrada vicinal no Km 26,0 da BR-210, próximo ao Km 33,8 da EFA, onde está situado o ponto 03, de coordenadas geográficas $00^{\circ}14'27''$ e $51^{\circ}14'27''WGr$; desse ponto, segue pela margem direita da estrada vicinal citada, aproximadamente 10,7 Km, até o entroncamento desta estrada com a rodovia AP-070, onde está situado o ponto 04, de coordenadas geográficas $00^{\circ}12'58''N$ e $51^{\circ}01'10''WGr$; desse ponto, segue pela nascente principal do curso d'água denominado Igarapé do Fugitivo, percorrendo a margem direita desse curso d'água, até atingir sua foz, onde está situado o ponto 05, de coordenadas geográficas $00^{\circ}09'22''N$ e $50^{\circ}56'39''WGr$; desse ponto, segue pela linha de costa, na direção sudoeste - SW, até encontrar a foz do Rio Curiaú, onde está situado o ponto 01, início desta descrição, totalizando uma área aproximada de 23.000 ha e um perímetro de 63.000 Km.

Art. 3º - Na implantação e manejo da APA do Curiaú serão adotadas entre outras, as seguintes medidas:

- I - o zoneamento ambiental da APA, definindo as atividades a serem permitidas ou incentivadas em cada zona, bem como as que deverão ser restringidas ou proibidas, regulamentado por instrução normativa da Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente - CEMA;
- II - a utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção da biota, o uso racional do solo e outras medidas referentes e salva guarda dos recursos ambientais;
- III- a aplicação das medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental;
- IV - a promoção de programas específicos de educação ambiental;

- V - a divulgação das medidas previstas neste Decreto, objetivando o esclarecimento das populações residentes sobre a APA e as suas finalidades.

Art. 4º - Na APA do Curiaú ficam proibidas:

- I - a implantação de atividades potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;
- II - o exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão ou assoreamento das coleções hídricas;
- III- o despejo nos cursos d'água abrangidos pela APA, de quaisquer efluentes, resíduos ou detritos;
- IV - a realização de obras de terraplanagem e abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais, principalmente das zonas de vida silvestre;
- V - o exercício de atividades que impliquem em matança, captura ou molestamento de espécie da fauna local;
- VI - o exercício de atividades que impliquem em derrubada e queimada da vegetação natural e sua flora característica, em desacordo com as orientações do zoneamento ambiental;
- VI - a prática da pesca profissional e amadorística.

Parágrafo Único : Fica reservado as populações residentes e a Comunidade do Curiaú, a utilização racional dos recursos naturais locais, inerentes às suas tradições e subsistência.

ART. 5º - A implantação de loteamentos e/ou projetos de urbanização no interior da APA do Curiaú, além do cumprimento das normas municipais e estaduais cabíveis, dependerá de licenciamento prévio da CEMA, que somente poderá concedê-la após ouvida as populações residentes.

Art. 6º - É autorizada a criação do Museu da Cultura do Curiaú, ficando sua administração sob a responsabilidade do Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva, com apoio do Conselho de Cultura do Estado.

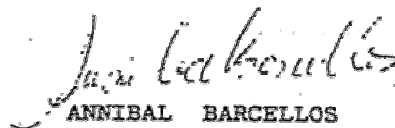
Art. 7º - A APA do Curiaú será supervisionada, administrada e fiscalizada pela CEMA, em colaboração com as demais autoridades federais, estaduais e municipais pertinentes, bem como com as organizações não-governamentais da região.

Parágrafo Único : Visando a consecução dos objetivos previstos para a APA do Curiaú, o Governo do Estado poderá firmar convênios e acordos com órgãos e entidades públicas ou privadas, sem prejuízo de sua competência de supervisão e fiscalização.

Art. 8º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos (E) nº 0024, de 20 de fevereiro de 1990 e (E) nº 0038, de 29 de março de 1990.

Macapá-Ap, 28 de Setembro de 1992.


ANNIBAL BARCELLOS

Governador

Anexo D: Lei estadual nº 0431 de 15 de setembro de 1998

(Publicada no D.O.AP Nº 1891, de 15/09/1998)

Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú, no Município de Macapá, Estado do Amapá.

O Governador do Estado do Amapá:

Faço saber que Assembléia Legislativa do Estado do Amapá decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú (APA do Rio Curiaú), situada no Município de Macapá, Estado do Amapá, com o objetivo de proteger e conservar os recursos naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais residentes no local.

Art. 2º - A APA do Rio Curiaú possui a seguinte delimitação geográfica, descrita com base nas folhas NA – 22 – Y – D – VI e NA – 22 – Z – C – IV, de escala 1:100.000 do IBGE e respectivos marcos alocados por determinação geodésica no datum WGS-84 e transposição para o datum SAD-69: Inicia no Ponto 01, localizado na foz do Rio Curiaú, de coordenadas geográficas 00°06'13'' N e 51°00'37'' WGr; desse ponto segue por linha reta, com azimute de 270°, percorrendo uma distância de aproximadamente 4,72 Km, até encontrar o Ponto 02 (Marco – GEA 0183), de coordenadas geográficas 00°06'07'' N e 51°03'18'' WGr; desse ponto, continua seguindo em linha reta, com azimute de 270°, percorrendo uma distância de cerca de 7,37 Km, até encontrar o Km 6,9 da BR-210, onde está situado o Ponto 03 (Marco – GEA 0176), de coordenadas geográficas 00°05'58'' N e 51°07'17'' WGr; desse ponto, segue rumo norte pela margem direita da BR-210, percorrendo uma distância de aproximadamente 1,92 Km, até encontrar o Ponto 04, situado no cruzamento do Km 8,8 da BR-210 com o Km 19,8 da Estrada de Ferro do Amapá, de coordenadas geográficas 00°06'53'' N e 51°07'46'' WGr; desse ponto, segue rumo norte, acompanhando a margem direita da Estrada de Ferro do Amapá, percorrendo aproximadamente 17,37 Km, até encontrar a Estrada Vicinal do Km 25,0 da BR-210, próximo ao Km 33,8 da Estrada de Ferro do Amapá, onde está situada o Ponto 05 (Marco – GEA 0197), de coordenadas 00°14'17'' N e 51°05'42'' WGr; desse ponto segue pela margem direita da Estrada Vicinal do Km 25,0 da BR-210, seguindo cerca de 10,7 Km, até encontrar o cruzamento com a Estrada Estadual AP-070, onde está situado o Ponto 06 (Marco – GEA 0163), de coordenadas geográficas 00°13'00'' N e 51°01'06'' WGr; desse ponto, segue pela nascente principal do curso d'água denominado igarapé do Fugitivo, percorrendo a margem direita desse curso d'água, até encontrar sua foz, onde está situado o Ponto 07, de coordenadas geográficas 00°09'25'' N e 50°56'54'' WGr; desse ponto, segue pela linha de costa, na direção sudoeste, até encontrar a foz do Rio Curiaú, onde está situado o Ponto 01, início dessa descrição, totalizando uma área de 21,676 hectares e um perímetro de 47.342 Km.

Art. 3º - Na implantação e manejo da APA do Rio Curiaú serão adotadas entre outras, as seguintes medidas:

I – O Zoneamento Ambiental, definido, ainda, o uso de cada zona, bem como as atividades que deverão ser restringidas ou proibidas, regulamentadas pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA;

II– O Plano de Gestão, contendo as ações estratégicas destinadas ao cumprimento dos objetivos da unidade, elaborado em consonância com o Zoneamento Ambiental e com a participação das comunidades locais e outros segmentos sociais interessados e estimulados;

III – O Licenciamento Ambiental; IV – O Cadastro de Moradores; V – A Educação Ambiental;

VI – A Fiscalização Ambiental.

Parágrafo Único – Compete ao Órgão Estadual de Meio Ambiente a execução das medidas acima discriminadas.

Art. 4º - Na **APA do Rio Curiaú** ficam proibidas:

I – Atividades potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;

II– Atividades que impliquem derrubada ou queima da vegetação nativa; III – Derrame ou disposição inadequada de lixo ou resíduos sólidos.

III- Derrame ou disposição inadequada de lixo ou resíduos sólidos.

Parágrafo Único – Fica reservada aos moradores, devidamente cadastrados, a utilização racional dos recursos naturais locais, quando assim definido no Zoneamento Ambiental e respectivo Plano de Gestão.

Art. 5º - A implantação de loteamentos, projetos residenciais e outras atividades que envolvam Infra-estrutura física no interior da APA do Rio Curiaú, além do cumprimento das normas municipais e estaduais cabíveis, dependerá de licenciamento prévio de Órgão Estadual de Meio Ambiente, que somente poderá concedê-la após ouvido o Conselho de Gestão da Unidade.

Art. 6º - Do gerenciamento da APA do Rio Curiaú:

I – Todos os envolvidos direta e indiretamente com a APA do Rio Curiaú são responsáveis pelo seu gerenciamento, em especial, as comunidades residentes;

II– O gerenciamento deverá obedecer as seguintes diretrizes:

* Planejamento participativo e integrado;

* Respeito às diferenças de idéias e posicionamento;

* Legitimidade e solidariedade nas ações.

Art. 7º - A **APA do Rio Curiaú** será gerenciada por um Conselho (**Conselho de Gestão da APA do Rio Curiaú**), a ser instituído com apoio do Órgão Estadual de Meio Ambiente e assim constituído:

* 01 representante do Órgão Estadual do Meio Ambiente;

* 01 representante do Órgão Estadual da Cultura;

*01 representante de cada uma das diferentes comunidades residentes;

* 01 representante da Prefeitura Municipal de Macapá;

* 01 representante da Câmara Municipal de Macapá;

* 01 representante da União dos Negros do Amapá;

* 01 representante do Grupo de Mulheres do Curiaú;

* 01 representante do Grupo de Jovens do Curiaú.

Art. 8º - A **APA do Rio Curiaú** será supervisionada, administrada e fiscalizada pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente, com a colaboração das demais autoridades federais, estaduais e municipais pertinentes, bem como com as Organizações Não-Governamentais locais.

Parágrafo Único – Visando a consecução dos objetivos previstos para a **APA do Rio Curiaú**, o Governo do Estado do Amapá poderá firmar convênios e acordos com órgãos e entidade públicas ou privadas, sem juízo de sua competência de supervisão e fiscalização.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos (E)nºs 0024, de 20 de fevereiro de 1990; 0038, de 29 de março de 1990 e 1417, de 28 de setembro de 1992.

Macapá, 15 de setembro de 1998

JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE
Governador

Anexo E: Título de reconhecimento de domínio/FCP/nº 001/99.

Matrícula	Ficha
15232	1



REGISTRO DE IMÓVEIS

Eloy Nunes

C.G.C. (M.F) 04.181.640/0001-14
1ª CIRCUNSCRIÇÃO - MACAPÁ-AP



LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

IMÓVEL: Área de terra com 3.321,8931 ha (três mil, trezentos e vinte e um hectares, oitenta e nove ares e trinta e um centiares), situada no Município de Macapá, neste Estado, destinada ao Quilombo do Curiaú, com os seguintes limites e confrontações: Norte: com a Gleba Matapi Curiaú e Vila Nova; Sul: com a Área urbana da cidade de Macapá e lotes 291,670, 16A, 193 e 25W; Leste: com a Margem direita do Rio Curiaú e Oeste: com a Comunidade de Curralinhos e lotes nºs 200 e 43W. Perímetro: 30.941,24 (trinta mil novecentos e quarenta e hum metros e vinte e quatro centímetros). **DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO:** Inicia o perímetro da área no marco M-16, localizado na margem direita do Rio Curiaú no local denominado Moeambo e limite comum com o lote 25W, definido pela coordenada geográfica de latitude 00º07'05,1"N, e longitude 51º00'35,0"Wgr, elipsoide SAD-69 e pela coordenada plana U.T.M.N=10013051,660m e E=498917,460m, referida ao Meridiano Central 51"Wgr deste, com azimute de 247º58'01" e distância de 1.080,37 metros chega-se ao marco M-527 localizado no limite do lote 25W; deste, com azimute de 233º05'52" e distância de 551,73 metros, chega-se ao marco M-10, localizado na divisa do lote 193; deste com azimute de 230º05'50" e distância de 312,87 metros chega-se ao marco M-528F, deste, deste, com azimute de 236º53'02" e distância de 343,30 metros chega-se ao marco M-09; deste, com azimute de 256º01'15" e distância de 469,52 metros chega-se ao marco M-QLB 04; deste, com azimute de 237º20'45" e distância de 257,30 metros, chega-se ao marco M-QLB 05; deste, com azimute de 232º59'02" e distância de 272,87 metros chega-se ao marco M-13A, deste, com azimute de 186º29'59" e distância de 340,55 metros chega-se ao marco M-QLB 06; deste com azimute de 277º10'51" e distância de 471,91 metros chega-se ao marco M-QLB 07; deste, com azimute de 276º35'03" e distância de 1.070,29 metros chega-se ao marco M-QLB 08, deste, com azimute de 267º25'58" e distância de 548,99 metros chega-se ao marco M-QLB 09; deste atravessando a Rodovia do Curiaú com azimute de 298º17'38" e distância de 695,66 metros chega-se ao marco M-501F, limite comum com o lote 16A, com azimute de 252º57'22" e distância de 645,74 metros chega-se ao marco M-502F; deste, com azimute de 314º20'47" e distância de 58,88 metros chega-se ao marco M-200F; deste com azimute de 255º36'21" e distância de 139,43 metros chega-se ao marco M-200G; deste, com azimute de 08º18'11" e distância de 653,29 metros, chega-se ao marco M-1P, deste, com azimute de 229º57'21" e distância de 78,74 metros chega-se a estação MS-54; desta, com azimute de 265º42'22" e distância de 144,65 metros chega-se a estação MS-53; desta, com azimute de 246º12'08" e distância de 360,53 metros chega-se a estação MS-51; desta, com azimute de

REGISTRO DE IMÓVEIS DA
COMARCA DE MACAPÁ

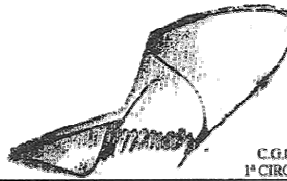
Serviço Registral "Eloy Nunes"
M BRANCO

REGISTRO DE IMOVEIS DA
COMARCA DE MACAPÁ

221°32'59" e distância de 171,66 metros chega-se a estação MS-49; desta, com azimute de 224°09'53" e distância de 111,29 metros chega-se a estação MS-47; desta, com azimute de 237°23'53" e distância de 205,35 metros chega-se a estação MS-45; desta, com azimute de 252°44'50" e distância de 285,21 metros chega-se a estação MS-43A; desta, com azimute de 296°43'14" e distância de 360,64 metros chega-se ao marco M-2W; deste, com azimute de 312°37'53" e distância de 161,51 metros chega-se ao marco M-1W; deste, com azimute de 261°28'03" e distância de 1.642,72 metros chega-se ao marco M-QLB 21; deste, com azimute de 10°07'45" e distância de 300,51 metros chega-se ao marco M-QLB 22; deste com azimute de 09°29'19" e distância de 414,55 metros chega-se ao marco M-QLB 23; deste, com azimute de 14°58'14" e distância de 312,48 metros chega-se ao marco M-QLB 24; deste, com azimute de 91°46'29" e distância de 284,49 metros chega-se ao marco M-56; deste, com azimute de 103°10'15" e distância de 683,33 metros chega-se ao marco M-61; deste, com azimute de 57°34'33" e distância de 250,19 metros chega-se ao marco M-60; deste, com azimute de 47°39'56" e distância de 238,40 metros chega-se a estação W-4; desta, com azimute de 350°45'39" e distância de 403,74 metros chega-se ao marco M-59; deste, com azimute de 358°35'59" e distância de 350,42, metros chega-se a estação B-01; desta, com azimute de 314°45'07" e distância de 468,78 metros chega-se ao marco M-13C; deste, com azimute de 354°54'00" e distância de 1.110,34 metros chega-se ao marco M-QLB 28; deste, com azimute de 58°02'04" e distância de 2.620,61 metros chega-se ao marco M-QLB 34; deste, com azimute de 93°12'53" e distância de 1.482,09 metros chega-se ao marco M-QLB 35; deste, com azimute de 115°26'30" e distância de 2.034,14 metros atravessando a rodovia do Curiaú as proximidades da ponte sobre o rio do mesmo nome chega-se ao marco M-QLB 36; deste, com azimute de 123°24'03" e distância de 299,31 metros chega-se a estação C-01, localizada na margem direita do Rio Curiaú; deste, segue-se pela referida margem no sentido jusante (baixando) com uma distância de 5.401,47 metros até encontrar o marco M-16 ponto inicial da descrição deste perímetro. **OBS:** Dentro do polígono objeto deste memorial, estão encravadas as áreas de terras coletadas sob os n°s 02, 04, 17 e 146, localizadas na Gleba AD-04, cobertas pelos Títulos Definitivos n° 4.01.82.7/00271 e 4.01.82.7/00320 e Títulos de Propriedade sob Condições Resolutiva n°s 049890 e 1227931, expedidos em 19 de março de 1979, 12 de setembro de 1980, 29 de maio de 1981 e 13 de dezembro de 1995, respectivamente, cujos limites e confrontações se acham constantes dos respectivos memoriais anexos, tendo seus direitos respeitados, igualmente,

Serviço Registral "Eloy Nunes"
M BRANCO

Matrícula	Ficha
15232	2



REGISTRO DE IMÓVEIS
Elby Nunes



C.G.C. (M.F) 04.181.640/0001-14
1ª CIRCUNSCRIÇÃO - MACAPÁ-AP

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

as situações jurídicas porventura existentes e não observadas até a presente data, porém, excluídas da descrição do perímetro objeto do presente memorial.

PROPRIETÁRIA: União Federal.

REGISTRO ANTERIOR: L.2, sob o nº 22, fls.22.

Macapá-AP, 19 de outubro de 2000.

P.19192.

Elby Nunes Oficial Substituta.

R.01/15232- A **UNIÃO FEDERAL**, representada pela **FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**, entidade vinculada ao Ministério da Cultura, criada pela Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, inscrita no **CGC(MF)** sob o nº 32.901.688/0001-77, doravante denominada **FCP**, neste ato representada por sua Presidente **DULCE MARIA PEREIRA**, brasileira, casada, portadora da **CI** nº 10.488.433-2-SSP/SP e **CPF(MF)** nº 119.407.511-87, residente e domiciliada em Brasília - **DF**, doravante simplesmente denominada **OUTORGANTE**, com fundamento no art. 68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no Art. 14, inciso IV, alínea C, da Medida Provisória nº 1911-12, de 25 de novembro de 1999, pelo presente **TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO F/CP/** nº001/99, com plena força e validade de escritura pública, reconhece o domínio aos **REMANESCENTES DE QUILOMBO DA COMUNIDADE DE CURIAÚ**, sociedade de fato, adiante simplesmente denominados **OUTORGADOS** que integram este título e que neste ato são representados pela sua **ASSOCIAÇÃO**, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 13 de setembro de 1997, registrada no livro de pessoas jurídicas do 1º Ofício de Notas e de Registro da Comarca de Macapá-AP, sob o nº 460, do livro nº A-06, inscrita no **CGC** nº 14.572.978/0001-32, representada pelo seu presidente, **JOSÉ ARAÚJO DA PAIXÃO**, brasileiro, casado, pedreiro, portador do **RG** nº 69.363/SSP-AP e do **CPF** nº-208.766.452-87, a área rural objeto da presente matrícula.Dou fé.

Macapá-AP, 19 de outubro de 2000.

Elby Nunes Oficial Substituta.

AV.02/15232 - **SUBDIVISÃO:** Procede-se a presente averbação para constar que a requerimento da Proprietaria **REMANESCENTES DE QUILOMBO DA COMUNIDADE DE CURIAÚ**, acima identificado e de acordo com os memoriais descritivos assinados por Raimundo Pinheiro da Silva, Sócio Gerente e Responsável Técnico, inscrito no **CREAPA** sob nº 4027, Visto 0257/AP,

REGISTRO DE IMÓVEIS DA
COMARCA DE MACAPÁ

Vice Registral "Elby Nunes"
BRANCO